

UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO  
EDER PEREIRA NEVES

**ETNOMATEMÁTICA DOS REMANESCENTES DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA URBANA TIA EVA**

SÃO PAULO  
2011

EDER PEREIRA NEVES

MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

**ETNOMATEMÁTICA DOS REMANESCENTES DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA URBANA TIA EVA**

Dissertação apresentada à Universidade  
Bandeirante de São Paulo, para obtenção do  
título de Mestre em Educação Matemática.  
Orientador: **Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrosio.**

**SÃO PAULO  
2011**

Neves, Eder Pereira

Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva/Eder Pereira Neves. - São Paulo: [s.n.], 2011.

121 f; il.; 30 cm.

Dissertação de Mestrado Acadêmico – Universidade Bandeirante de São Paulo, curso de Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Ubiratan D'Ámbrosio.

1.Etnomatemática  
Matemática

2.Comunidade Quilombola Tia Eva  
4.Economia Solidária.

3.Educação

UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO

Eder Pereira Neves

ETNOMATEMÁTICA DOS REMANESCENTES DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA URBANA TIA EVA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, na Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN, à seguinte banca examinadora:

---

**Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrosio (Orientador)**

**Doutor em Matemática pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP, Brasil, 1963.**

---

**Profa. Dra. Maria do Carmo Santos Domite (Membro Titular Externo – FE/USP)**

**Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil, 1993.**

---

**Profa. Dra. Maria Helena Palma de Oliveira – UNIBAN (Membro Titular Interno – UNIBAN).**

**Doutora em Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo - USP, Brasil, 1998.**

## DEDICATÓRIA

Dedico com todo o meu amor:  
A Deus e à minha família. À minha esposa Irene, por estar comigo em todas as horas acreditando que os meus sonhos poderiam se tornar realidade. E com carinho a todos da Comunidade Quilombola Eva Maria de Jesus/Tia Eva.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por conduzir-me no período em que estive em São Paulo-SP, tempo necessário para aproveitar o curso de mestrado em Educação Matemática, e no momento da pesquisa na comunidade quilombola Tia Eva, em Campo Grande-MS.

À minha esposa Irene, companheira fiel que esteve ao meu lado em todos os momentos me apoiando e dando todo o incentivo para a conclusão deste curso.

A todos meus familiares que com carinho apoiaram-me direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

A minha total gratidão ao Professor Ubiratan D'Ambrosio, por aceitar prontamente o meu pedido de ser seu orientando, apresentando contribuições importantes para composição deste trabalho.

Aos meus amigos do curso de mestrado, em especial aos que participam da linha de pesquisa História da Matemática Escolar no Brasil, pelo companheirismo em momentos de troca de saberes. Desejo que Deus derrame todas as bênçãos sobre suas famílias e lhes proporcione muito sucesso em suas vidas.

Agradeço, ainda, aos professores do programa pela determinação, conhecimento, experiência, paciência e dedicação que foram fundamentais à minha formação.

Aos funcionários da Universidade Bandeirante de São Paulo-UNIBAN, pela receptividade e atenção nos momentos de minha formação.

As professoras Maria do Carmo Santos Domite e Maria Helena Palma de Oliveira, pela contribuição, sugestões e validação do trabalho.

A todos da Comunidade Quilombola Tia Eva, que participaram desta pesquisa, por serem pacientes atenciosos e presentes em nossos encontros.

Às diversas pessoas e instituições, situadas em Campo Grande-MS, que cooperaram para o estudo historiográfico desta pesquisa, sendo fundamentais para a obtenção de dados para este trabalho.

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” (João 3.16)

Neves, Eder Pereira. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. 121. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Universidade Bandeirante de São Paulo, 2011.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um estudo com base no Programa Etnomatemática sobre a comunidade quilombola urbana Eva Maria de Jesus/Tia Eva, situada na cidade de Campo Grande-MS, bairro São Benedito. Esta pesquisa buscou evidenciar fatos da história dessa comunidade, seus costumes e a ligação desses com as diversas matemáticas encontradas no período de transição de área rural para a urbanizada. Nosso trabalho pretendeu investigar e refletir, à luz do Programa Etnomatemática, o seguinte questionamento: sendo a Matemática uma manifestação cultural presente no cotidiano, como esta apresentou ao longo do tempo na Comunidade Quilombola Tia Eva? Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram desenvolvidos segundo uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, bibliográfica e documental. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro como pesquisa exploratória de campo, realizada na comunidade quilombola, buscando as relações dos saberes matemáticos resultantes das práticas socioculturais dos descendentes de Tia Eva; o segundo, de forma sistemática, no campo da história e da cultura antropológica da Comunidade Quilombola. Verificamos que as concepções matemáticas encontradas na comunidade ao longo de sua história relacionam-se diretamente com as questões de subsistência, desde a forma rudimentar da produção da farinha de mandioca e do óleo da mamona, passando pela fabricação do doce de leite, até chegar ao grupo de costureiras “Sobrinhas de Eva”. Podemos considerar, por meio dos relatos orais, a existência de uma matemática elementar voltada para Economia Solidária, mantida pela tradição e união familiar desde o período de área rural, que até hoje está presente nos trabalhos realizados pela Associação dos Descendentes de Tia Eva.

**Palavras-chave:** Etnomatemática, Comunidade Quilombola Tia Eva, Educação Matemática, Economia Solidária.

Neves, Eder Pereira. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. 119. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Universidade Bandeirante de São Paulo, 2011.

## **ABSTRACT**

This study aimed to develop a study based on the Program Ethnomathematics of the urban quilombo Eva Maria Jesus / Aunt Eva, located in Campo Grande-MS, neighborhood San Benedito. This study aimed to reveal facts in the history of this community, its customs and link these with the various mathematics found in the period of transition from rural to its urbanization. Our work aims to investigate and reflect in the light of the Program Ethnomathematics, the following question: is mathematics is a cultural expression present in everyday life, as performed over time in the Quilombola Community Aunt Eva? The methodological procedures adopted in this study were developed using a qualitative approach, with field research, literature and public documents. The study was conducted in two phases: the first is exploratory research field, with the maroon community, seeking the knowledge of mathematical relationships resulting from sociocultural practices of the descendants of Aunt Eva; the second is a systematic anthropological study of history and culture of yjr Quilombola Community. We found that the mathematical concepts found in the community throughout its history relates directly to issues of livelihood, since the rudimentary production of cassava flour and castor oil, including the manufacturing of milk candies, until you reach the group of dressmakers called "Eva's Nieces". Thanks to can consider using the oral reporting we recognize the existence of an elementary mathematics-oriented Solidary Economy, maintained by tradition and family unity since the rural area period and that are present today in the work of the Association of Descendants of Aunt Eva.

**Key words:** Ethnomathematics, Quilombola Community Aunt Eva, Mathematics Education, Solidary Economy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Homenagem feita a Zumbi dos Palmares na praça da cidade alta Salvador-BA .....	51
Figura 2: Imagem de São Benedito que acompanhava Tia Eva.....	71
Figura 3: Foto do bairro São Benedito em meados dos anos 1980 .....	74
Figura 4: Fachada da igreja de São Benedito.....	76
Figura 5: Artista plástica à direita e os descendentes de Tia Eva .....	77
Figura 6: Certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares .....	78
Figura 7: Escola Estadual Antonio Delfino Pereira - Centro de Cultura Educacional Tia Eva.....	80
Figura 8: Centro de Educação Infantil - CEINF Eva Maria de Jesus – Tia Eva.....	81
Figura 9: Barracão da Associação dos Descendentes de Tia Eva.....	82
Figura 10: Linha de Ônibus Tia Eva.....	82
Figura 11: À esquerda modelo de uma prensa e à direita modelo de um forno.....	88
Figura 12: Processo de fabricação do doce de leite de seu Michel.....	90
Figura 13: Broche doado pelo embaixador a Seu Micheu da África em visita a comunidade.....	91
Figura 14: As Máquinas de Costura do Grupo sobrinhas de Eva.....	93
Figura 15: Bolsas Confeccionadas e Bordadas.....	94
Figura 16: Etiqueta dos produtos produzidos.....	95
Figura 17: Bazar Tia Eva.....	95
Figura 18: Caderno de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva, 2011.....	105
Figura 19: Caderno de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva, 2011.....	106
Figura 20: Momento de prestação de contas do grupo.....	107
Figura 21: Planilha de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva, 2010.....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Esquema de comércio colonial até século XVII.....	43
Quadro 2: Lei do ventre livre.....	56
Quadro 3: Comunidades Quilombolas Certificadas pela Fundação Cultural Palmares.....	64
Quadro 4: Comunidades Quilombolas com Procedimento Administrativo Aberto no INCRA/MS.....	69
Quadro 5: Comunidades Quilombolas sem Procedimento Administrativo Aberto no INCRA/MS.....	69
Quadro 6: Comunidades em fase de identificação pela Fundação Cultural Palmares.....	69

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>19</b>
<b>1 A pesquisa: uma possibilidade em construção</b> .....	<b>19</b>
<b>1.1 A pesquisa em sua trajetória metodológica</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 Procedimentos da Pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>1.3 A Etnomatemática: valorização e determinação da pesquisa</b> .....	<b>24</b>
<b>1.3.1 O Programa Etnomatemática</b> .....	<b>26</b>
<b>1.3.2 As Dimensões do Programa Etnomatemática</b> .....	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>40</b>
<b>2 Comunidades Quilombolas no Brasil: uma formação em formação</b> .....	<b>40</b>
<b>2.1 O Período de Colonização do Brasil</b> .....	<b>40</b>
<b>2.2 Do escambo à escravidão</b> .....	<b>44</b>
<b>2.3 Um pouco da história da África narrada pela escravidão negreira no Brasil</b> .....	<b>45</b>
<b>2.4 A reação negra e o surgimento dos quilombos no período colonial</b> .....	<b>48</b>
<b>2.5 Manifestação do movimento abolicionista no Brasil</b> .....	<b>53</b>
<b>2.6 As sequelas sociais deixadas pela abolição</b> .....	<b>57</b>
<b>2.7 As mobilizações e implementações de leis para assegurar o direito dos negros e a cultura afro-brasileira</b> .....	<b>59</b>
<b>2.8 As comunidades quilombolas nos dias atuais</b> .....	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>70</b>
<b>3 Comunidade quilombola Tia Eva: uma tentativa de contextualização</b> .....	<b>70</b>
<b>3.1 As mudanças ao longo do tempo</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3 Um olhar sobre o contexto atual</b> .....	<b>79</b>
<b>Capítulo 4</b> .....	<b>84</b>
<b>4 Saberes e fazeres: concepções matemáticas envolvidas</b> .....	<b>84</b>
<b>4.1 Da mandioca aos seus derivados e da mamona ao óleo</b> .....	<b>84</b>

<b>4.2 A venda do leite e a fabricação do doce de leite.....</b>	<b>89</b>
<b>4.3 O grupo de costureira sobrinhas de Eva.....</b>	<b>91</b>
4.3.1 Economia solidária do grupo Sobrinhas de Eva .....	95
4.3.2 A matemática necessária para o empreendimento em economia solidária: o caso do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva. ....	99
<b>Considerações.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>116</b>
Anexo 1 - Processo de tombamento da Igrejinha de São Benedito.....	116
Anexo 2 - Reportagem exibida por um jornal da capital mostrando as melhorias da Comunidade.....	119
Anexo 3 - Ata da Assembléia Extraordinária para decisão da comunidade se tornar uma área quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.....	120

## INTRODUÇÃO

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos”.

Friedrich Nietzsche (1844 – 1900)

Apresento aqui neste início, fatos e momentos da minha vida, reconstruídos com intuito de considerá-los como **motivos e caminhos geradores** desta pesquisa desde o trabalho educacional.

Filho caçula de uma família de quatro irmãos, desde cedo comecei a trabalhar na construção civil com meu pai, que era pedreiro. Durante certo período também exerci essa profissão. Minha mãe é costureira e dona do lar, e muitas coisas da minha educação escolar são devidas a ela, pois era quem se responsabilizava em cuidar do nosso acompanhamento e desenvolvimento escolar.

As práticas que meu pai ensinava como pedreiro eram, sem dúvida, uma aplicação matemática permanente, sistema métrico, nível, prumo, esquadro, dosagem na preparação da massa e do concreto, isso se tornou tão significativo que talvez seja um dos grandes motivos de um dos meus irmãos e eu termos optado por fazer a faculdade de Matemática. Assim como todas as profissões, a de pedreiro não era fácil: trabalho pesado, cheio de exigências que passavam da interpretação do projeto arquitetônico até as etapas da execução.

A vida desde muito cedo não era fácil, desde a 6ª série do Ensino Fundamental trabalhava o dia todo e estudava à noite e foi assim até completar o Ensino Médio. Isso ocorreu no ano de 2000, ano em que meu irmão com muita dedicação iria terminar a Faculdade de Matemática, Licenciatura Plena, e eu começaria a minha, pois, em meados do mês de julho desse mesmo ano, passaria no vestibular do curso de Matemática Licenciatura Plena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

O curso de Matemática era noturno e na cidade de Glória de Dourados – MS, distante cinquenta e cinco quilômetros da cidade de Ivinhema – MS, onde morávamos. Assim como todo curso universitário, esse exigia muito e isso tomava todas as minhas horas de folga do trabalho e os fins de semana. O curso universitário representava muito para mim, era a realização de um sonho e a perspectiva de mudança de vida. Eu depositava no curso toda minha atenção e dedicação.

No segundo ano, tivemos uma disciplina chamada Prática de Ensino I, ministrada pela professora titular do curso de Matemática, Helena Alessandra Scavazza Leme, que foi orientada em seu doutorado pelo professor Ubiratan D'Ambrosio. Por ironia do destino, em uma de suas aulas apresentou as ideias da Etnomatemática e suas aplicações no ensino de Matemática, e sugeriram algumas leituras em torno dessa temática. Desde então, despertou-me uma curiosidade incrível sobre esse campo de pesquisa que tanto relacionava as minhas práticas cotidianas com a acadêmica pela qual estava tão empenhado.

Na biblioteca do nosso curso, tinha o livro 'Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer', do autor, pesquisador e idealizador Ubiratan D'Ambrosio, obra que cheguei a ler em certa ocasião e que me levou a reflexões significativas, auxiliando-me muito na minha formação.

A minha relação acadêmica nestes quatro anos de curso ocorreu muito bem. Em julho de 2004, prestes a me formar tive a felicidade, juntamente com outros alunos e professores da UEMS do curso de Matemática, de participar do VIII ENEN<sup>1</sup> em Recife – PE, para onde viajamos de ônibus três dias inteiros.

Já na sua palestra de abertura, o evento trouxe a fala do renomado Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrosio, o que foi para mim um momento muito especial. Além do meu encantamento, a princípio pela grandiosidade do evento, deparei-me com figuras importantes da Educação Matemática brasileira e mundial. Nessa palestra de abertura, o professor Ubiratan foi muito feliz no seu discurso, falava da importância social da Matemática no cotidiano e da posição que a escola moderna tem diante do compromisso de lidar com o choque cultural.

Esse encontro de Recife – PE foi muito especial para minha futura vida profissional e minha vida pessoal, pois foi nele que conheci minha esposa.

Logo após me formar em Matemática Licenciatura Plena, fui para a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, com o intuito de encontrar uma oportunidade de emprego e continuar meus estudos. Já na capital, fui convidado a trabalhar em duas escolas públicas do Estado, lecionando para o Ensino Fundamental e Médio.

---

<sup>1</sup> Encontro Nacional de Educação Matemática, evento que ocorre de forma itinerante pelo Brasil, no período de três anos, que é promovido pela SBEM- Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Como é natural, meu grande desejo como professor iniciante era dar conta em minhas aulas de levar os alunos a aprender bem a matemática que eu pretendia ensinar. Mas, logo de início percebi que os desafios e as dificuldades eram muitos. Com o passar do tempo e a ascensão profissional, surgiram várias indagações sobre as formas e o porquê de ensinar Matemática. Por conta disso, as minhas inquietações me motivaram a fazer diversos cursos entre eles uma pós-graduação lato sensu em Educação Matemática.

Os meus questionamentos, na atuação como professor, sempre aumentavam e se voltavam em torno desse ciclo de relação entre *professor-aluno-escola-sociedade*, ou seja, para que aconteça uma aula satisfatória espera-se que ocorra envolvimento e empenho desses quatro elementos.

Um fator fundamental que me fez refletir sobre o ensino de Matemática, atuando como professor numa escola de periferia, foi a realidade sociocultural. Observar essas relações, entendê-las e tentar por em prática devem fazer parte dos objetivos de todo professor. Compreender as relações culturais envolvidas no processo de aprendizagem, observadas na minha prática como professor, foi um dos motivos pela busca de uma formação profissional em nível de mestrado.

No segundo semestre de 2009, visando a aproveitar a política de formação profissional para professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, minha esposa se afastou para fazer seu doutoramento em Educação Matemática em São Paulo – SP. Nesta oportunidade eu também solicitei uma licença do meu cargo de professor do Ensino Fundamental do município de Campo Grande – MS, com o objetivo de fazer mestrado em Educação Matemática.

No 1º semestre de 2010, tornei-me aluno regular do mestrado acadêmico em Educação Matemática da Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN. Depois de conhecer várias formas de pesquisa, tive a satisfação de participar da linha de pesquisa, História da Matemática Escolar do Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Ubiratan D’Ambrosio.

O meu encontro com a etnomatemática como referência para minha pesquisa surgiu definitivamente a partir de diversas reuniões neste grupo de estudo. Como meu foco é estudar algo relacionado ao saber/fazer de uma cultura local, procurei pesquisar uma comunidade quilombola urbana localizada no município de Campo Grande – MS.

A proposta da nossa pesquisa tem como objetivo desenvolver um estudo com base no Programa Etnomatemática<sup>2</sup> sobre a Comunidade Quilombola Urbana Eva Maria de Jesus/Tia Eva, situada no Bairro São Benedito no Município de Campo Grande-MS, que é considerada uma área quilombola, certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) do Ministério da Cultura.

Elencamos três justificativas que explicam o interesse para realização deste trabalho:

- ✓ Poucos estudos na área de Educação Matemática que valorizam e divulgam a cultura negra e os conceitos matemáticos de remanescentes em comunidades quilombolas no Brasil;
- ✓ Meu interesse pelo campo de pesquisa que envolve a Etnomatemática e sua relação de cultura no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Principalmente por ser morador de Campo Grande – MS, eu tenho interesse em ajudar a preservar o saber/fazer de uma comunidade negra que ao longo do tempo vem lutando para manter sua identidade.

A proposta desta pesquisa se insere no campo da Educação Matemática, visando a tecer considerações sobre o objetivo principal que é investigar e compreender o valor em considerar as práticas matemáticas no contexto sociocultural da comunidade quilombola, tendo como suporte as ideias da Etnomatemática.

Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais, tais como comunidades urbanas e rurais, grupos de trabalhadores, classes profissionais, crianças de uma faixa etária, sociedades indígenas, e tantos outros grupos que se identificam por objetivos e tradições comuns aos grupos. (D'AMBROSIO, 2005, p. 09)

Há a necessidade de os professores de Matemática, especialmente os de cursos que formam novos professores, conscientizarem-se e refletirem sobre o papel da Matemática na escola, percebendo a necessidade de valorizar questões culturais e aceitar que a Matemática está em todos os lugares, sob todos os olhares e com diferentes representações.

Infelizmente, os professores passam demasiado tempo tentando ensinar o que sabem, que é muitas vezes desinteressante e obsoleto, para não dizer chato e inútil, e pouco tempo ouvindo e aprendendo dos alunos. A matemática da escola é apenas uma das muitas Matemáticas que se encontram pelas diversas culturas. (D'AMBROSIO, 2009, p. 25)

---

<sup>2</sup> Discutiremos sobre as ideias do Programa Etnomatemática em capítulo específico.

Nesse contexto, destaco que o foco da pesquisa foi fazer uma reflexão das diversas relações quantitativas espaciais presentes na comunidade quilombola Tia Eva, observando ao longo de sua história o saber/fazer matemático provindo das práticas desses descendentes.

# CAPÍTULO 1

“Enquanto houver um louco, um poeta e um amante haverá sonho, amor e fantasia. E enquanto houver sonho, amor e fantasia, haverá esperança”.

William Shakespeare (1564- 1616)

## **1 A pesquisa: uma possibilidade em construção**

A presente pesquisa foi organizada da seguinte forma:

Na introdução, evidenciamos os motivos e os caminhos que levaram à escolha e à realização deste trabalho.

No primeiro capítulo, expomos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Em seguida, apresentamos uma síntese sobre o surgimento da Etnomatemática e suas dimensões na perspectiva do pesquisador Ubiratan D’Ambrosio, abordando particularidades do Programa de Pesquisa Etnomatemática para compor a fundamentação teórica da pesquisa.

No segundo capítulo, colocamos no contexto da pesquisa considerações históricas sobre comunidades quilombolas no Brasil, desde a época do descobrimento, passando pelo período colonial até o imperial, retratando as reações dos negros escravizados, o surgimento de quilombos e a manifestação do movimento em prol a abolição. Retratamos, também, no decorrer deste capítulo, as consequências da pós-abolição, o processo de identificação de comunidades quilombolas nos dias atuais e as realidades das comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo, apresentamos a história da Comunidade Quilombola Eva Maria de Jesus/Tia Eva, juntamente com os depoimentos dos seus descendentes. No quarto capítulo, procuramos evidenciar as diferentes matemáticas detectadas no cotidiano da comunidade, ao longo de sua história, na passagem de área rural para a urbanizada.

Nas considerações da pesquisa, retomamos alguns aspectos importantes ao longo deste trabalho e fizemos uma reflexão sobre as ideias matemáticas do cotidiano da comunidade pesquisada sob o olhar da Etnomatemática.

Apresentamos nos anexos alguns documentos que nos auxiliaram na composição desta pesquisa.

## 1.1 A pesquisa em sua trajetória metodológica

Os procedimentos adotados nessa pesquisa foram desenvolvidos segundo uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, bibliográfica e documental. Utilizamos a etnografia que é um método da Antropologia Social, privilegiando estudos ligados às formas que as pessoas vivem em sociedade, por meio de sua cultura e seus costumes.

Como citado, essa pesquisa teve como objetivo desenvolver um estudo por meio do Programa Etnomatemática sobre a comunidade quilombola urbana Eva Maria de Jesus/Tia Eva. Buscamos evidenciar os fatos da história dessa comunidade, seus costumes e a ligação desses com as diversas matemáticas detectadas na comunidade.

Vale destacar a seguinte afirmação:

A pesquisa em etnomatemática deve ser feita com muito rigor, mas a subordinação desse rigor a uma linguagem e a uma metodologia padrão, mesmo tendo caráter interdisciplinar, pode ser deletério ao Programa Etnomatemática. Ao reconhecer que não é possível chegar a uma teoria final das maneiras de saber/fazer matemático de uma cultura, quero enfatizar o caráter dinâmico deste programa de pesquisa. (D'AMBROSIO, 2001, p. 17-18).

É importante ressaltar que a pesquisa de natureza qualitativa tem suas várias denominações que são típicas no processo de coleta de dados, e procuramos dar um enfoque etnográfico ao trabalho.

D' Ambrosio (1996), afirma que:

A pesquisa qualitativa é muitas vezes chamada etnográfica, ou participante, ou inquisitiva, ou naturalística. Em todas essas nomenclaturas, o essencial é o mesmo: a pesquisa é focalizada no indivíduo, com toda a sua complexidade, e na sua inserção e interação com o ambiente sociocultural e natural. O referencial teórico, que resulta de uma filosofia do pesquisador, é intrínseco ao processo. Naturalmente a interação pesquisador-pesquisado é fundamental e por isso essa modalidade é muitas vezes chamada pesquisa-ação. Não é surpreendente o fato de essa modalidade de pesquisa ser típica dos antropólogos. (p. 102-103).

O nosso trabalho pretendeu investigar e refletir à luz do Programa Etnomatemática sobre o seguinte questionamento: sendo a Matemática uma

manifestação cultural presente no cotidiano, como esta apresentou ao longo do tempo na Comunidade Quilombola Tia Eva?

Este contexto de pesquisa se insere na mesma linha de raciocínio que assegura que a Matemática é uma das manifestações culturais presentes em diferentes ambientes, tais como: comunidades, povos, nações e que:

É muito mais que apenas manipular notações e operações aritméticas, ou lidar com a álgebra e calcular áreas e volumes, mas principalmente lidar em geral com relações e comparações quantitativas e com as formas espaciais do mundo real, e fazer classificações e inferências. Assim, encontramos Matemática nos trabalhos artesanais, nas manifestações artísticas e nas práticas comerciais e industriais. Recuperar e incorporar isso à nossa ação pedagógica é um dos principais objetivos do Programa Etnomatemática. (D'AMBROSIO, 2009, p.24)

Tomando como aspecto geral, a pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro como pesquisa exploratória de campo realizada na comunidade quilombola, buscando as relações dos saberes das matemáticas resultantes das práticas socioculturais dos descendentes de Tia Eva, e o segundo, de forma sistemática, no campo da história e da cultura antropológica da comunidade quilombola, tendo como suporte as ideias do Programa Etnomatemática.

Mas como encontrar algo que documente e fale dessa cultura da época da formação dessa comunidade?

Buscamos essa resposta em D'Ambrosio (2008) que afirma:

As fontes tradicionais são raras. O que sabemos depende de cronistas e de estudos de culturas sobreviventes, como se faz a etnomatemática. Essas pesquisas, interpretando e procurando dar sentido aos resultados de pesquisas etnográficas, baseadas principalmente em relatos orais, nos mostram a situação atual, e deixam evidente o resultado da dinâmica cultural que, praticamente, eliminou o conhecimento tradicional, sobretudo no que se refere à matemática. (p.38)

Inicialmente, utilizamos a oralidade para nos aproximarmos dos descendentes de Tia Eva com o intuito de relatar a história da Comunidade Quilombola, na busca por saberes matemáticos entrelaçados nas suas práticas.

Como afirma Garnica (2005):

É possível, porém, a utilização da História Oral – pensada como metodologia de pesquisa qualitativa – para estudos históricos. Nesse viés, em Educação Matemática, essa abordagem tem sido utilizada mais frequentemente para estudos acerca da História da Educação Matemática (história da formação de professores, das instituições escolares, da matemática escolar, de práticas e legislações etc.) embora a vislumbremos como modo de proceder

extremamente produtivo e exequível para estudos em História da Matemática. (p. 242)

O uso da História Oral pode nos permitir a construção e a reconstituição da história de determinado povo, cultura e outros, por meio de dados obtidos em entrevistas individuais e coletivas. Isso nos possibilita olhar nos olhos de personagens, às vezes esquecidos na comunidade, mas que têm muito a contribuir e que nem conhecem tamanha importância de suas lembranças, de suas memórias e de informações obtidas por meio da oralidade.

Para Garnica (2005):

Optar pela História Oral para estudos de natureza historiográfica, portanto, é optar por uma concepção de História e reconhecer os pressupostos que a tornaram possível. É inscrever-se num paradigma específico, é perceber suas limitações e suas vantagens e, a partir disso, (re)configurar os modos de agir de maneira a vencer as resistências e ampliar as vantagens. Portanto, não se trata simplesmente de optar pela coleta de depoimentos e, muito menos, de colocar como rivais escrita e oralidade. Trata-se de entender a História Oral na perspectiva de, face à impossibilidade de constituir “A” história, (re)constituir algumas de suas várias versões, aos olhos de atores sociais que vivenciaram certos contextos e situações, considerando como elementos essenciais, nesse processo, as memórias desses atores – via-de-regra negligenciados – sem desprestigiar, no entanto, os dados “oficiais”, sem negar a importância de fontes primárias, de arquivos, de monumentos, dos tantos registros possíveis. (p. 245)

A análise e a interpretação das fontes históricas foram feitas com base em um conjunto de processos e organização característicos de uma pesquisa historiográfica. Concordamos com D’ Ambrosio (2009, p. 21), que afirma que estudo dessa natureza “[...] depende de uma ideologia e de uma metodologia de análise dessas fontes. O conjunto dessas metodologias, não só de análise, mas também na identificação das fontes, é o que se chama de historiografia. [...]”.

Esta pesquisa pretendeu por em prática sonhos e vontades da realização de um trabalho sério e responsável, possibilitando dar voz e vez a esses descendentes, não os enxergando como pessoas inferiores, mas, sim, como indivíduos com uma riqueza de conhecimentos, que merecem respeito, buscando, com isso, colocá-los como sujeitos da história e não apenas como fonte de pesquisa.

## **1.2 Procedimentos da Pesquisa**

Durante o período do nosso trabalho, foram feitas várias idas até a comunidade com o objetivo de levantar fatos para a pesquisa. Conversamos primeiramente com a

presidente da Associação dos Descendentes de Tia Eva e expomos o nosso projeto de pesquisa, quando entregamos, em mãos, uma cópia para a apreciação do conselho da comunidade. Após a aprovação e as exigências atendidas começamos a pesquisa de campo.

Na busca por informações históricas sobre a comunidade, procuramos dialogar com os bisnetos de Tia Eva que residem na comunidade e que ainda se encontravam bem de saúde. Nas oportunidades, esses descendentes narraram histórias da comunidade, expondo fatos, fotos, datas, nomes, registros, documentos, escritos, jornais e artefatos que guardavam em seus arquivos pessoais.

Procuramos fazer dos momentos de conversas um ambiente agradável e com muito respeito, para não causar qualquer constrangimento. Alguns trechos desses diálogos foram gravados em áudio e registrados a mão, esses fatos foram analisados posteriormente para servirem de base histórica da nossa pesquisa. Alguns desses trechos foram utilizados na dissertação.

Em diferentes oportunidades, visitamos a Escola Estadual Antonio Delfino Pereira – Centro de Cultura Educacional Tia Eva, onde colhemos informações sobre a escola e seu funcionamento. Em uma ocasião fomos também até o Centro de Educação Infantil – CEINF Eva Maria de Jesus – Tia Eva, e conversamos com a diretora que nos passou algumas informações sobre o local, relacionadas ao espaço físico, às crianças atendidas e ao ensino oferecido.

Em busca de informações sobre a quantidade de pessoas e famílias que residem na Comunidade Quilombola Tia Eva, procuramos dados no posto de saúde que atende a comunidade e outros bairros vizinhos, para fazermos uma estimativa relacionando o número de pessoas atendidas com o número de moradores do bairro.

Atrás de informações sobre Comunidades Quilombolas em Mato Grosso do Sul, em especial a Comunidade Quilombola Urbana Tia Eva, recorremos ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Nas visitas, encontramos documentos que contribuíram para a composição do nosso trabalho. Na busca de fontes históricas, frequentamos o Arquivo Histórico, a Secretaria Municipal de Cultura de Campo Grande – MS e a Secretaria de Cultura de Mato Grosso do Sul.

Nas várias visitas à Comunidade, procuramos observar as diversas manifestações matemáticas encontradas. Numa oportunidade, colhemos depoimentos que retratam a época de vida de Tia Eva, na qual identificamos a prática tradicional de lidar com a mandioca e seus derivados e a extração do óleo da mamona. Em diversas

ocasiões, dialogamos com um bisneto de Tia Eva, Sr. Sérgio Antônio da Silva, “seu Michel”, que expôs a sua forma de comercialização de leite e doces quando era mais jovem.

Com a finalidade de observar alguma prática atual que a comunidade realiza em conjunto, buscamos analisar o grupo de mulheres costureiras descendentes de Tia Eva, denominada “Sobrinhas de Eva”. Na oportunidade, a presidente do bairro mostrou-nos o funcionamento do empreendimento, como surgiu essa iniciativa e como ocorreram as capacitações fornecidas ao grupo; expôs, ainda, seus objetivos, as parcerias estabelecidas e os planos para o futuro.

### **1.3 A Etnomatemática: valorização e determinação da pesquisa**

Nesta etapa, buscamos compreender os contributos dos estudos etnomatemáticos na realização desta pesquisa. Antes de adentrarmos nas discussões propostas, consideramos importante apresentar uma síntese da Educação Matemática buscando evidenciar aspectos do surgimento da Etnomatemática. Segundo D’Ambrosio (2005), a “etnomatemática é hoje considerada uma subárea da História da Matemática e da Educação Matemática, com uma relação muito natural com a Antropologia e as ciências da cognição.” (p. 09)

Segundo Fiorentini & Lorenzato (2006), um dos motivos do surgimento da Educação Matemática como campo de pesquisa se deve à preocupação de matemáticos e de professores de Matemática com a qualidade de ensino e de socialização das ideias matemáticas. Podemos dizer que a Matemática foi a primeira a deflagrar um movimento internacional de reformulação de currículo, o que ocorreu no século XX na Alemanha, sob a liderança do matemático Félix Klein.

Para D’Ambrosio (2008):

A consolidação da Educação Matemática como uma subárea da matemática e da educação, de natureza interdisciplinar, se dá com a fundação da Comissão Internacional de Instrução Matemática, conhecidas pelas siglas Imuk/Icmi, sob liderança de Felix Klein, durante o Congresso Internacional de Matemáticos, realizados em Roma, em 1908. (p.64)

O que marcou e foi tomada como base para o ensino da Matemática mundial no final da década de 1920 foi a obra do grupo Bourbaki<sup>3</sup>, chamada de *Elementos de Matemática*, publicado em 100 volumes, ainda incompleta, que podemos considerar como equivalente aos trabalhos de Euclides<sup>4</sup>.

Segundo D'Ambrosio (1997, p.54): “A obra monumental de Bourbaki teve grande repercussão na Educação Matemática de todo mundo por intermédio do que ficou conhecido como Matemática Moderna, que teve considerável importância no Brasil.[...]”. O autor acrescenta enfatizando que, nas décadas de 1940 a 1950, as ideias do grupo Bourbaki influenciaram muito o desenvolvimento da Matemática no Brasil.

Na concepção de D'Ambrosio (1997), a matemática moderna lamentável e equivocadamente tornou-se alvo de críticas negativas:

Mas sem dúvida foi um movimento da maior importância na demolição de certos mitos então prevalentes na educação matemática. Como toda inovação radical, sofreu as consequências do exagero, da precipitação e da improvisação. Os desacertos, muito naturais e esperados, foram explorados e sensacionalizados pelos “mesmistas” e a matemática moderna foi desprestigiada e combatida. (p.54)

Por um lado, em meados da década de 1970, ocorreu um enfraquecimento do chamado Movimento da Matemática Moderna (MMM) no Brasil, no entanto apareceu dentro da comunidade de educadores matemáticos um conjunto de tendências emergentes com um núcleo em comum: fazer algo diferente proposto pelo MMM, mas com um novo olhar da Educação Matemática.

Por outro lado, podemos considerar que os educadores matemáticos começaram a voltar seus olhares para outro tipo de conhecimento, tais como, os emergidos das diferentes culturas, feiras livres, artesões, pedreiros, pescadores e outros. Destacamos os encontrados nos estudos feitos em 1980 por Terezinha Nunes, David Carraher e Ana Lúcia Schliemann, apresentados no livro ‘na Vida dez na, escola zero’.

Para Fiorentini & Lorenzato (2006), consoante a abertura política brasileira e a democratização do país, a partir da década de 1980, amplia-se a concentração da Educação Matemática e, com ela, novas formas de investigação. Com efeito, criam-se

---

<sup>3</sup> Bourbaki é um personagem fictício, adotado por um grupo de jovens matemáticos franceses em 1928, que se reuniam num seminário para discutir e propor avanços da matemática em todas as áreas. (D'AMBROSIO, 1997, p.54)

<sup>4</sup> Matemático Grego que viveu na Alexandria por volta de (300 a.c) e que sistematizou de forma axiomática toda a matemática desde a época de Tales, resultando num trabalho chamado *Elementos*, constituído por 13 volumes.

os primeiros programas de pós-graduação, desenvolvendo-se dentro de programas de mestrado/doutorado em Matemática e Educação em várias localidades brasileiras.

Entre 1987 e 1988, com a criação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), foram realizados vários encontros regionais e nacionais, cujo foco era a preocupação com o ensino e a aprendizagem de Matemática.

Em relação às pesquisas brasileiras no campo da Educação Matemática, são destacados trabalhos importantes e pioneiros de âmbito internacional. Evidenciamos investigações nos aspectos culturais do ensino e na aprendizagem da matemática escolar.

### **1.3.1 O Programa Etnomatemática**

Para D'Ambrosio, a década de 1970 foi marcada por grandes discussões em torno da Educação Matemática. Desde então, foram criadas novas linhas de pesquisas em torno dessa temática em diversos países. Ele destaca a dedicação de vários pesquisadores em estudos relacionados à cultura tomando como base as ideias da etnomatemática, pois:

Desde a década 1970, quando se intensificaram os estudos da área, o Brasil destacou-se, juntamente com os Estados Unidos, pelo potencial da etnomatemática na educação. Em sintonia com o pensamento de Paulo Freire, ela mostrou que, além da importante pesquisa sobre o saber e o fazer matemático de várias culturas, abordado nas dimensões etnográfica, histórica e epistemológica da etnomatemática, dá-se igual importância à dimensão pedagógica, uma vez que ela propõe uma alternativa à educação tradicional. (D'Ambrosio, 200-, p.09)

Conforme citado anteriormente, diversas frentes de estudos que valorizam as diferentes culturas matemáticas foram criadas. Um dos primeiros trabalhos que merece destaque, segundo D'Ambrosio (2005), é o estudo de Claudia Zaslavsky, publicado em 1973, em que ela destaca que as práticas matemáticas encontradas na cultura africana têm características próprias, embora em nenhum momento tenha mencionado o termo, mas representava um típico trabalho de etnomatemática.

D'Ambrosio (1991, p. 01) afirma que, na década de 1980, "Paulus Gerdes desponta como uma das figuras de proa no que chamamos etnomatemática. Ele nos dá elementos de natureza histórica, cognitiva e pedagógica que apoiam o aparecimento desse novo campo de interesse acadêmico". Paulus Gerdes, contando com seus

colaboradores de Moçambique, publica diversas obras pedagógicas em Etnomatemática, analisando cestarias, tecidos, jogos e desenhos na areia de povos na África meridional.

Nesse período, muitos autores de renome nacional e internacional têm intensificado seus estudos em Etnomatemática, os destacados anteriormente Claudia Zaslavsky, Paulus Gerdes, bem como Marcelo Borba, Gelsa Knijnik, Sebastiani Ferreira, Arthur Powell e Marilyn Frankenstein entre muitos outros.

No seu livro “História Concisa da Matemática no Brasil”, publicado em 2008, D’Ambrosio relata que foi somente em agosto de 1984, no 5º Congresso Internacional de Matemática (ICMI), realizado em Adelaide – Austrália, que surgiu a Etnomatemática, pois, nesse momento, algumas novas tendências em Educação Matemática estavam em foco, dentre elas “Matemática e Sociedade”, “Matemática para todos”, “História da Matemática e de sua pedagogia” e outras.

Nesse congresso, durante a conferência de abertura, ele próprio lançou as bases teóricas para a linha de pesquisa que denominou Programa Etnomatemática, levando o Brasil a uma projeção internacional.

O grande motivador do programa de pesquisa que denomino por Etnomatemática é procurar entender o saber/fazer matemático ao longo da história da humanidade, contextualizado em diferentes grupos de interesse, comunidades, povos e nações. (D’AMBROSIO, 2005, p.17)

Um marco respeitável para Etnomatemática dentro da comunidade científica foi a criação do *International Study Group on Ethnomathematics*, o ISGEm (Grupo Internacional de Estudo em Etnomatemática) e, em 1985, muitos estudos e discussões originados nesse grupo têm sido importantes para evolução das pesquisas em Etnomatemática.

Para entendermos melhor o Programa Etnomatemática nas ideias de Ubiratan D’Ambrosio, elencamos as seguintes categorias:

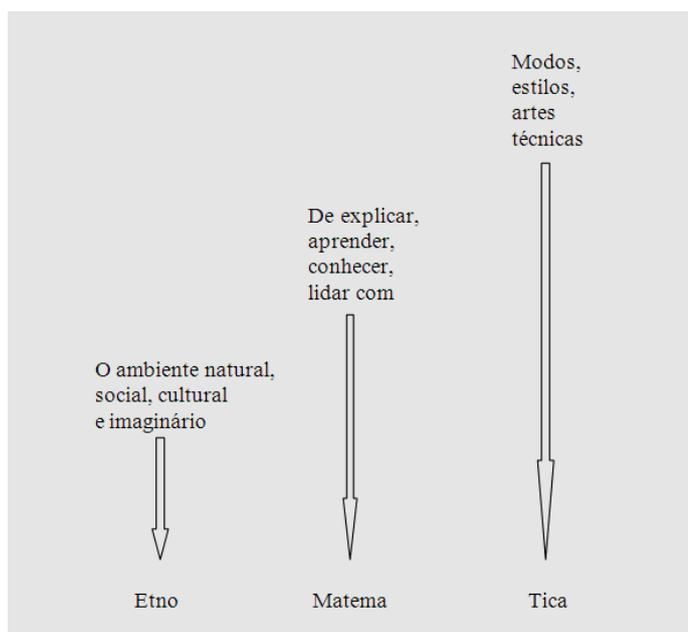
- ✓ A Etnomatemática não se limita à Matemática, pois procura entender como as culturas mais diversas expõem suas razões e explicações provenientes da realidade que os cerca, de modo a lidar com os desafios do cotidiano.
- ✓ “O Programa Etnomatemática, cujo objetivo maior é analisar as raízes socioculturais do conhecimento matemático, revela uma grande

preocupação com a dimensão política ao estudar a História e a Filosofia da Matemática e as implicações pedagógicas.”<sup>5</sup>

- ✓ Para o Programa Etnomatemática não existe uma teoria geral/final para o saber/fazer matemático de determinada cultura, este é o potencial marcante das pesquisas nessa área, pois se opõe à epistemologia fechada de pesquisas em matemática que são embasadas nos estudos etnoantropológicos que se fundamentam nas culturas mediterrâneas e nos algoritmos, como padrão que orienta a compreensão do modo de pensar matemático nas culturas estudadas.

Para melhor compreender as ideias da etnomatemática nos apropriamos da definição de D’Ambrosio (2005, p. 2), quando afirma que:

A aventura da espécie humana é identificada com a aquisição de estilos de comportamentos e de conhecimentos para sobreviver e transcender nos distintos ambientes que ela ocupa, isto é, na aquisição de:



Com base nessas ideias e significados, podemos verificar a amplitude desse Programa, as formas de valorização, validação e a necessidade e coerência de sua existência por meio da seguinte afirmação:

<sup>5</sup> Citação retirada de (Etnomatemática novos desafios teóricos e pedagógicos, 2009, p.23)

Metodologicamente, esse programa reconhece que na sua aventura, enquanto espécie planetária, o homem (espécie *Homo sapiens sapiens*), bem como as demais espécies que a precederam, os vários hominídeos reconhecidos desde há 5 milhões de anos antes do presente, têm seu comportamento alimentado pela aquisição de conhecimento, de fazer(es) e de saber(es) que lhes permitiram sobreviver e transcender, através de maneiras, de modos, de técnicas, de artes (*techné* ou “tícas”) de explicar, de conhecer, de entender, de lidar com, de conviver com (mátema) a realidade natural e sociocultural (etno) na qual ele, homem, está inserido. Ao utilizar, num verdadeiro abuso etimológico, as raízes “tica”, “matema” e “etno”, dei origem à minha conceituação de Etnomatemática. (D’AMBROSIO, 2005, p.112)

O programa de pesquisa Etnomatemática definido por D’Ambrosio é um campo amplo transdisciplinar, ou seja, é uma concepção intra e interdisciplinar que contém o domínio das ciências da cognição, da epistemologia, da história, da sociologia, da transmissão do conhecimento e da educação.

O que queremos destacar, também, é que o programa etnomatemática não se restringe somente ao campo de pesquisa em Educação Matemática, mas é um campo transdisciplinar que se estende às diversas áreas do conhecimento.

Para D’Ambrosio (2005), a Enomatemática possui várias dimensões que na maioria das vezes se relacionam entre si, para expressar melhor suas ideias são definidas do seguinte modo: dimensão conceitual, dimensão histórica, dimensão cognitiva, dimensão epistemológica, dimensão política e dimensão educacional. Evidenciamos a seguir essas seis dimensões segundo D’Ambrosio (2005, pp.27-47), a fim de alcançar uma melhor compreensão das ideias da Etnomatemática.

### **1.3.2 As Dimensões do Programa Etnomatemática**

#### **Dimensão Conceitual**

Em qualquer ambiente sociocultural de todo mundo, a Matemática surge como uma forma de explicar, achar respostas para as diversas questões de sobrevivência e lidar com elas na sua plenitude. Assim “a matemática pertence a todas as classes e contextos culturais, ela é a marca da civilização humana em sua pluralidade”. (D’AMBROSIO, 200-, p.09)

Diante dos vários problemas encontrados no cotidiano, o ser humano diferente de outras espécies animais formula teorias resultando em práticas que tentam resolver problemas de sua própria existência. Essas teorias e práticas, segundo D’Ambrosio

(2005), “são as bases de elaboração de conhecimento e decisões de comportamento, a partir de representações da realidade.” (p.27)

Na concepção de D’Ambrosio (2005), as questões de sobrevivência são sempre uma tomada de decisão imediata da situação real, de um conhecimento pré-existente, ou seja:

O comportamento se baseia em conhecimento e ao mesmo tempo produz novo comportamento e conhecimento. Essa simbiose de comportamento e conhecimento é o que denomino instinto, que resolve a questão da sobrevivência do indivíduo e da espécie. (p.27)

As questões relacionadas à espécie humana estão vinculadas à sobrevivência e à transcendência no que retrata o presente-real e o futuro-imaginário. “O ser humano age em função de sua capacidade sensorial, que responde ao material [artefatos], e de sua imaginação, muitas vezes chamada criatividade, que responde ao abstrato [mentefatos]”. (D’AMBROSIO, 2005, p. 28)

A realidade material são explicações do resultado da busca por fatos e fenômenos do saber/fazer da ação no ambiente cultural, quanto mais informações deste meio o indivíduo recebe modifica seu comportamento, bem como o conhecimento gerado.

Conforme D’Ambrosio (2005, p. 32), cultura é a consequência de um “conjunto de conhecimentos compartilhados e comportamentos compatibilizados” por um grupo de indivíduos.

## **Dimensão Histórica**

D’Ambrosio (2008) afirma que foi no mediterrâneo que encontramos registros das primeiras civilizações e onde se intensificaram as pesquisas sobre a espécie humana e as origens do homem moderno ou *homo sapiens sapiens*.

Uma das atividades humanas ao longo de toda sua evolução que podemos destacar está na busca de atender à necessidade de se alimentar em competição com outras espécies, e por essa razão desenvolveram instrumentos e técnicas que auxiliavam na busca por alimentos. Nas formas encontradas em utensílios de caça e pedras lascadas para retirar o couro e a carne do animal abatido, foram reconhecidas particularidades da matemática presentes nesse artefato já há cerca de 2 milhões de anos.

Para D'Ambrosio (2005), a Matemática torna-se mais evidente e ganha mais importância quando o homem descobre a “agricultura, sua alimentação por excelência” (p.20), ou seja, a base principal de sua alimentação não era somente a carne de animais da fauna da região habitada, mas também grãos produzidos pela terra.

No entanto, as populações se esforçavam para criar planejamento, técnicas e instrumentos de plantio, colheita, armazenamento do produto, ou seja, organização da produção, divisão das terras, mitos e percepção referente às estações do ano e aos fenômenos da natureza que afetam a agricultura forma criados. Podemos perceber que se deu nesse período a fundação das estruturas da economia e do poder que prevalecem até hoje.

A estrutura organizacional de produção de alimentos e gerenciamento dessas técnicas criou a necessidade de um saber relacionado ao espaço, sobre o plantio e o tempo certo para plantar, colher e armazenar. Conhecemos esses saberes de espaço e tempo de cultivo hoje como geometria e calendário.

Segundo D'Ambrosio (2005):

A geometria [*geo*=terra, *metria*=medida] é resultado da prática dos faraós, que permitia alimentar o povo nos anos de baixa produtividade, de distribuir as terras produtivas às margens do Rio Nilo e medi-las, após as enchentes, com a finalidade de recolher a parte destinada ao armazenamento [tributos]. (p.21)

Em relação aos calendários D'Ambrosio (2005) enfatiza que:

Os calendários sintetizam o conhecimento e o comportamento necessários para o sucesso das etapas de plantio, colheita e armazenamento. Os calendários são obviamente associados aos mitos e cultos, dirigidos às entidades responsáveis por esse sucesso, que garante a sobrevivência da comunidade. Portanto os calendários são locais. (p.21)

O calendário que hoje conhecemos e costumamos seguir é reconhecido internacionalmente como gregoriano, pois foi anunciado pelo Papa Gregório XIII, em vigor desde 15 de outubro de 1582. Para D'Ambrosio (2005), há cerca de 40 calendários em uso espalhados por diferentes regiões do mundo. “A geometria e os calendários são exemplos de uma etnomatemática associada ao sistema de produção, resposta à necessidade primeira das sociedades organizadas de alimentar um povo.” (p.21)

Dando continuidade a nossa discussão a respeito da dimensão histórica da Etnomatemática, encontramos uma fundamentação na seguinte afirmação.

Como todas as civilizações, as da Antiguidade na Bacia do Mar Mediterrâneo elaboraram suas etnomatemáticas. Costumo dizer que essa matemática é a espinha dorsal da Civilização Moderna. É o sustentáculo de nossa ciência, tecnologia, urbanização e arquitetura, sociedade e política, sistemas de produção e economia. (D'AMBROSIO, 2008, p.28)

Na citação acima D'Ambrosio retrata o surgimento da matemática diante das concepções históricas, há cerca de 3000 anos de sua existência. A importância da matemática e sua evolução durante esses três milênios foram formidáveis para o surgimento e o desenvolvimento de diversos ramos da ciência.

O nascimento da Matemática se deu fundamentalmente com a necessidade do ser humano de se evoluir, percebemos que ela é o resultado de uma expressão cultural, ou seja, desde a sua criação pelos Gregos na antiguidade, partindo das tradições dos Egípcios, Sumérios e Indianos, apresenta-se como respostas e desafios que explicam necessidades e desejos.

Segundo D'Ambrosio (1998):

Dentre essas várias técnicas, habilidades e práticas encontram-se aquelas que utilizam processos de contagem, de medida, de classificação de ordenação e de inferência, e que permitiram a Pitágoras identificar o que seria a disciplina científica que ele chamou matemática. (p.06)

Como vimos anteriormente, a matemática está intrínseca nas atividades humanas durante toda sua evolução. Nesse sentido, é importante destacar que durante três milênios existiu uma dualidade entre o pensamento qualitativo dos gregos e o quantitativo dos babilônicos, sendo que o primeiro pensamento, de acordo com D'Ambrosio (2005), prevaleceu em toda idade média.

O período moderno apropriou-se do modelo quantitativo de raciocinar, pois graças à aritmética ficou possível efetuar cálculos com os algarismos indo-arábicos e, conseqüentemente, segundo D'Ambrosio (2005), com a extensão Simon Stevin [decimais] e de John Neper [logaritmos], esses algarismos contribuíram para a criação dos computadores.

O impacto da cultura ocidental proveniente das margens sul do mediterrâneo para o desenvolvimento da matemática é sem sombra de dúvida predominante sobre todas as culturas existentes, pois é a base do pensamento global que tanto influenciou os pensamentos de grandes gênios da matemática.

Analisar e explicar fenômenos sempre em paralelo com outras manifestações culturais são ações típicas e importantes da proposta da Etnomatemática. Para

D'Ambrosio (2005, p.29), “isso é evidente nas duas tentativas de introdução do sistema indo-arábico na Europa”.

A primeira foi por Gerbert de Aurillac, sagrado Papa Silvestre II em 999, mas sem sucesso. A segunda foi pelo mercador Leonardo Fibonacci, de Pisa, com a publicação de *Liber Abaci*, em 1202. No entanto, as formas de ensinar um novo sistema proposto por Silvestre II pouco contribuíam para a atividade econômica. Mas, com o mercantilismo que surgiu a partir do século XIII e os avanços da baixa idade média, a aritmética dos árabes tornou-se fundamental.

É importante destacar que, nos séculos XV e XVI, a matemática teve um papel fundamental, pois nesse período países europeus, como Portugal, França, Espanha e Inglaterra, desenvolveram estudos importantes sobre navegação, que culminaram com viagens de conquista ao novo continente. Isso resultou na descoberta do Brasil em 22 de abril de 1500, pelo navegador português Pedro Álvares Cabral.

Os estudos feitos pelo Frei Vicente do Salvador na época do descobrimento do Brasil, em relação ao processo aritmético dos indígenas brasileiros, explicitam que eles se apropriavam de um método de contagem utilizando os dedos das mãos ou, se necessário, os dos pés, e princípios de trocas num procedimento de correspondência biunívoca sem utilização de um padrão de pesos e medidas. Isso satisfazia as necessidades do seu cotidiano e seu sistema de explicação. Eles não tinham outro sistema de contagem, pois o objetivo maior era viver em harmonia com a natureza.

Vale destacar que, com o avanço da tecnologia e a globalização, mesmo em comunidades mais remotas, já existe a presença de calculadoras e computadores, pois facilitam em muito as relações comerciais.

Para D'Ambrosio (2005), estamos passando por um momento que se assemelha ao período do final da Idade Média, ocasião esta de uma efervescência intelectual, podendo até ser denominado de um novo renascimento, “a etnomatemática é uma das manifestações desse novo renascimento.” (p.29)

É sempre importante observarmos o comportamento dos jovens com os olhos focados no momento cultural que estamos atravessando. A matemática hoje ensinada nas escolas nos leva a uma reflexão curricular, não apenas centrada na própria disciplina, mas sobre as relações interculturais sobre a história e a filosofia da matemática na experiência individual e coletiva de cada indivíduo.

## Dimensão Cognitiva

O estudo do pensamento humano sempre foi foco de intensas pesquisas, já conhecemos muito sobre o cérebro e seu funcionamento físico, mas onde está a capacidade de definirmos uma cor, diferenciarmos um cheiro e controlarmos nossas emoções?

Esse questionamento sempre foi objeto de estudos de várias correntes da chamada ciência da cognição que são frutos de intensas pesquisas de âmbito pedagógico, em que destacamos a psicologia de Jean Piaget, Vygotsky e a pedagogia de Paulo Freire, este último contribuiu de maneira intensa para as ideias da Etnomatemática.

A Etnomatemática reconhece que cada comunidade, povo, tribo e nação têm sua própria forma particular de comparar, classificar, quantificar, medir, explicar, generalizar, inferir e, de algum modo, avaliar, já que isso consiste em um processo característico de uma cultura.

O que diferenciou a espécie humana das demais foi a capacidade de se comunicar e a de se adequar a circunstâncias novas como mudança de clima, alimentação, modos de vida, bem como de modificar seus saberes e valores.

D'Ambrosio (2005) enfatiza que o conhecimento é gerado individualmente com base em informações da realidade e na comunicação com o outro, pois:

O comportamento de cada indivíduo, associado ao seu conhecimento, é modificado pela presença do outro, em grande parte pelo conhecimento das consequências para o outro. Isso é recíproco e, assim, o comportamento de um indivíduo é compatibilizado com o comportamento do outro. Obviamente, isso se estende a outros e ao grupo. Assim, desenvolve-se o comportamento compatibilizado do grupo. (p.32)

Estudar os comportamentos de cada grupo em diferentes meios culturais é o foco das pesquisas em Etnomatemática, os trabalhos nessa área buscam entender a realidade atual que os cercam, já que compreende que a espécie humana se surpreende com aspectos da sua vida e está constantemente em busca explicações.

O pensamento humano associado ao mundo físico sempre foi um mistério (nascimento-morte, dia-noite, acordar-dormir, os astros, etc...), a busca por solucionar vários mistérios sempre foi a causa e o efeito e será um importante passo para a evolução da espécie humana.

## Dimensão Epistemológica

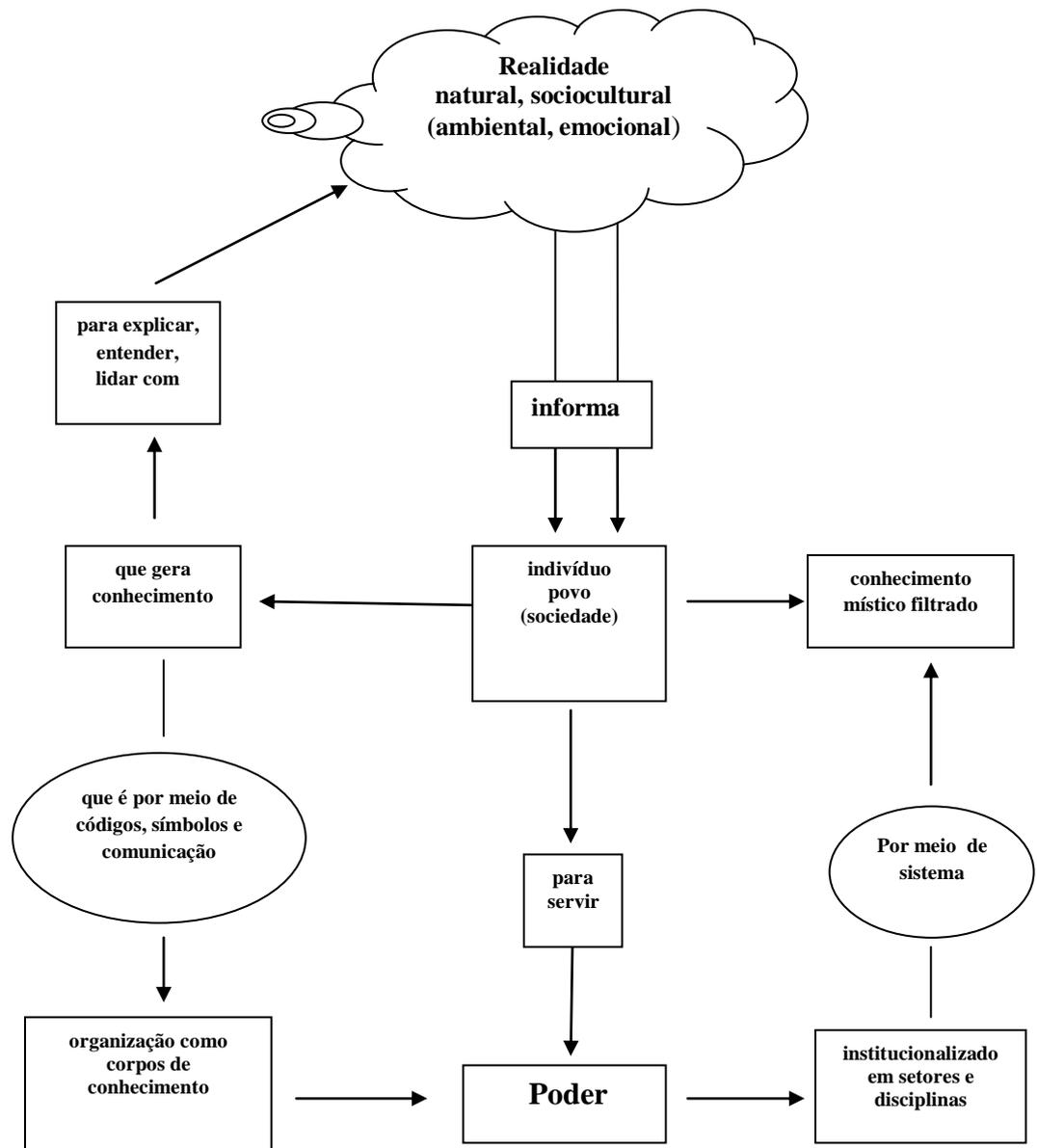
O conhecimento de um determinado grupo é definido por um conjunto de respostas às questões de sobrevivência e de transcendência provenientes de saberes e fazeres da realidade cultural.

Procurar fazer uma relação entre o empírico = prática e o teórico = ciência tornou-se uma grande discussão na história da ciência. Nesse contexto, D'Ambrosio (2005) menciona três questões diretas a esse relacionamento, quais sejam:

1. Como passamos de observações e práticas *ad hoc* para experimentação e método?
2. Como passamos de experimentação e método para reflexão e abstração?
3. Como procedermos para invenções e teorias? (p. 37)

D'Ambrosio (2005) se apropria destas três proposições para explicar a evolução do conhecimento, ou seja, esclarece como surge uma teoria do conhecimento ou epistemologia. Para ele não se deve tentar construir uma epistemologia para a etnomatemática, pois, na sua concepção, isso iria em sentido contrário à ideia do programa, que tem como objetivo entender como ocorre “a aventura da espécie humana na busca de conhecimento e na adoção de comportamentos” (p.17).

Segundo D'Ambrosio (2008, p. 25), “não se pode entender conhecimento sem se atentar para o ciclo completo do conhecimento, desde sua geração, organização intelectual e social, transmissão, expropriação, institucionalização e difusão”. A proposta epistemológica definida por ele foi sintetizada em um diagrama constituindo num ciclo de conhecimento como apresentada na figura 1.



Fonte: (D'Ambrosio, 2008, p. 25)

Na concepção do autor, a fragmentação desse ciclo é absolutamente inadequada para entender o ciclo do conhecimento, assim como, de maneira particular, a historiografia associada à fragmentação do ciclo não levaria a uma percepção de como a humanidade evolui. Ele enfatiza que a fragmentação é inadequada para analisarmos o conhecimento matemático das culturas periféricas.

## Dimensão Política

Quando nos referimos à dimensão política da Etnomatemática, retratamos como as diferentes culturas, num processo histórico, reagiram durante um momento de dominação e evolução.

Esse período de dominação que vamos colocar em destaque foi um momento na história em que se iniciou o processo de globalização do planeta, pois os séculos XV e XVI ficaram marcados pelas grandes expedições marítimas de países europeus que culminaram na exploração de todo globo terrestre, mudando qualquer tipo de explicações, maneiras de lidar com o meio ambiente, estilos de produção e estrutura de poder.

Quando falamos de conquista [dominador] de território, sempre estamos admitindo que exista um conquistado [dominado]. Para D'Ambrosio (2005, p. 40), “uma forma, muito eficaz, de manter um indivíduo, grupo ou cultura inferiorizada é enfraquecer suas raízes, removendo os vínculos históricos e a historicidade do dominado.”

Toda história da humanidade foi e está sendo marcada por um encontro de grupos culturais, característico do momento de globalização que, conforme D'Ambrosio (2010), consiste na dinâmica dos encontros culturais.

Penso em grupos culturais num sentido amplo, associado a identidades diversas, tais como idade, classe social, educacional e profissional, gênero e sexualidade, raça, nacionalidade, etnicidade, no sentido de compartilhar língua, religião e maneiras de agir. Os encontros também são considerados num sentido amplo, que envolve família e comunidade, cidade, trabalho, internet. A dinâmica a que me refiro é resultado de interação material, como contendas com ou sem armas, e de discursos específicos, tais como arte, economia, leis, mídia, política, ciência, religião. (p. 18-19)

Para o autor, no encontro de uma denominada cultura A com uma cultura B, há três possibilidades:

1. Cultura A elimina totalmente a cultura B;
2. Cultura A prevalece e cultura B sobrevive em latência;
3. Cultura A e cultura B se modificam, criando uma nova cultura. (p.19)

O autor enfatiza que o caso 3 pode ser considerado como sendo o ideal na evolução da humanidade, pois os recursos materiais e intelectuais, disponíveis em cada uma das culturas, sofrem modificações.

A Etnomatemática nessa dimensão política desempenha um papel fundamental na reestruturação da dignidade dos indivíduos, reconhecendo e respeitando suas raízes culturais. Reconhece e respeita os modos de pensar de cada grupo, opõe-se ao modelo seletivo com o qual a matemática se apresenta na sociedade.

### **Dimensão Educacional**

É evidente o enfoque educacional que a Etnomatemática propõe. Como ela é um programa de pesquisa que nasceu dentro da Educação Matemática, tem suas raízes voltadas para ação pedagógica na relação cultural.

Ao considerar a escola como espaço físico local que possui uma política de organização e acesso social a todos que a frequentam, assumimos que neste lugar ocorre o que D'Ambrosio (2010) chama de o encontro das “dinâmicas culturais”.

No momento do encontro cultural, ocorre uma dinâmica muito complexa. Tomamos como exemplo o período da colonização e o processo civilizatório. A escola passa por um procedimento semelhante na condução dessa dinâmica. Para D'Ambrosio (2005), “a dinâmica escolar poderia também ter resultados positivos e criativos, que se manifestam na criação do novo. Mas, geralmente se notam resultados negativos e perversos, que se manifestam sobretudo no exercício de poder e na eliminação ou exclusão do dominado.” (p.41)

A Etnomatemática manifesta-se em oposição ao ensino da Matemática que hoje tradicionalmente é feito nas escolas. Ao longo do tempo criou-se um mito de que a Matemática é algo dos Deuses e se tornou inabalada, pois para D'Ambrosio (2010):

Os reflexos da história da matemática na educação são evidentes. Muitos orientam o ensino destacando o fazer matemático como um ato de gênio, reservado a poucos, que, como Newton, são vistos como privilegiados pelo toque divino. O resultado disso é uma educação de reprodução, formando indivíduos desprovidos de capacidade crítica, subordinados e passivos. (p.22)

Diante de todas as manifestações culturais presentes no cotidiano, como a arte, a culinária, entre muitas outras, a Matemática foi a única que se universalizou, no entanto, o que prevaleceu foi o raciocínio quantitativo desde a época da baixa idade média.

O raciocínio quantitativo foi e continuará sendo muito importante em nossa sociedade atual e nas futuras gerações. É importante destacar que, atualmente, com a invenção das calculadoras de bolso e dos computadores, não precisamos perder tanto tempo ensinando as quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), e até mesmo para as crianças na fase de alfabetização isso se tornou desinteressante.

A tecnologia está presente mesmo em lugares mais remotos do planeta, com o avanço da informática. A partir do século XX e em seguida com a expansão da rede mundial de computadores (internet), já podemos notar mudanças no comportamento dos indivíduos.

Como citamos anteriormente, estamos passando por uma crise de pensamento ou novo renascimento até mesmo por um momento que assemelha à Idade Média em que se privilegiava o raciocínio qualitativo. O pensamento qualitativo é um campo muito utilizado pela robótica e a inteligência artificial, pois essas áreas estudam o desenvolvimento “mental” e autônomo de robôs com resultados em ambientes naturais.

As ideias da Etnomatemática fundamentam-se no raciocínio qualitativo, pois se entende que a presença do novo, mediante o momento histórico pelo qual estamos passando, faz e sempre fará parte da evolução da humanidade.

Para D’Ambrosio (2005):

A educação nessa transição não pode focalizar a mera transmissão de conteúdos obsoletos, na sua maioria desinteressantes e inúteis, e inconsequentes na construção de uma nova sociedade. O que podemos fazer para as nossas crianças é oferecer a elas os instrumentos comunicativos, analíticos e materiais para que elas possam viver, com capacidade crítica, numa sociedade multicultural e impregnada de tecnologia. (p.46)

A Etnomatemática sempre se preocupou em apresentar aspectos mais gerais que envolvem o meio ambiente e o sistema de produção, vinculado às manifestações culturais, tais como, a arte e a religião. Para D’ Ambrosio (2005), “[...] a etnomatemática se enquadra perfeitamente numa concepção multicultural e holística de educação.” (p.44)

Nós, educadores, temos a responsabilidade de preparar nossos alunos com um olhar de respeito às diferenças, sendo analíticos nas tomadas de decisões, para que vivamos uma cultura de paz e sem violência.

## CAPÍTULO 2

“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele”.

Martin Luther King (1929 – 1968).

### **2 Comunidades Quilombolas no Brasil: uma formação em formação**

Pretendemos retomar de modo reflexivo a história de formação das comunidades quilombolas no Brasil, entendidas como espaços culturais e sociais, e as formas sutis de resistência política.

Discutimos, também, algumas mobilizações e implementações de leis para assegurar o direito dos negros e a cultura afro-brasileira. Procuramos conhecer um pouco da organização das comunidades quilombolas presentes no Estado de Mato Grosso do Sul.

#### **2.1 O Período de Colonização do Brasil**

Começamos abordando um pouco da história do período colonial do Brasil, desde o seu descobrimento até o momento de exploração e dominação iniciada pelos portugueses, seguidos dos espanhóis e franceses.

A historiografia nos mostra que Portugal iniciou a busca por novas colônias no final do século XIII, logo após ter expulsado os mouros de seu território e tornado-se independente da Espanha.

Depois da independência, Portugal passou a ter pouca força comercial na Europa, permanecendo, nesse contexto, forçado a procurar opções comerciais pelo Atlântico. O projeto nacional português procurou, desde então, intensificar seus investimentos em estudos destinados à navegação, com o objetivo de conquistar novos territórios, demonstrando ousadia nas expedições.

Nos séculos XV e XVI, Portugal já era respeitado pela tradição na construção de navios, pela experiência e pelo domínio da técnica de navegação que resultou nas

viagens de Cristóvão Colombo ao hemisfério norte, no ano de 1492, chegando ao local que hoje chamamos de América; na viagem de Vasco da Gama que, em 1498, chegou à Índia pelo hemisfério sul, e Fernão de Magalhães que descobriu em 1520 uma passagem marítima para o pacífico. No entanto, histórias de descobertas e de dominações foram sendo criadas por todo globo terrestre, nas quais alguns historiadores afirmam que, em um período de 28 anos, o planeta se globalizou.

Em 22 de abril de 1500, uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral desviava-se da rota de Vasco da Gama que estava a caminho das Índias e descobre o Brasil. A frota de doze naus foi atracada no território onde hoje é a Bahia, local que recebeu o nome de Terra de Santa Cruz, em honra ao rei de Portugal Manuel I, e onde celebraram a primeira missa. Em 3 de maio de 1500, seguiram rumo ao objetivo inicial da viagem que era chegar à Índia.

A descoberta dessa nova terra ainda gera muitas dúvidas, pois alguns afirmam que foi planejada e outros asseguram que foi por acaso; teve um grande impacto nas pretensões portuguesas, diante disso, o rei de Portugal Manoel I deflagrou o processo de descobrimento e, em 1503, Amerigo Vespucci descobre uma área ainda maior que viria a ser chamada de América do Sul.

Como a rota de navegação para a América do Sul já estava bem estabelecida e estudada pelos navegadores, outros países como Espanha e França entraram na briga por esses novos territórios e mais tarde criaram suas novas colônias em territórios sul-americanos.

O período conhecido como pré-colonial foi iniciado com o ato de instalação de um aparelho administrativo na futura colônia. Entre os anos de 1500 a 1530, entre a chegada de Pedro Álvares Cabral e a de Martim Afonso de Souza, a historiografia retrata que o Brasil foi praticamente esquecido por Portugal. Isso se deu porque os interesses do mercado e da burguesia portuguesa estavam voltados para as riquezas da África (ouro, sal, marfim e o negro escravo) e para os materiais de luxo provenientes da Índia.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, o ouro não foi imediatamente explorado, a extração passou a ser uma das principais atividades somente a partir do século XVII.

Na época do descobrimento, os exploradores lusitanos encontraram em terras brasileiras uma população indígena que vivia num regime de comunidade primitiva de

troca de produtos que a própria natureza fornecia, ou seja, a caça e a pesca eram a sua principal atividade, considerada, assim, uma economia autossuficiente.

No entanto, os índios que aqui habitavam desconheciam o comércio ou algo que tendesse a isso, porém, nesse momento o governo português não se interessou em fazer investimentos, pois não era possível fazer um pacto colonial e isso seria inviável para as suas pretensões, “[...] comparando à África e, em especial, à Ásia, o Brasil não era compatível: daí o descaso português”. (SILVA, 1992, p.33)

Após um período de 30 anos, a partir da descoberta do Brasil até o processo de colonização, Portugal passava por uma grande crise financeira, os negócios do Oriente já sofriam várias ameaças dos muçumanos, a dificuldade financeira e militar para manter o domínio colonial sobre as especiarias manufaturadas já não suportavam a interferência inglesa e holandesa, trazendo como consequência a queda do monopólio.

Outros fatores que pesaram na crise portuguesa foram os altos custos que o estado tinha para manter a soberania, por não ter uma burguesia forte que pudesse assumir a administração do comércio asiático, os gastos exagerados da corte e a evasão de dinheiro para bancos estrangeiros credores.

A ameaça francesa de ocupação e exploração em terras brasileiras era um fato que incomodava muito o governo português, pois não respeitaram o Tratado de Tordesilhas<sup>6</sup>, firmado entre Portugal e Espanha. Diante disso, não restava outra opção a não ser povoar o Brasil e expulsar os franceses do território.

Para Portugal, o dilema era colonizar o Brasil ou perder a terra, portanto, resolveu colonizá-la e enviou de Lisboa uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza, em 3 de dezembro de 1531.

A missão extraordinária de Martim Afonso de Souza veio com muitas atribuições e com poderes concedidos pelo rei Dom João III; ele deveria expulsar das terras brasileiras os franceses, organizar expedições na busca de metais preciosos, iniciar o processo de povoamento da terra, criar um órgão administrativo e enfim dar início à colonização.

Depois de uma longa estadia no litoral de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, a expedição de Martim Afonso de Souza seguiu para a região da Cananeia (estado de São Paulo), rumo ao Rio da Prata, para tomar conta da região, assim como tinha ordenado o rei.

---

<sup>6</sup> 1494 – Tratado de Tordesilhas: divisão do mundo extraeuropeu entre Espanha e Portugal (LINHARES, 1990, p.66)

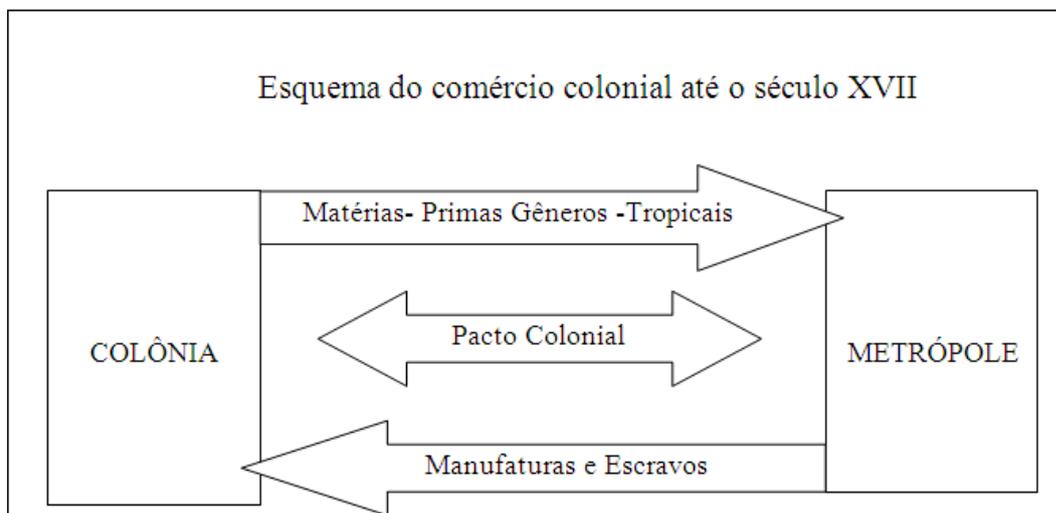
Segundo Silva (1992): “De volta a Cananeia, Martim Afonso fundou em 1532 a Vila de São Vicente – primeiro núcleo político – administrativo do Brasil -, onde instalou o primeiro engenho de açúcar. *Estava iniciada a colonização brasileira.*” (p.35)

Desde o início do descobrimento, o império português se impõe sobre o Brasil, que, enquanto colônia, teria obrigatoriamente que se inserir no quadro das determinações políticas, econômicas, sociais e culturais metropolitanas. Dessa forma, o sistema colonial definiu o modelo político e a organização da vida econômica e social da colônia nos três primeiros séculos de sua história.

Entre os séculos XV e XVII, o domínio colonial atravessa um momento marcado pelo das monarquias e do mercado capitalista, os europeus passam por um período denominado pelas práticas econômicas que ficou conhecido como mercantilismo. Para Silva (1992, p. 32), “Um dos fatores que contribuíram decisivamente para isso foi a expansão comercial e marítima”.

O sistema de colonização do Brasil e das Américas obedeceu à expansão mercantilista mundial, que constituiu o pilar de sustentação do estado metropolitano.

QUADRO 1 - Esquema de comércio colonial até século XVII.



Fonte: (SILVA, 1992, p. 36).

Como representamos no diagrama acima, o pacto colonial era sempre definido pela metrópole que controlava a matéria-prima e a manufaturada encaminhada para a colônia. Os preços de compra de produtos comercializados pelas colônias eram tão baixos que economicamente não eram viáveis produzi-los na metrópole, e a revenda

desses produtos gerava uma excelente margem de lucro para quem detinha o monopólio.

No entanto, respeitando o pacto colonial as colônias eram proibidas de produzir produtos que concorressem com a metrópole, restando somente consumir produtos com preços altíssimos manufaturados pelos detentores do monopólio e pela metrópole. Desse modo, as colônias ficavam impossibilitadas de se desenvolverem, pois eram dependentes da estrutura de poder organizada à época.

## **2.2 Do escambo à escravidão**

De acordo com Silva (1992), quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, surpreenderam-se com os habitantes que encontraram. Isso já se via nos relatos de bordo de Cristóvão Colombo quando descobriu a América e mais tarde nas cartas de Pero Vaz de Caminha na esquadra de Cabral.

A primeira reação do branco ao ver um habitante do novo continente era a de considerá-lo um animal, ou seja, um não humano, portanto não serviriam para o trabalho escravo e essa notícia repercutiu por toda a Europa.

O relacionamento do homem branco com o índio a princípio ocorreu de maneira amistosa, isso porque os colonizadores sempre estavam em desvantagem numérica e dependiam deles para se alimentar, o que os fez ver que não era o momento propício para forçá-los ao trabalho escravo.

Até os primeiros trinta anos do século XVI, em pleno processo de colonização do Brasil, não houve relato de trabalho forçado em terras brasileiras. Nesse período, portugueses e franceses utilizavam a mão de obra indígena livremente na extração do pau-brasil.

A fórmula encontrada para essa relação cheia de ambições ficou conhecida como escambo (troca de mercadoria por mercadoria) entre brancos e índios. Na troca por produtos como espelho, pente, facas, chapéus e ferramentas, os indígenas trabalhavam no corte e no carregamento da madeira chegando até ao porto onde ocorria o transporte para a Europa.

Com o processo de colonização, a instituição do poder político-administrativo e a montagem de um organismo militar repressor, com o intuito de tornar o Brasil um

centro na produção de açúcar, a relação do branco com o índio se arruinou. A partir daí, o homem branco passou escravizar o índio nas lavouras de cana de açúcar.

Ao substituir o escambo pela atividade agrícola, os portugueses alteraram rapidamente seu tratamento com os indígenas, pois estes trariam perigo para o processo de colonização. O alvo dos brancos estava focado na plena escravidão e destribalização, ou seja, uma desorganização das autonomias tribais a fim de garantir a soberania.

As consequências da escravidão dos índios foram imediatas, o trabalho forçado não era compatível com a cultura milenar de liberdade a qual eram acostumados. No entanto, segundo Silva (1992, p. 29), “as guerras iniciadas pelos índios contra o genocida português eram o começo de uma luta secular contra a escravidão, a destribalização, a violência sexual contra os índios, o roubo de suas riquezas e suas expulsões das terras”.

Podemos considerar que houve uma guerra desigual travada entre as imposições das armas do branco com os arcos e flechas dos indígenas, nem por isso a resistência dos indígenas evitou sua escravidão. Até meados do século XVIII, a escravidão indígena predominou sobre a negra.

É importante ressaltar que a resistência dos índios e a atrocidade do colonizador desbancam a falsa afirmação de que os índios aceitaram passivamente a imposição portuguesa sobre sua terra e sua cultura.

### **2.3 Um pouco da história da África narrada pela escravidão negra no Brasil**

Não podemos narrar a história do Brasil sem mencionarmos os povos africanos, aqueles que tanto contribuíram para a transformação da nossa nação e a identificação da nossa cultura.

Um dos fatores que contribuíram, em tese, para a chegada dos negros ao Brasil foi a resistência indígena ao trabalho escravo, fazendo com que diminuísse a demanda da produção açucareira, que era a principal atividade agrônômica que estava fazendo mercado na Europa. Os primeiros negros africanos escravizados foram trazidos ao Brasil pelos colonos brancos com o propósito de servir de mão de obra na lavoura de cana de açúcar.

Dados históricos não relatam o momento preciso da primeira chegada do negro ao Brasil, isso confirma que o primeiro trabalho escravo em terras brasileiras tenha sido a indígena, como afirma Silva (1992):

O índio foi finalmente submetido, pela força das armas, a um sistema até então desconhecido por ele: o trabalho escravo. Em algumas capitanias como a de São Vicente, o índio foi escravizado até fins do século XVII, e no Pará e Maranhão, até fins do século XVIII. Portanto, é falsa a ideia de que o índio não foi escravizado no Brasil por resistir à escravidão. É verdade que o índio, assim como o negro, reagiu, mas isso não impediu a escravização de ambos, pois o poder econômico, político e militar do homem branco definiu o dominador e o dominado. (p.55)

Em meados do século XVI, o número de africanos como mão de obra escrava nas lavouras canaveiras superou os dos indígenas no Brasil. Essa superação do número de negros em relação ao número de indígenas em terras brasileiras se deu por vários fatores muito complexos, o mais importante, como mencionamos, foi a dispersão dos indígenas pelo território e isso estava prejudicando o abastecimento do mercado açucareiro na Europa. Outro fator foram as ações dos Jesuítas em defesa dos índios e as guerras travadas contra a escravidão e o roubo de suas terras.

Essas razões dificultavam a organização do comércio açucareiro e a empresa não conseguia produzir em larga escala para suprir os interesses mercantilistas, precisavam cada dia mais de mão de obra, sendo um dos principais motivos do surgimento do tráfico negreiro.

O tráfico negreiro foi iniciado pelos portugueses em meados do século XV e era um ramo da economia da época altamente lucrativa e acumuladora de capital, até mesmo a metrópole tinha controle sobre essa prática e cobrava imposto sobre tal atividade.

A própria escravidão financiava a manutenção do tráfico negreiro e essa prática se tornou um dos setores mais rentáveis do comércio internacional, o negro africano abastecia todos os reinos de diversos continentes.

Com a crescente colonização da América, aumentou também o tráfico negreiro lusitano, além de escravos destinados ao Brasil, Portugal passou a fornecer escravos para América espanhola, como por exemplo, para atender o Caribe onde o negro tornou-se necessário para substituir a mão de obra, depois de um extermínio total dos indígenas.

O transporte dos escravos da África para a América era feito pelos navios negreiros chamados tumbeiros, os escravos viajavam semanas nas piores condições de

tratamento, higiene e alimentação, muitos não conseguiam chegar vivos no local de destino.

Segundo Del Priore e Venancio (2010, p. 52):

Os escravos distinguiam-se em boçais – como eram chamados os recém – chegados da África – e latinos, já aculturados e que entendiam o português. Ambos os grupos de estrangeiros opunham-se aos crioulos, aqueles nascidos no Brasil. Havia distinções entre as nações africanas e, dada a miscigenação, a cor mais clara da pele era também fator de diferenciação. Aos crioulos e mulatos reservavam-se as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão. Aos africanos dava-se o trabalho mais árduo.

Os portugueses se utilizavam de várias formas para aprisionar o negro na África, por onde passavam despertavam o terror, comunidades inteiras eram incendiadas e as famílias eram obrigadas a se desfazer. Com o passar do tempo, a opressão lusa deu causa a várias guerras entre tribos, dando prêmio a tribo vencedora em troca dos guerreiros rivais capturados. Em algumas tribos, os chefes chegavam a fazer escambo de seus guerreiros por mercadorias.

Entre os séculos XV e XIX, mais de 70 milhões de negros africanos foram assassinados e escravizados. Conforme Silva (1992, p. 56), os principais grupos étnicos negros trazidos ao Brasil foram:

- **Banto** – oriundos principalmente de Angola, Golfo da Guiné e Congo;
- **Sudaneses** – originários predominantemente da costa setentrional do Golfo da Guiné e Sudão; e
- **Maleses** – sudaneses islamizados.

A realidade do negro no Brasil colonial contraria a falsa ideia de que o relacionamento entre senhor-escravo ocorria de maneira respeitosa, ou seja, que os senhores tratavam bem seus escravos dando-lhes alimentação, tratamento adequado, preservando sua integridade física e moral. Em resumo, a atrocidade contra o negro foi a marca dominante do comportamento do homem branco.

Procuramos ressaltar um pouco, neste capítulo, que a história do Brasil é em grande parte retratada pela história da escravidão, da busca incessante do negro pela liberdade.

## 2.4 A reação negra e o surgimento dos quilombos no período colonial

Segundo Linhares (1990), no século XVI, até 1855, estima-se que o Brasil tenha recebido mais de 4 milhões de escravos proveniente do continente africano e, ao longo do século XVIII, uma população aproximadamente de meio milhão de portugueses fizeram morada em terras brasileiras.

Na segunda metade do século XIX, houve um contingente de colonos vindos da Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, Síria e Líbano, Japão, etc e se instalaram no Brasil, definindo, assim, juntamente com os indígenas que aqui habitavam, uma cultura bem diversificada ao longo do tempo.

A historiografia tradicional brasileira, elitista e heróica sempre foi usada para desfigurar a verdade histórica. Muitas vezes inibidos ou não, os historiadores do passado passavam a escrever a história sobre a ótica do colonizador, contando as bravuras e descobertas da elite dominante.

Das inúmeras ideias falsas da história do Brasil, uma foi narrar que o negro aceitou sua condição de escravo passivamente, essa interpretação é analisada como sendo preconceituosa e racista, pois, se a historiografia tradicionalista prefere enaltecer a supremacia branca e a passividade negra, sua tentativa não passa de mascarar a realidade.

O negro, ao contrário do pensamento ideológico da historiografia tradicional, nunca aceitou sua posição de escravo e sempre lutou pela sua plena liberdade desde o tempo do cativo até os dias atuais.

Uma demonstração muito clara que retratava a reação negra contra a imposição escravista, segundo Silva (1992), eram as várias formas de suicídio, guerrilhas, rebeldias, assassinatos de feitores, senhores e as fugas individuais e coletivas que levaram à formação de quilombo.

Para a historiografia tradicionalista, considerar essas várias formas de movimento negro era um dilema, pois como atar fatos da história considerando a benevolência dos senhores de escravo? Era melhor defender a ideia da passividade negra.

Silva (1992) alerta que:

“Todavia, não podemos confundir as lutas negras na colônia como movimentos de consciência coletiva e politicamente organizados com o propósito de colocar um ponto final no regime escravista. Nem tampouco foram movimentos voltados ideologicamente para a tomada do poder. Foram, invariavelmente, rebeldias, individuais ou coletivas, onde o negro buscava livrar-se da escravidão. (p.58)

As diversas formas de manifestação ocorridas no período de colonização já comprovavam a reação negra contra seu direito de liberdade, no entanto, essas lutas negras ganharam forças no período imperial, pois esse movimento contribuiria para a transição do trabalho escravo para o livre e traria consequência favorável para o processo de abolição.

Em relação à resistência negra, podemos dar ênfase à constituição dos Quilombos no período colonial brasileiro, que se tratava de uma organização política com objetivos bem definidos e marcada por lutas pelo direito à liberdade.

Os Quilombos são definidos como comunidades constituídas e organizadas por escravos fugitivos das lavouras canavieiras e da mineração. O Quilombo de Palmares foi o mais conhecido pela sua grandiosidade e por ter nascido no contexto das guerras do açúcar. Para Del Priore e Venancio (2010), antes de Palmares o movimento de resistência negra já apresentava toda sua força na África: “Entre 1568 e 1573, por exemplo, a conhecida como Longa Marcha, que reuniu milhares de guerreiros, homens e mulheres, para lutar contra o invasor português, teve como pontos de apoio acampamentos fortificados denominados *Kilombos*”. (p.59)

Essa Marcha dos Jaga ganhara respeito na África em virtude da sua forte organização política, religiosa e militar. Essa força foi devidamente evidenciada quando invadiram e tomaram o Congo, expulsando os aliados dos Europeus. Tal proposta de organização a favor da liberdade teve o mesmo propósito quando da invasão da Guiné, ocasião em que o movimento ficou conhecido com os bijagós. Na América do Norte, América Central e também na América do Sul, onde esse tipo de movimento apresentou as mesmas características, tivemos as seguintes intitulações: palenques, manbises, cumbes, saramakas, cimarrones, mocombolas ou quilombolas.

Em qualquer que seja a região brasileira, em que o negro era submetido a trabalho forçado, existiam a resistência e a fuga de escravos, vários Quilombos iam sendo criados, era impressionante a capacidade de reestruturação quando um Quilombo era descoberto e destruído.

Das dezenas de Quilombos espalhados pelo território brasileiro desde o período colonial, destacamos o de Palmares pela sua organização e pela grande extensão de terras férteis e região propícia à atividade da caça e da pesca.

Segundo Del Priore e Venancio (2010):

No Nordeste, desde os fins do século XVI, foram registradas fugas de escravos. Sabia-se, então, que os fugitivos se concentravam na área que se estendia entre o norte do curso inferior do rio São Francisco, em Alagoas, às vizinhanças do cabo São Agostinho, em Pernambuco. Tratava-se de uma região acidentada, coberta de mata tropical onde abundava a palmeira pindoba, daí o nome: Palmares. (p.60)

Palmares era constituído por uma população totalmente heterogênea, conviviam ali negros das mais diferentes etnias, índios e mestiços, produziam sua própria alimentação, forjavam o ferro para fabricação de ferramentas e faziam utensílios cerâmicos.

Os palmarianos recebiam os recém-chegados do cativo com muito respeito, deixando-os à vontade para usufruir a liberdade; eles realizavam emboscadas em senzalas para libertar escravos e negociavam a troca de reféns holandeses e portugueses capturados por negros escravizados.

A comunidade quilombola de palmares vivia e se apropriava das terras férteis da região da serra da barriga; como eram acostumados no regime escravista, traziam consigo as técnicas de lidar com a terra, e muitos produtos como cana de açúcar, arroz, batata doce, feijão, milho, fumo e mandioca eram cultivados em larga escala. Os quilombolas exerciam a prática de um pequeno comércio com os habitantes circunvizinhos em troca de uma forma de tributo para uma convivência mais pacífica.

De acordo com Silva (1992, p. 59), “a organização política de Palmares se assemelha à de um reino africano. O governo era exercido por um rei e por um Conselho. O rei era escolhido entre aqueles que destacavam nas guerras”.

O primeiro rei a governar palmares foi Ganga Zumba entre 1670 e 1678, num ataque a Palmares em 1675, liderada por Antônio Bezerra, Cristovão Lins e Manoel Lopes, a força de resistência foi liderada com brilhantismo por um sobrinho de Ganga Zumba, o Zumbi, “seu nome em banto, *nzumbi*, referia-se ao provável guerreiro e líder espiritual na comunidade” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 61-62).

FIGURA 1 – Homenagem feita a Zumbi dos Palmares na praça da cidade alta Salvador-BA



Fonte: foto ET.al. própria – Salvador – BA (2010).

Os ataques a Palmares ocorriam esporadicamente e isso causava desconforto para o governo de Ganja Zumba. Até que depois de uma dessas ofensivas levarem dois filhos de Ganja Zumba, representantes de Palmares e portugueses se encontraram em Recife a fim de promover a paz.

As reivindicações feitas pelos palmarianos às autoridades eram para dividir as terras em sesmarias em troca de devolver ao domínio português escravos que não foram nascidos no Quilombo de Palmares. Isso repercutiu e criou revolta na comunidade e não agradou alguns líderes quilombolas, até mesmo Zumbi que ficou declarado rei depois que seu tio, em 1680, teria sido assassinado por envenenamento.

Del Priore e Venancio (2010, p. 62) retratam que:

Os quinze anos seguintes caracterizaram-se por combates violentos, enquanto inúmeros capitães tentavam, sem sucesso, dobrar os negros fugidos e seus aliados índios, brancos, cafuzos e mulatos. Ao explicar por que tinham conseguido expulsar os holandeses, fracassado, todavia, diante dos

aquilombados, Carrilho dia: “na guerra contra os flamengos pelejava-se contra sertão”. Em Palmares a luta era contra “o sofrimento” “a fome do sertão” o inacessível dos montes”, “o impenetrável dos bosques” e “os brutos que os habitam”

Os ofensivos ataques não sucedidos a Palmares não agradavam o então governador Pernambucano, João da Cunha Souto Maior. Em 1685, chegava a Recife o bandeirante paulista Domingo Jorge Velho, que viria a Pernambuco com a autorização de conquistar os indígenas da capitania, em vez de lançá-lo contra os índios o governador preferiu lançá-lo contra Palmares.

A guerra marcada pela resistência, batizada de “Guerra do Mato”, depois de cem anos chegava ao seu fim, logo após um acordo entre o governador e o bandeirante. O acordo concedia a posse dos prisioneiros de guerras ao bandeirante em troca da destruição total de palmares. No entanto, segundo Del Priore e Venancio (2010):

Em fevereiro de 1694, depois de 42 dias sitiado, a cerca real do Macaco caiu. Milhares de quilombolas morreram, outros tantos foram capturados e vendidos para fora da capitania. Zumbi, que conseguira escapar, foi capturado no dia 20 de novembro de 1695; executado, teve a cabeça exposta em praça pública. Era uma advertência: escravos deviam obedecer, e não desafiar o sistema escravista. (p.63)

Quando foi decretada a destruição de Palmares em 1695, descobriu-se ouro em Minas Gerais e, com isso, houve uma migração muito grande de escravos para as jazidas mineiras; o afastamento dos escravos da lavoura, atividade com a qual estavam acostumados, provocou resistência.

Em Minas, a resistência ao trabalho forçado era ainda maior, as fugas individuais e coletivas eram frequentes fazendo com que as autoridades e senhores de escravos intensificassem as proibições, fortificassem as senzalas e montassem um mecanismo que coibisse as fugas. Por isso, instalaram uma tropa especializada denominada capitães do mato para capturar os fugitivos.

As fugas e a criação de Quilombos fizeram surgir um novo tipo de comércio. A captura dos negros fugitivos e a destruição de comunidades quilombolas eram motivos de premiação para os capitães do mato, muitos deles se tornaram bem-sucedidos, ganhando das autoridades direitos de posse de terras e de negros capturados.

Em Minas Gerais, no século XVIII, as comunidades quilombolas, embora com as esporádicas violências cometidas contra os escravos, já se apresentavam com características semelhantes a outras comunidades espalhadas pelo Brasil, pois se

aproximavam do convívio com outras classes sociais, prestando serviços e realizando o escambo.

A descoberta do ouro em Minas Gerais deflagrou uma corrida de exploração por todo país “em Mato Grosso, onde se achou ouro em 1719, às margens do rio Coxipó, não faltaram escravos e, conseqüentemente, quilombos” (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 65)

Por onde o processo de colonização se estendia, uma comunidade quilombola se fazia presente, praticamente em todos os estados foram comprovados a resistência negra e sua busca pela liberdade.

Essa manifestação já se tornava um problema para o império português, na verdade várias organizações lideradas pela igreja e pelo movimento de abolição dos escravos marcavam o fim da última fase do período colonial.

As comunidades quilombolas ao longo do tempo foram se organizando e tornando-se mais sólidas, exprimindo seus objetivos de justiça e liberdade.

## **2.5 Manifestação do movimento abolicionista no Brasil**

As últimas décadas do século XVIII ficaram marcadas pelos acontecimentos internacionais que tiveram reflexos na política e economia do Brasil, como afirma Del Priore e Venancio (2010):

Em 1776, as Treze Colônias romperam o domínio inglês, aprovado a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. A Inglaterra, por sua vez, desde meados do século XVIII envolvida no processo de revolução industrial, após sérios conflitos, acatou a independência e acelerou a luta contra o tráfico de escravos, abolindo-o, pioneiramente, em 1807. A essa derrota do sistema colonial moderno nas Américas seguiu-se, em 1791, a revolta dos escravos de São Domingos, com a conseqüente proclamação de independência do Haiti. Tal rebelião ecoava os acontecimentos da Revolução Francesa nas colônias americanas; graças a ela a escravidão foi temporariamente extinta nas colônias francesas entre 1794 e 1802. (p.143)

Em síntese, com a independência dos Estados Unidos e a abolição dos escravos nas colônias francesas, o regime colonial português passou a ficar com os seus dias contados, isso porque a passagem do regime monopolista para a livre concorrência e do trabalho escravo para o assalariado estava agravando todo sistema político e econômico na então América do Sul.

Na historiografia brasileira, há relatos que no início do século XIX algumas personalidades políticas já se posicionavam a favor da libertação dos escravos, porém suas vozes e seus atos antiescravistas não passavam de reuniões sem objetivos concretos.

Depois de uma vasta caminhada pelos fatos históricos que evidenciam a resistência negra, a escravidão e a ação reformista da elite, a historiografia brasileira tentou identificar num determinado momento três grupos que debateram a libertação dos escravos: os emancipacionistas, os abolicionistas e os escravistas.

Os emancipacionistas eram conhecidos por serem partidários de uma extinção lenta e gradual da escravidão, como afirma Del Piore e Venancio (2010):

Os emancipacionistas tinham, portanto, uma posição moderada. Eles podiam ser identificados nas fileiras dos conservadores, embora fossem mais numerosos entre os liberais. Entre os seus partidários, estava nada menos do que o imperador, que, na *Fala do Trono* de 1867, libertou os cativos que pertenciam ao Estado e defendeu a emancipação progressiva dos demais escravos brasileiros. A bandeira que os unia era a de que o sistema escravista inviabilizava a constituição de uma nação civilizada, mas, por outro lado, que a abolição não podia ser pretexto para a desorganização da agricultura, base econômica de sustentação do império. (p.204)

Os abolicionistas eram um grupo radical que propunha uma libertação imediata dos escravos, como enfatiza Del Piore e Venancio (2010):

Graças ao abolicionismo, a mobilização popular tornou-se um elemento de transformação consciente da realidade. A revolta agora não era circunstancial, contra o aumento dos preços de alimentos ou contra alguma medida que prejudicava os interesses populares, mas sim efetiva, pois tinha por objetivo alterar a estrutura da sociedade. Os abolicionistas também inovaram na forma de organização. Em vez de reuniões secretas, como ocorria em maçonaria, que tanto envolveu os políticos do império, eles formavam clubes abertos a quem quisesse participar, lançavam jornais, assim como organizavam palestras em teatros e comícios nas ruas. Representavam, por assim dizer, uma nova forma de fazer política, uma forma que fugia às rédeas dos oligarcas e poderosos rurais. (p.206)

Os relatos historiográficos afirmam que o movimento de abolição dos escravos ganhou força e consistência política depois da guerra do Paraguai em 1870. Essa mudança de comportamento da sociedade no tocante à escravidão, segundo Silva (1992), deu-se pela brilhante participação do negro na guerra.

Os negros que participavam da guerra tinham o direito de receber sua carta de alforria, concedida pelo Estado, e esse era um dos grandes motivos da superioridade e valentia desses guerreiros.

De acordo com Silva (1992):

Essa participação, por vezes heróica, contribuiu para modificar a mentalidade da oficialidade do Exército, que, consiste na bravura do soldado negro, comparável à do branco, assumiu o abolicionismo, levando o Exército nos anos 80 a negar a perseguir o escravo fugitivo. (p.181)

Para a classe média, a abolição da escravatura consistia numa importante aspiração política, o comércio e a indústria também apostavam no mercado consumidor já que o trabalho assalariado após a libertação traria um giro do capital.

A aristocracia cafeeira do oeste paulista demonstrava simpatia pelo movimento abolicionista, mas para os cafeicultores a escravidão gerava a escassez de mão de obra prejudicando a produção.

Os escravistas constituídos pela elite agrária eram defensores do sistema e de uma indenização caso a abolição fosse efetivada. As ideias dos escravistas eram consideradas para os pensadores abolicionistas da época como a ruína da pátria e não faltou gente letrada e refinada nesse meio, conforme afirma Del Piore e Venancio (2010):

José de Alencar, só para citar um exemplo, foi um árduo defensor do escravismo, denunciando os abolicionistas como “emissários da revolução, apóstolos da anarquia”, ou então rejeitando a superioridade do “trabalho livre”, alegando que os operários europeus viviam em condições piores do que os cativos brasileiros. Portanto, era possível ser poeta e escravista ao mesmo tempo. Aliás, ser proprietário de escravos não era um sintoma de sadismo ou de inclinação à crueldade; o sistema era defendido por razões bem mais objetivas, como a questão da falta de controle sobre a mão de obra livre. (p.207)

Na verdade, o trabalho escravo era prejudicial para a economia do país que buscava se modernizar e se desenvolver. Essa visão era defendida e enaltecida por líderes pensadores importantes da nossa história, entre outros destacamos, Castro Alves, Bernardo de Magalhães, Joaquim Nabuco, Silva Jardim, o ex-escravo e advogado Luís Gama, lideranças negras como André Rebouças, José do Patrocínio e Antônio Bento, líder dos caifases.

Um dos fatores que impulsionaram ainda mais o movimento de abolição dos escravos no Brasil era a pressão internacional antiescravista presente nos anos de 1870 a 1880 e isso sem contar que o Brasil na década de 1970 era o único país independente no continente americano que possuía escravos.

O grupo emancipacionista passou a lutar por uma política de reativar a experiência com os trabalhadores europeus defendendo a imigração subsidiada, proposta essa colocada em prática em 1884.

Essa proposta foi firmada com os governos das províncias que pagavam as passagens dos europeus para se instalarem nas regiões, com o intuito de ajudarem na produção agrícola, isso era um sonho para muitos trabalhadores vindo da Itália, Espanha e Portugal, porque a fome e a falta de prosperidade na terra natal já os amedrontavam. “A combinação de concessão de terras para roças e pagamento por tarefas obteve grande sucesso, sendo aplicada não só na lavoura cafeeira como também em outras atividades agrícolas de exportação que empregavam o trabalhador livre” (DEL PIORE; VENANCIO, 2010, p. 209).

Consoante a proposta de incentivo à imigração, os emancipacionistas criaram meios de promover a presença dos ex-escravos nas fazendas, uma delas foi a Lei do Ventre Livre colocada em vigor em 1871, como destacamos no quadro a baixo.

#### QUADRO 2 - LEI DO VENTRE LIVRE

Lei do Ventre Livre
<p>Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.</p> <p>§1.º - Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de oito anos completos.</p> <p>§2.º - Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.</p> <p>Art. 2.º - O Governo poderá entregar à Associação por ele autorizada os filhos dos escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores...</p> <p>§1.º - As ditas Associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até 21 anos completos e poderão alugar esses serviços.</p>

Fonte: (SILVA, 1992, p. 182)

Outra forma semelhante que os emancipacionistas encontraram foi a criação de anos mais tarde da Lei do Sexagenário, conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe (1885) determinando: “São libertos os escravos de 60 anos de idade [...] ficando, porém,

obrigados, a título de indenização pela alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos.” (DEL PIORE; VENANCIO, 2010, p. 210).

Para muitos críticos, assim como Silva (1992) enfatiza que: “Incrível a desfaçatez do autor de tal lei e dos seus seguidores. É inacreditável que alguém tivesse a coragem de criar uma lei que concedia a liberdade ao escravo com mais de 65 anos, num país onde o índice médio de vida do negro girava em torno de trinta anos” (p.183).

Para os emancipacionistas a estratégia da criação da Lei do Ventre Livre assim como a Lei do Sexagenário no início dos anos 1880 parecia estar dando certo, pois o objetivo era que o número de escravos na sociedade caísse a ponto de pagar as indenizações aos seus proprietários e pela perspectiva deste grupo o ano correto para a libertação era 1899.

No entanto, foi neste momento que o movimento abolicionista radical entrou com sua maior potência “[...] não só através das fugas e de manifestações públicas, mas também graças a uma vasta literatura sensível à causa que teve entre seus adeptos escritores do nível de Castro Alves e Bernardo Guimarães – criou condições para o 13 de maio de 1888” (DEL PIORE; VENANCIO, 2010, p. 210).

A Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, decretou finalmente a escravidão no Brasil, mas o impacto que essa lei causou foi devastador na relação entre governo imperial e um número significativo de proprietários rurais.

A Lei Áurea rompeu, com o movimento gradual das ideias emancipacionistas, em consequência de lutas de escravos e trabalhadores livres engajados nas manifestações do movimento abolicionista. Para os escravistas a abolição foi dada como uma imposição do governo sobre a propriedade privada, a reação desse grupo um ano depois do treze de maio não tardou a acontecer, a posição dos militares somada com a dos numerosos ex-senhores de escravos colocava o regime monárquico anos mais tarde em sérios riscos de extinção.

## **2.6 As sequelas sociais deixadas pela abolição**

As implicações sociais da abolição depois da homologação da Lei Áurea foram visíveis na sociedade, por um lado, considerada como louvável a libertação dos escravos, por outro, os efeitos desagradáveis da mesma, o abandono a própria sorte. “Em síntese, a abolição libertou o negro do pântano da escravidão, mas jogou-o no poço

do desemprego e/ou do emprego não qualificado; da miséria que não lhe permite viver dignamente sua cidadania plena e da permanente desorganização social” (SILVA, 1992, p.184)

Apesar de ter passado mais de um século da libertação dos escravos e muitas revoluções de âmbito nacional e internacional, envolvendo intelectuais em busca dos direitos de igualdade racial, os negros, por questões históricas como relatamos, ainda vivem oprimidos numa sociedade preconceituosa, muitas vezes, manipulada pelo poder político que dificulta, infelizmente, as diversas maneiras de inclusão social distinguindo o homem pela cor.

Os analistas da historiografia brasileira admitem que a democracia racial não passa de uma criação ideológica das classes dominantes, para mascarar o preconceito e a discriminação racial, tão transparentes na realidade do Brasil. A abolição transformou homens em ex-escravos, entretanto a forma como as camadas superiores da sociedade tratava aqueles que sustentaram a economia e a burguesia em mais de quatro séculos marginaliza-os e os conduz à miséria.

Com o progresso dos grandes centros e até mesmo da agricultura, o negro e o pobre branco ainda não têm condições de competir com a elite no tão concorrido mercado de trabalho, já que não possuem reais possibilidades de instrução profissional e intelectual.

Além da discriminação racial, perpetua-se também no Brasil a discriminação social que atinge o pobre branco e o negro indiferentemente, segundo Silva (1992): “Contudo, se tentarmos mensurar o grau de preconceito contra o branco pobre e o negro, verificaremos que este é o mais atingido pelos seus efeitos” (p.184).

Essas implicações pertencem ao conjunto de fatores que, diante de um contexto histórico, desencadearam o início da marginalização existente por todo país, e uma sujeição de mão de obra informal onde podemos colocar esses cidadãos com o papel de vítima numa competição desigual.

No Brasil, não se pode negar que houve lutas significativas para a mudança em relação ao quadro socioeconômico. Muitos grupos em busca da liberdade e direitos iguais foram montados com o objetivo de estreitar o relacionamento inter-racial.

É importante ressaltar que muitos líderes do movimento negro iniciaram sua mobilização no seio de comunidades quilombolas em diversas localidades brasileiras e se tornaram muito populares e influentes politicamente.

## 2.7 As mobilizações e implementações de leis para assegurar o direito dos negros e a cultura afro-brasileira

Segundo o Correio Brasiliense (2010), o Brasil é considerado o país com o maior número de negros do mundo, perdendo apenas para a Nigéria.

No entanto, a história daqueles que tanto contribuíram para a formação da cultura brasileira está ainda distante da realidade de nossas salas de aula e, conseqüentemente, é esquecida pela nossa sociedade.

Para Brandão, da Dalt e Gouveia (2010), as políticas de corte multicultural no Brasil apareceram na pauta do estado e da sociedade civil aproximadamente no final dos anos 1980. Segundo eles, tais propostas políticas culminaram no anseio de três grupos: “a) vários seguimentos do movimento negro; b) intelectuais situados na academia – com especial para os antropólogos e sociólogos, e, c) membros das três esferas da burocracia pública.” (p. 107)

Esses três segmentos da sociedade surgiram para um debate importante na história da mobilização das questões raciais, atuaram como, por exemplo, nas alterações da agenda pública dentre outras as mais importantes, segundo Brandão, da Dalt e Gouveia foram:

a) a Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito à propriedade da terra às comunidades quilombolas, b) as políticas públicas voltadas especificamente para os quilombolas, tal como as que se encontram em execução no Programa Brasil Quilombola (iniciado em 2004), c) a adoção de cotas raciais por cerca de 60 universidades públicas brasileiras a partir de 2003, e, d) a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação fundamental. (2010, p. 107)

Como vimos, a abolição dos escravos ocorreu em 13 de maio de 1888, mas os direitos concedidos aos negros em relação a sua cultura e a posse das suas terras foram somente instituídos depois da criação da Constituição Federal de 1988, na qual as principais viabilidades aparecem em três momentos determinados:

**Art. 68** - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

**Art. 215** - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**§ 1º** - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

**Art. 216** - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988)

Como observamos, o termo quilombos surge na constituição de 1988, depois de cem anos da libertação dos escravos, como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombolas o caráter de remanescentes.

Cabe destacar que, além da Constituição Federal, há também, na legislação de vários Estados da Federação, artigos que dão direito ao próprio Estado de emitir títulos territoriais para comunidades quilombolas. Os Estados são: Maranhão, Bahia, Goiás, Pará, e Mato Grosso. Além dessas Constituições Estaduais, existem, também, as legislações posteriores específicas de outros Estados, como no caso do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Segundo Arruti (2005):

[...] a noção de grupo étnico foi fundamental para uma adequada apreensão do fenômeno de autoidentificação de grupos rurais negros como remanescentes de quilombos. Tais grupos não têm, na maioria das vezes, relação fática com aquilo que a historiografia reconhece como quilombos (grupo de escravos fugitivos), mas essa autoatribuição é atualmente tão efetiva que se tornou impossível não considerá-la um fato relevante, além de socialmente produtivo. As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. (pp. 38-39)

Um dos mais importantes órgãos governamentais que não podemos deixar de citar, que contribuiu efetivamente nas políticas públicas a favor da disseminação da cultura afro-brasileira e organização das Comunidades Quilombolas foi a Fundação Cultural Palmares (FCP), trata-se de um órgão público vinculado ao Ministério da Cultura, instituído pela Lei Federal nº 7668, de 22 de agosto de 1988, cujo estatuto fora aprovado somente em 10 de janeiro de 1992 pelo Decreto nº 418.

A FCP é responsável pela formulação e implantação de políticas públicas, com o objetivo de garantir a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, valorizando a sua história e cultura.

Para muitos que se engajaram no movimento negro e discutiram várias formas de vencer o preconceito por meio de discussões saudáveis para a sociedade, uma das ações mais importantes foi a de implementar no currículo oficial da rede de ensino público e particular a Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece a obrigatoriedade da concretização da temática História e Cultura Afro-brasileira.

A lei determina que:

**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

**Art. 79-B.** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (BRASIL, 2003)

Apesar da obrigatoriedade da lei sancionada em 2003, para Flávio Jorge, diretor da Coordenação Nacional de Entidades Negras, nada foi feito a respeito do ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Todavia, com a publicação do Estatuto da Igualdade Racial<sup>7</sup>, documento do Ministério de Promoção da Igualdade Racial, que tem como uma de suas metas implantar um projeto de produção de livros sobre a História e a Cultura afro-brasileira, o qual já está em andamento, com o intuito de introduzi-los nas escolas, medida que foi tomada para fazer com que a lei seja realmente cumprida.

A importância dessas leis para o movimento negro é visível, pois provocou mudança no seu comportamento em relação aos seus direitos adquiridos. Ele se sente mais motivado a lutar, continuando a busca por uma sociedade mais reflexiva respeite cada cultura.

---

<sup>7</sup> Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003 (nº 6.264, de 2005, na Câmara dos Deputados). Texto Aprovado pelo Senado Federal, em 16.06.2010.

## 2.8 As comunidades quilombolas nos dias atuais

Neste tópico, discorreremos sobre a situação atual das comunidades consideradas quilombolas no Brasil, em seguida traçamos um retrato das comunidades quilombolas localizadas em Mato Grosso do Sul.

Como já vimos anteriormente, durante o Período Colonial, foram trazidos para o Brasil afro-descendentes para serem escravos nas fazendas; esses negros garantiam a sobrevivência e o acúmulo de riquezas dos senhores donos das terras, pois eram responsáveis pelo plantio e colheita, ou seja, por todo trabalho que garantisse as formas de produção das terras. Eles viviam em senzalas, não tinham salários nem liberdade, apenas recebiam a alimentação, muitas vezes, de péssima qualidade, como forma de pagamento pelo seu trabalho e, ainda, descansavam em lugares impróprios para seres humanos.

Alguns desses escravos se revoltavam com aquelas situações vivenciadas, fugiam de seus donos e acabavam formando comunidades denominadas quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, e, nesses lugares, formavam suas comunidades, mantendo a sua liberdade, sua identidade, tradições, isso os diferenciavam da organização social das cidades.

A respeito das chamadas comunidades remanescentes de quilombos, Arruti (2005) traz o seguinte entendimento:

Categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé. (p.26)

Algumas de essas comunidades mantiveram a tradição de viver como na época da luta pela resistência escravista até hoje, ou seja, em comunidades rurais e muitas outras, embora vendo suas terras sendo engolidas pelo crescimento das cidades, continuam esboçando sua forma de organização, em comunidades negras urbanas onde persistem as lutas pelos seus direitos e a preservação e difusão de sua cultura.

Para Brandão, da Dalt e Golveia (2010), a origem histórica das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil está definida em três fatores que são:

- a) na aglutinação inicial de escravos fugitivos de áreas de exploração agrícola e/ou de mineração (é o caso por exemplo, das comunidades existentes no Alto Rio Trombetas em Oriximiná-PA)
- b) em população negras libertas que ocupam áreas abandonados pela exploração comercial (é o caso, por exemplo, das inúmeras comunidades existentes em Alcântara - MA e das comunidades de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.
- c) em aglomerados populacionais rurais (e, em alguns casos, urbanos) construídos a partir da ocupação – pelas mais variadas vias, incluindo compra e doação – de um território e posterior resistência diante de iniciativas de expulsão ou apropriação de suas terras (a família Silva, em Porto Alegre – RS, é um exemplo deste tipo de comunidade em uma área urbana; já a comunidade de Iracema, em Bastiões – CE, a de Mata – Cavallo, em Nossa Senhora do Livramento – MT e as comunidades quilombolas situadas em Itapecuru – Mirim – MA são exemplos rurais).(p. 8-9)

De acordo com o site da Fundação Palmares do Ministério da Cultura, para que uma comunidade quilombola tenha o certificado expedido, esta deve observar o disposto a seguir:

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Garantir a posse da terra e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes dos quilombos é o objetivo principal do Governo Federal, responsável pelo Programa Brasil Quilombola. Além da regularização fundiária, os projetos dirigem-se à construção de escolas, alfabetização, saúde, habitação, saneamento, emprego, renda e luz elétrica. (Brasil, 2003)

Essas comunidades por um fator histórico de luta contra a escravidão escolheram lugares de difícil acesso para se fixarem, o isolamento é típico na formação dessas comunidades como afirma Brandão, da Dalt e Golveia (2010) e são muitas as dificuldades do poder público para promover políticas de melhorias, pois muitas delas não têm ainda a posse de suas terras definidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os benefícios esbarrando em muitas burocracias.

Há dois motivos fundamentais mencionados por Brandão, da Dalt e Golveia (2010), para a falta de acesso às políticas públicas por parte das comunidades quilombolas:

[...] O primeiro destes refere-se às próprias limitações nos sistemas de comunicações existentes nas áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas, tais como o acesso à rede de telefonia e aos meios de levantamento de informações através do uso da rede mundial de computadores. Ao mesmo há que se considerar também outro tipo de limitação: aquela relativa à tradição da administração pública. Esta historicamente foi tomada e representada socialmente como o domínio da burocracia, dos procedimentos complicados, da demora, da falta de respeito com os usuários, em suma, como ente distante e às vezes inacessível ao cidadão comum. O fato de tomarem tais

características como um *a priori* estabelece uma barreira em relação às iniciativas das comunidades quilombolas de se aproximarem dos órgãos que implementam e gerenciam as políticas sociais. (p.10)

Quadro 3 - Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)

Estados	Número de Comunidades Certificadas
Alagoas	64
Amapá	24
Amazonas	01
Bahia	348
Ceará	27
Espírito Santo	29
Goiás	22
Maranhão	357
Mato Grosso	65
Mato Grosso do Sul	17
Minas Gerais	135
Pará	96
Paraíba	32
Paraná	34
Pernambuco	101
Piauí	42
Rio de Janeiro	21
Rio Grande do Norte	20
Rio Grande do Sul	84
Rondônia	07
Santa Catarina	11
São Paulo	44
Sergipe	15
Tocantins	28
Total	1624

Fonte: Comunidades quilombolas, disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 7 de agosto 2010.

Como vimos no quadro, atualmente são mais de 1600 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares que estão espalhadas por todos os estados brasileiros, com exceção do Acre, Roraima e Distrito Federal. Mas, com conforme

dados do movimento negro, as comunidades negras em fase de autodefinição pela FCP ultrapassam mais de cinco mil.

### **2.8.1 Campo Grande - MS, rota e destino da migração**

A historiografia até o início do século XVIII relata que, quando teve início a descoberta do ouro em Cuiabá-MT, a região sul-mato-grossense já era habitada por indígenas e paraguaios remanescentes da missão jesuítica espanhola.

Os espanhóis, no século XVI, introduzem o gado no Sul de Mato Grosso e iniciam a exploração e a comercialização da erva-mate. Algumas tribos indígenas, entre elas, os Guaicuru, aprendem com os espanhóis a usar o cavalo como montaria e o manejo do gado, tornam-se cavaleiros e são os primeiros fazendeiros sul-mato-grossenses. (WEINGÄRTNER, 1995, p.04)

Com a escassez do ouro no século XIX em Cuiabá, Minas Gerais e em outras localidades, gerou-se uma instabilidade política econômica nessas regiões, fazendo com que esses fatores influenciassem na migração de cuiabanos, goianos, paulistas, mineiros e gaúchos em busca das terras ao sul do Mato Grosso. Esses exploradores vieram atraídos pelas grandes terras férteis e pela criação de gado nos campos de Vacaria e Pantanal, constituíram centros populacionais e reativaram outros já existentes.

Depois da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), intensificou-se a migração para o sul de Mato Grosso. Uma das primeiras comitivas, dentre outras que já tinham saído de Monte Alegre-MG com o mesmo objetivo de explorar o Sul de Mato Grosso, foi conduzida por José Antonio Pereira juntamente com os seus dois filhos e mais alguns homens, em 1872.

A expedição encontrou nas margens do rio Prosa o senhor João Nepomuceno e um pequeno número de famílias, José Antonio Pereira se encanta com a beleza da agricultura da região e dos verdes campos de pastagens e tudo isso o influenciou a não prosseguir viagem e fazer sua roça nesse lugar, a exemplo dos demais posseiros.

No ano seguinte, José Antonio Pereira retorna a Minas Gerais, deixando a posse de suas terras nas mãos de João Nepomuceno, depois de três anos retornaria com toda sua família e alguns agregados, sendo a comitiva composta de sessenta e duas pessoas.

No ano de 1875, chegou ao Campo de Vacaria outro mineiro, Manuel Vieira de Souza, que trazia consigo sua família e alguns escravos. João Nepomuceno procurou saber notícia do recém-chegado e se ele tinha notícias de José Antonio Pereira,

desesperançado do seu retorno negociou com Manuel Vieira de Souza a transferência das terras, mas sem antes ressaltar o direito delas caso José Antônio Pereira retornasse.

Em agosto de 1875 chega a Campo Grande José Antonio Pereira, conduzindo sua expedição composta de onze carros mineiros, os quais, além das provisões necessárias aos primeiros tempos, traziam também sementes, mudas diversas, inclusive cana-de-açúcar e café. Em seguida a sua chegada José Antonio Pereira se entende com Manuel Vieira de Souza, e se juntam para organizar a ocupação de Campo Grande. (WEINGÄRTNER, 1995, p.04)

A ação de José Antônio Pereira estimulou o processo de fixação de várias famílias, em pouco tempo Campo Grande já se tornava um vilarejo em franco desenvolvimento. Campo Grande ficou conhecido como uma rota irradiadora do desenvolvimento socioeconômico muito importante para o triângulo mineiro e o Oeste paulista, por se situar entre as duas grandes bacias hidrográficas, a do Paraná e a do Paraguai.

A historiografia relata que, no início de 1889, o mestre-escola José Rodrigues Benfica, gaúcho e ex-combatente da Guerra com o Paraguai, atendendo ao apelo de alguns membros da população, funda a primeira escola do lugar. Segundo Weingärtner, (1995), “coube a este professor falecido em 1905 a educar a primeira geração campo-grandense” (p. 06)

Depois desses benefícios para Campo Grande, o governo da província de Mato Grosso, por meio da Lei Provincial n° 792, de 23 de novembro de 1889, cria no Município de Nioaque o Distrito da Paz de Campo Grande, resultando dez anos mais tarde na Lei n° 225, de 26 de agosto de 1899, que eleva Campo Grande à categoria de vila e cria o município, desanexando-a de Nioaque.

Depois de um longo período de mobilização a favor da divisão do estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977, Campo Grande ganha o status de capital do novo estado intitulado de Mato Grosso do Sul pela Lei n° 31, promulgada pelo então presidente Ernesto Geisel.

## **2.8.2 Comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul**

Como ressaltamos anteriormente, com o início do sistema escravocrata foram formados quilombos em todas as regiões brasileiras, fontes históricas relatam que não

foi somente no Brasil que ocorreu essa experiência, a organização de quilombos esteve presente em toda a América onde o regime escravista se estabeleceu. O primeiro deles sobre o qual temos registro ocorreu em 1522, na ilha de Hispaniola.

Muitos escravos trazidos para guerra do Paraguai (1864 – 1870), oriundos de várias regiões brasileiras, principalmente dos estados de Minas Gerais e Goiás, passaram pela região de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, aqueles que voltaram vivos para seu lugar de origem relatavam as maravilhas e prosperidade das terras que ajudaram a conquistar.

Esses relatos influenciaram muitos escravos libertos pela Lei Áurea a procurar as terras ao sul de Mato Grosso para se instalarem e viver sua liberdade junto com seus familiares.

Um deles, vindo de Minas Gerais, é Dionísio Ferreira que chegou a Campo de Vacaria – MT (atual Campo Grande – MS) em 1890. Depois de quatro meses de caminhada, fundou a conhecida comunidade quilombola Furnas do Dionísio que hoje se localiza na área rural no município de Jaraguari – MS, distante 47 quilômetros da capital.

Outra que focaremos em nosso estudo, sobre a qual narraremos momentos preciosos de sua história, com os relatos de seus descendentes, é Eva Maria de Jesus que vindo de Goiás em 1905, com as suas três filhas, instalou-se em Campo Grande, formando a comunidade quilombola urbana Tia Eva, no bairro São Benedito.

Em relação ao registro historiográfico da presença de comunidade quilombola no momento da formação da cidade de Campo Grande – MS pelos desbravadores em 1875, Weingärtner (1995) relata que:

A história oral admite que José Antonio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ele aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes portugueses. (p. 04)

A região supracitada é onde hoje está localizada a comunidade negra estudada nesta pesquisa, porém não há comprovação de que essa comunidade faça parte da família da Tia Eva.

Dentre essas que destacamos, outras comunidades foram formadas e se espalharam por todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Com o fim da escravidão em 1888, comunidades quilombolas foram constituídas por meio de compra, doação e de

apropriação indevidas de terras do Estado e da União, no entanto, essas comunidades ainda não conseguiram ter o direito da posse definitiva, ou seja, suas áreas por direito demarcadas.

Para que uma comunidade negra possa ser caracterizada como quilombola, primeiro passa por uma avaliação e um acompanhamento do movimento negro estadual que faz várias reuniões com os integrantes, em que são explicadas e tiradas todas as dúvidas da importância, desvantagens e vantagens de ser considerada uma Comunidade Quilombola.

O procedimento de abertura de autorreconhecimento começa com uma convocação extraordinária de todos os integrantes da comunidade em que é lavrada uma ata dessa reunião, esta ata com todas as assinaturas colhidas é encaminhada para a apreciação da Fundação Cultural Palmares, que fica um período em análise e, logo após, é emitida uma certidão de autodefinição.

Tomando como fonte o INCRA/MS, setor responsável pelas comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul, para a abertura de processo de regularização fundiária com o intuito de demarcação de terras, o primeiro passo é ter a ata da reunião em que os integrantes da comunidade manifestam a sua concordância, autodefinindo-se remanescentes das comunidades dos quilombos; em seguida ter a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, além de possuir um relatório antropológico de responsabilidade do INCRA.

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com 17 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e 2 em fase de identificação. Dentre essas comunidades reconhecidas, 5 já possuem Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado, Portaria de Reconhecimento do Território editada, Decreto Presidencial declarando a área de Interesse Social publicado, Avaliação dos imóveis incidentes ao território quilombola finalizada, estudo das cadeias dominiais dos imóveis incidentes realizado, Recursos para indenização dos imóveis incidentes depositados e ajuizada a ação de desapropriação dos imóveis.

As comunidades que já estão perto das posses definitivas de suas terras são: comunidade quilombola de Picadinha – Dourados/MS, Furnas da Boa Sorte – Corguinho/MS, Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS, Chácara dos Buritis – Campo Grande/MS e Colônia São Miguel – Maracaju/MS.

De acordo com o INCRA/MS, a comunidade quilombola que é objeto desta pesquisa se caracteriza por ser uma comunidade urbana, não possui Relatório Antropológico, apenas possui certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares.

As 17 comunidades quilombolas, reconhecidas tanto pelo Estado quanto pela União, já recebem benefícios, como a construção de casas em parceria com a Secretaria Estadual de Habitação, saneamento básico por parte da Fundação Nacional de Saúde, Programa Luz para Todos do Governo Federal.

Vejamos a seguir as Comunidades Quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul:

QUADRO 4: Com Procedimento Administrativo Aberto no INCRA/MS

Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte	<b>Corguinho/MS</b>
Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio	<b>Jaraguari/MS</b>
Comunidade Quilombola Chácara dos Buritis	<b>Campo Grande/MS</b>
Comunidade Quilombola Colônia de São Miguel	<b>Maracaju/MS</b>
Comunidade Quilombola Família Cardoso	<b>Nioaque/MS</b>
Comunidade Quilombola Família Quintino	<b>Pedro Gomes/MS</b>
Comunidade Quilombola Família Bispo	<b>Sonora/MS</b>
Comunidade Quilombola Família Jarcem	<b>Rio Brillhante/MS</b>
Comunidade Quilombola da Picadinha/Deziderio Felipe de Oliveira (Picadinha)	<b>Dourados/MS</b>
Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos	<b>Aquidauana/MS</b>
Comunidade Quilombola das Famílias Araújo e Ribeiro	<b>Nioaque/MS</b>
Comunidade Quilombola São Benedito/Tia Eva	<b>Campo Grande/MS</b>
Comunidade Família Osório	<b>Corumbá/MS</b>

FONTE: INCRA/MS (2011)

QUADRO 5: Sem Procedimento Administrativo aberto no INCRA/MS

Comunidade Quilombola Orolândia	<b>Rio Negro/MS</b>
Comunidade Quilombola dos Pretos	<b>Terenos/MS</b>
Comunidade Quilombola São João Batista	<b>Campo Grande/MS</b>
Comunidade Quilombola Santa Tereza/Família Malaquias	<b>Figueirão/MS</b>

FONTE: INCRA/MS (2011)

QUADRO 6: Comunidades em fase de identificação pela Fundação Cultural Palmares

:	
Comunidade Quilombola Família Maria Theodora	<b>Corumbá/MS</b>
Comunidade Quilombola Família Bulhões	<b>Nioaque/MS</b>

FONTE: INCRA/MS (2011)

## CAPÍTULO 3

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire (1921 – 1997).

### **3 Comunidade quilombola Tia Eva: uma tentativa de contextualização**

Eva Maria de Jesus/Tia Eva nasceu escrava em 1847, em Mineiros, no Estado de Goiás, e nunca conheceu quem foram seus pais. Quando a Lei Áurea foi assinada em 13 de maio de 1888, ela já tinha 41 anos de idade. Em busca de uma vida mais próspera para ela e seus descendentes, resolveu procurar um lugar para se estabelecer.

Na região de Mineiros – GO, existiam muitos relatos sobre a Guerra do Paraguai ocorrida na região, ao sul do Mato Grosso. Por onde os combatentes negros das tropas imperiais passavam, traziam informações promissoras para aqueles que procuravam um lugar que tivesse terra de qualidade e com condições suficientes para sobreviver.

O desejo de vir para Campo Grande era uma pretensão antiga de Tia Eva, assim, logo após sete anos da sua liberdade, resolveu realizar seu sonho.

Juntamente com suas três filhas ainda jovens, Joana, Lázara, Sebastiana, que também não conheceram o pai, e pelo menos duas famílias, parte em 1905 à procura de seu lugar. O local era a região da mata do Segredo, às margens do córrego Segredo e Cascudo, bem perto do córrego Olhos D'água, que deságua no rio Anhanduí.

A comitiva puxada por carros de bois chegou a Campo Grande no mesmo ano, sobreviveram às dificuldades da viagem, à fome e às doenças da época. Tia Eva era uma mulher forte e determinada, conhecia muito sobre ervas com poderes medicinais, também era parteira muito experiente. Tia Eva apresentava uma ferida em uma das suas pernas que a incomodava e nem isso a desviou da realização de seu sonho.

Era muito devota de São Benedito, por onde ia levava sua imagem feita de madeira. E foi a este santo protetor que fez uma promessa, que quando ficasse curada da ferida da sua perna ergueria uma igreja em louvor ao santo.

(...) ela chegou com uma ferida na perna e era muito devota de São Benedito e ai fez aquele voto se sarasse compraria um terreno e construiria uma capelinha de São Benedito, isto foi quando ela fez este voto tinha uma ferida de mais de quinze anos na perna e na mesma semana fechou (...) (MICHEL, 76 anos, bisneto de Tia Eva)

Figura 2 - Imagem de São Benedito que acompanhava Tia Eva



FONTE: At. Al Propri (2011).

Chegou à vila de Campo Grande em 1905, onde se instalou e ergueu seu rancho junto com suas filhas num local próximo de chácaras que já estavam formadas numa região afastada do centro da vila, no atual alto do São Francisco.

Em 1910, Tia Eva comprou uma área de 8 hectares no valor de 85 mil reis do intendente da comarca Nilo Javari Barém, que administrou Campo Grande em curto espaço de tempo, de 10/09/1910 a 20/10/1910.

Em pouco tempo, Tia Eva já era conhecida, respeitada e recomendada por muita gente da região, fosse para atender um parto, fosse para benzer ou recomendar um remédio para uma criança ou um adulto e recebia muitas doações pelos serviços que prestava. Isso garantia o sustento dela e de suas filhas.

Para cumprir sua promessa feita ao santo, fez a primeira capelinha de madeira levantada em 1912 e, desse modo, a história de devoção de Tia Eva ficou conhecida por

muita gente, e a cada dia recebia doações em material de construção ou em dinheiro para construção de uma igreja ainda melhor, de alvenaria.

A partir de muitas doações e com a ajuda de muitas pessoas, foi concretizado o sonho. A igreja de São Benedito ficou pronta. Uma construção feita de tijolo e saibro, com torre feita em madeira de doze metros de altura aproximadamente, tendo no topo um cruzeiro com um galinho esculpido de madeira.

A igreja foi inaugurada em 13 de maio de 1912 em meio a muita festa. As comemorações duraram nove dias com rezas, leilões, fogos de artifício, pau-de-sebo e bailes de catira, chotes e valseados. A partir desse momento, Tia Eva renovou seus votos com São Benedito, dizendo que enquanto existisse um descendente dela, nessa comunidade, deveria realizar todos os anos, uma festa igual em homenagem ao santo protetor, sucessivamente deveria ocorrer no primeiro domingo mais próximo do dia 13 de maio, naquele que mais houvesse lua.

Os festejos ocorrem anualmente e os preparativos desde então são feitos no decorrer de todo o ano entre uma festa e outra, tudo que é arrecadado são frutos de doações, ou seja, na festa nada é cobrado. Para Tia Eva, era um marco de devoção e alegria que continua sendo um momento de extrema união entre os seus descendentes e convidados.

Eva Maria de Jesus viveu aproximadamente 79 anos e faleceu em 11 de novembro de 1926. Deixou um legado histórico e sua participação ativa na comunidade campo-grandense, ganhou muito prestígio e consideração, muitas vezes ela era chamada para atender um parto ou um doente, mediar conflitos familiares e nunca cobrava por qualquer trabalho desse tipo. Era uma liderança e seu respeito ultrapassava as barreiras do preconceito.

### **3.1 As mudanças ao longo do tempo**

As filhas Joana, Lázara e Sebastiana foram crescendo seguindo os ensinamentos da mãe. Nos trabalhos da chácara, aprenderam de tudo conforme a tradição, com o passar do tempo foram se casando, Joana com Joaquim Ferreira Pinto (o Joaquim Mineiro), Sebastiana com Jerônimo Vida, ambas permaneceram com a mãe na comunidade São Benedito, e Lázara se casou com Luiz Silva e foram viver nas terras da comunidade de Furnas de Dionísio.

Com a morte de Tia Eva em 1926, quem herdou a liderança da comunidade foi a sua filha Sebastiana que manteve a mesma tradição da festa que ocorria na frente da igreja e debaixo das árvores.

(...) ai depois que Tia Eva faleceu ficou minha vó Sebastiana, depois que ela morreu ficou minha mãe Catarina ai depois da minha mãe ficou eu, fiquei cinquenta anos mais ou menos a frente desta comunidade, fazendo esta festa onde é que a gente tinha uma dificuldade danada que nem luz não tinha, nem água encanada, fazia as festas na base da lamparina, tinha de por lata de lado pra o vento não apagar né e assim foi até que depois chegou a água chegou a luz e depois eu fiz a associação que se chama associação dos descendentes de Tia Eva, associação legalizada, registrada em cartório (...). (Michel, 76 anos, bisneto de Tia Eva)

Com o passar dos anos, a comunidade que era considerada uma área rural de Campo Grande já se tornava uma região periférica, em virtude do progresso acelerado da urbanização, que teve início nas décadas de 1920 com a influência da chegada da ferrovia noroeste do Brasil. Segundo Weingärtner (1995, p. 06):

O contrato assinado entre o governo federal e a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, permite a esta companhia interferir na estruturação da área urbana, levando para aquelas cidades situadas no traçado ferroviário, um planejamento para disciplinar a ocupação urbana e sugere às Intendências Municipais, um código de Postura, no qual, além de estabelecer diretrizes de ocupação, define algumas medidas de higiene e saúde pública. Com isso, as cidades ganham um traçado xadrez onde, além de reordenar a aglomeração existente, prevê a expansão urbana.

A comunidade São Benedito, a partir de 1930, tinha uma vida característica do campo, mas já dependia muito da cidade. Os remanescentes da comunidade mantinham algumas criações, plantavam, colhiam e depois vendiam suas produções.

A modernidade trouxe consequências para a vida da comunidade. Quando os descendentes de Tia Eva completaram a quarta geração, a imposição do modelo socioeconômico da cidade já se tornava visível, muitos que tinham crianças, buscavam trabalho em diferentes setores da sociedade campo-grandense e outros prestavam serviços em fazendas vizinhas.

No final da década de 1940, a igreja católica começou a comprar terras na região circunvizinha da comunidade São Benedito, com o objetivo da construção de um seminário e mais futuramente de uma universidade, as chácaras existentes iam sendo compradas e as cercas iam sendo derrubadas correspondendo ao um único terreno. “(...) a diocese não fez propostas para as terras da comunidade, pois eram muitos lotes e muita gente morando neles (...)” (MICHEL, 76 anos, bisneto de Tia Eva)

Num período aproximadamente de 15 anos, entre 1960 e 1975, a Diocese passou a tomar conta da igreja e da festa de São Benedito. Com a resistência da comunidade a não permitir a passagem da posse da área da igreja ao controle da Diocese, a igreja católica construiu outra igreja nas proximidades da comunidade que recebeu o nome de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, é uma igreja maior que possui o mesmo padroeiro.

Cabe ressaltar que a igreja de São Benedito e também a comunidade não ficaram esquecidas pela Diocese, durante as festas nos momentos religiosos, sempre contaram com a presença de um padre celebrando com eles, e vários trabalhos sociais de divulgação e valorização da cultura foram realizados pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

No final da década de 1980 e início de 1990, fica evidente na comunidade a presença de igrejas evangélicas na sua grande maioria pentecostais, mas as diferenças no âmbito religioso não constituem um obstáculo que atrapalhe a convivência com as tradições e a participação na festa de São Benedito.

O crescimento acelerado de Campo Grande determinou o novo perfil da comunidade. Tornando-se área urbana, a região ganhou aspecto de bairro periférico com problemas de saneamento, sem asfalto, sem água encanada, sem energia elétrica e sem escola. Como vemos na foto abaixo:

**Figura 3 - Foto do bairro São Benedito em meados dos anos 1980**



FONTE: Jornal Correio do Estado (198-).

A terra adquirida por Tia Eva que ficou conhecida por ser um sinal de resistência e liberdade começou a gerar problemas entre os descendentes. Com a morte de Tia Eva, a posse dessas terras a princípio ficou determinada a todos os parentescos e os seus descendentes que ao longo do tempo se tornaram muitos. As famílias que permaneceram na comunidade foram demarcando o seu lote (terreno) em áreas sem escritura, muitos sem ter nenhuma noção foram vendendo seus terrenos, sem possuir nenhum documento do poder público que comprovassem o direito sobre elas.

Esse problema aumentou quando os descendentes de Lázara, uma das filhas de Tia Eva, que moram na comunidade quilombola rural Furnas do Dionísio em Jaraguari – MS, reivindicaram seus direitos na partilha dessas terras.

Em meados da década de 1980, a comunidade organizou-se e formou uma associação de moradores do bairro, chamada “Associação dos Descendentes de Tia Eva”, esse momento tornou-se um marco importante para a comunidade e as primeiras conquistas vieram na implantação da rede de luz entre 1985 e 1986, e de água, posteriormente entre 1986 e 1987.

As mobilizações da comunidade por meio da associação, conseqüentemente, atraíram atenção política, pelo fato de o local apresentar um potencial eleitoral significativo. A partir de então, trouxeram melhorias para comunidade. Uma delas foi o tombamento da igreja de São Benedito como patrimônio histórico de Campo Grande em 1996, tornando-se um ponto turístico municipal.

Para a comunidade, há dois marcos importantes preservados desde a morte de Tia Eva: a igreja, pois foi a única construção presente no local que conseguiu ao longo do tempo preservar seu aspecto original, e a tradicional festa de São Benedito que já completou mais de um século e até já foi enquadrada no calendário de comemorações do município.

A igreja de São Benedito, ao longo dos anos, foi passando por algumas modificações que não alteraram a sua característica arquitetônica inicial desde 1919.

O documento de tombamento da prefeitura de Campo Grande – MS caracteriza-a como uma construção simples 4,50 m x 6,50 m com uma janela de madeira e duas de vidro (tipo basculante) e três portas de madeira.

O interior da igreja é composto por um altar mais elevado, onde está colocada a imagem de São Benedito esculpida na madeira trazida por Tia Eva de sua terra natal. Esse altar é revestido com pisos cerâmicos vermelhos na dimensão 15 cm x 15 cm. O piso mais baixo é de cerâmica vermelha na dimensão 20 cm x 20 cm onde estão

colocados os oito bancos de madeira. Embaixo desse altar, depois da última reforma, estão enterrados, numa urna, os restos mortais de Tia Eva e um de seus netos.

O forro da igreja é de madeira e a pintura interna é de tinta látex na cor branca com barrado azul. Na frente da igreja, encontra-se uma torre de concreto armado correspondente aproximadamente cinco metros de altura onde está pendurada um sino e dois alto falantes. A fachada externa da igrejinha é esta da figura abaixo:

**Figura 4 - Fachada da igrejinha de São Benedito**



FONTE: At. Al.Propi (2011)

Na frente da torre, encontra-se o busto de Tia Eva, uma criação da artista plástica Maria de Oliveira, que fez, enquanto era acadêmica do curso de Educação Artística, como não existia registro do rosto de Tia Eva foram elaborados 50 desenhos tendo como referência os traços de seus descendentes, o resultado desse formidável trabalho é o busto em Mármore e resina, inaugurado em 18 de maio de 2003.

**Figura 5 - Artista plástica à direita e os descendentes de Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Apesar de todo momento estarmos retratando uma Comunidade Negra Urbana, a sua certificação de Comunidade Quilombola, dada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ocorreu somente em 28 de novembro de 2007, em virtude dos trâmites burocráticos exigidos pela própria instituição.

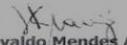
**Figura 6 - Certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares**

  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988  
**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**  
**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000289/2008-44. **CERTIFICA** que a **Comunidade de Eva Maria de Jesus/Tia Eva (Vila São Benedito)**, localizada no município de Campo Grande/MS. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.016 fl. 32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.**

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva**, (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **29 de fevereiro de 2008.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**Edvaldo Mendes Araújo**  
 (Zulu Araújo)  
**Presidente da Fundação Cultural Palmares**

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424-0101 (0 XX 61) 3424-0145 – Fax: (0 XX 61) 3424-0145  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br  
“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

FONTE: INCRA/MS (2011)

O certificado expedido pela Fundação Cultural Palmares é o segundo documento para a abertura dos Procedimentos Administrativos da Regularização de Quilombos, passo exigido pelo Decreto nº 4.887/2003 e IN nº 57/2009 – INCRA. Segundo o setor quilombolas do INCRA/MS, a Comunidade Quilombola Eva Maria de Jesus/Tia Eva, localizada no bairro São Benedito, é uma área considerada urbana do município de Campo Grande – MS e se autodefine como remanescente de quilombo pela (FCP).

A Comunidade Quilombola aguarda ansiosa pela demarcação de suas terras, isso resolveria muitos impasses que os atormentam há anos, tais como, o familiar, pois todos os descendentes que residem na comunidade serão donos das terras sem divisão ou venda de seus terrenos, a prefeitura não teria mais o direito de cobrar o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e atrairiam mais atenção dos projetos de assistência, voltados para a preservação e a valorização da cultura no âmbito dos três poderes: municipal, estadual e federal.

### 3.3 Um olhar sobre o contexto atual

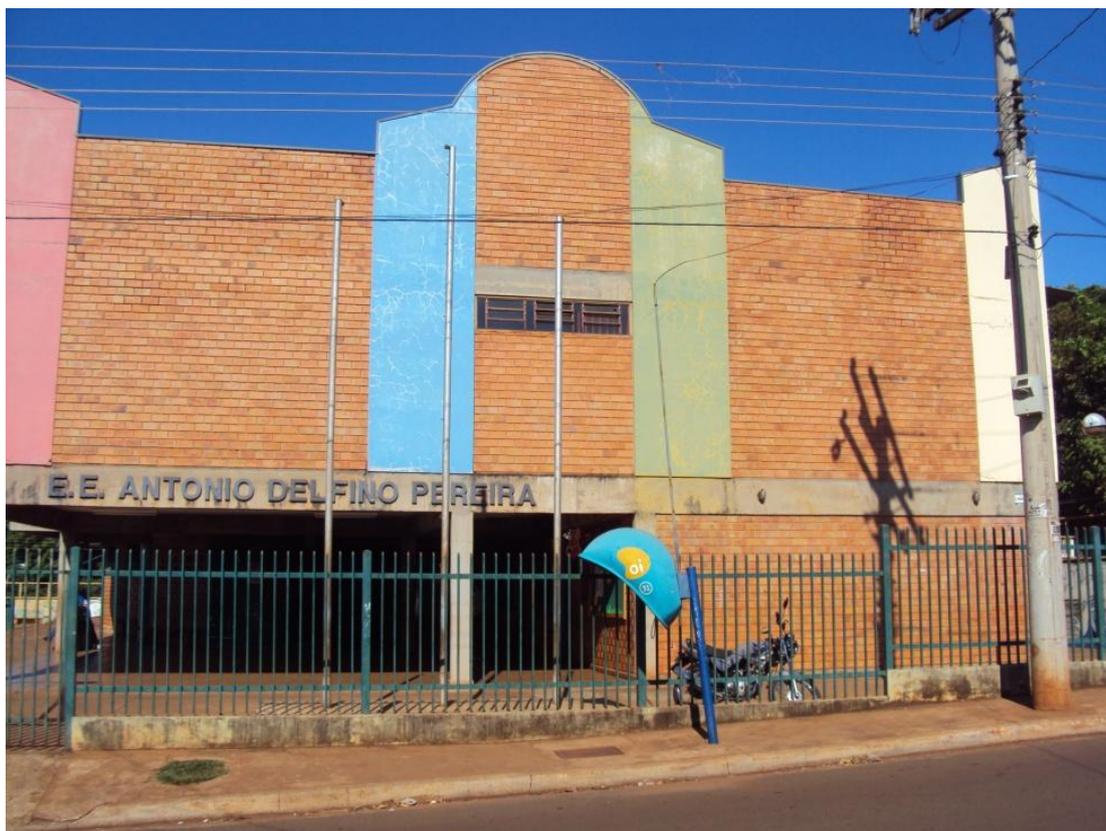
A comunidade conta, hoje, com um posto de saúde e com agentes comunitários que procuram atender todos do bairro. Segundo a diretora do posto, estão cadastradas cerca de 400 a 450 pessoas, crianças, adultos e idosos, aproximadamente 100 famílias.

Desde vinte de abril de 2000, a comunidade passou a ter uma escola pública, a Escola Estadual Antonio Delfino Pereira, cujo prédio foi construído em terreno doado por uma empresária devota de São Benedito, um conjunto de lotes comprados de descendentes de Tia Eva. A área é de tamanho considerável. Houve uma parceria do Estado com o Município para a construção da escola e do Centro de Educação Infantil (CEINF), Eva Maria de Jesus/Tia Eva, ambas situadas na rua principal do bairro, a única asfaltada desde maio de 2001.

(...) um dia chega em casa uma mulher de nome Irani Calvira, estilista, empresária, né senta aqui na cadeira e conta o que tinha acontecido com ela, ela falou que viu na televisão eu falando da história da Tia Eva dos milagres de São Benedito, das curas e veio até a comunidade para pedir uma cura para sua saúde, e ela fez um voto se fosse atendida compraria lotes e doaria para construção de alguma coisa que atendesse a comunidade. Então me pediu para ver se algum descendente estava vendendo alguns lotes juntos né, e foi que consegui encontrar uns parentes que estava querendo vender, e deu certo né, dela comprar. Os alunos antes estudava numa escola junto com as irmãs no seminário aqui em cima, acabando a parceria do estado com a diocese, o secretário de educação viu que o terreno da empresária caberia uma escola, então numa reunião que envolveu o secretário, a empresária e a associação dos descendentes ficou resolvido a construção da escola. A escola foi construída em mandatos diferentes de governo cerca de 60 a 70% no governo de Wilson Barbosa Martins quase dois anos parada daí né que foi quando convoquei a televisão e na reportagem né aponte para a construção abandonada dizendo, o nosso sonho estava se acabando, daí que conseguimos sensibilizar o governo e na mesma semana o secretário veio aqui e assim terminaram a escola, que foi dado o nome do pai da empresária Antonio Delfino Pereira e a creche que ficou logo terminada de Eva Maria de Jesus/Tia Eva (...). (MICHEL, 76 anos, bisneto de Tia Eva)

Desde a inauguração da escola, esta ficou denominada como Escola Estadual Antonio Delfino Pereira - Centro de Cultura Educacional Tia Eva e, a partir de 2009, a escola passou a ser de educação integral.

**Figura 7 - Escola Estadual Antonio Delfino Pereira - Centro de Cultura Educacional Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop (2011).

Atualmente, a escola atende 303 alunos nos três turnos, sendo 195 alunos do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, nos períodos diurno e vespertino, em período integral, e no noturno 108 alunos, acima de 18 anos, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que é oferecido o Ensino Médio.

Um levantamento feito na secretaria da escola mostrou que, em média, 80% dos alunos são considerados negros e 45% deles moram na comunidade Tia Eva.

A Escola realiza sua atividade de ensino das 7h às 11h com as disciplinas exigidas pelo ano de escolaridade; depois que os alunos recebem a segunda refeição, há um descanso de uma hora, quando começam as atividades do período vespertino, que vão das 12h às 16h. Nesse período é realizado um projeto denominado Mais Educação.

#### Atividades do projeto Mais Educação 2011

Acompanhamento Pedagógico:

1º Letramento – Alfabetização.

2º Matemática.

3º Tecnologias da Alfabetização.

4° Ciências.

Cultura e Artes:

5° Leitura.

Esporte e Lazer:

6° Recreação e Lazer.

Os colaboradores desse projeto são na grande maioria acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, Biologia, Artes, Educação Física de diversas universidades de Campo Grande – MS. A intenção desse projeto é, além de possibilitar que o aluno reforce as disciplinas importantes do cotidiano escolar, fazer com que tenham mais contato com aspectos relacionados à cultura afro-brasileira.

No início de 2011, a escola passou a contar com o projeto PROUCA do governo federal, que prevê um computador por aluno. Esses computadores são do tipo laptops, a intenção é de que as aulas sejam realizadas com o auxílio deles.

A Comunidade conta também com um Centro de Educação Infantil (CEINF) que atende em média 50 crianças do maternal até a pré-escola.

**Figura 8 - Centro de Educação Infantil - CEINF Eva Maria de Jesus – Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

As atividades culturais da comunidade, as festas de São Benedito e os vários cursos de aperfeiçoamento oferecidos gratuitamente em parceria com várias instituições governamentais e não governamentais são realizados no barracão da Associação dos

Descendentes de Tia Eva, construído com os próprios recursos da associação em meados dos anos 1980, o qual foi revitalizado anos mais tarde pelo poder público municipal, por meio da Secretaria de Cultura.

**Figura 9 - Barracão da Associação dos Descendentes de Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Pelo reconhecimento histórico e cultural da Comunidade Quilombola, a Agência Municipal de Transporte Público nomeou uma linha de ônibus com o nome de Tia Eva, que passa pela rua principal do Bairro São Benedito, chamada de Eva Maria de Jesus.

**Figura 10 - Linha de Ônibus Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Buscamos mostrar vários aspectos e momentos passados pelos moradores da comunidade para percebermos a evolução histórica atravessada por eles e pelo bairro. Muitas mudanças ocorreram na cidade e na região, acreditamos que as mudanças vieram fortalecer as lutas por melhores condições, pois a grande maioria conhece, exige seus direitos e se mantém unida à associação dos descendentes, exigindo e colaborando com a sua presidente.

O fato de serem considerados quilombolas, inicialmente não agradava a todos por causa dos preconceitos e do não conhecimento de direitos, mas percebemos que isso já foi superado. Eles demonstram orgulho ao falar sobre as lutas, as conquistas e os desafios; há um grande respeito pelas tradições e pelas pessoas mais velhas do bairro; demonstram, também, a necessidade de manterem a memória dos fatos que ocorreram na comunidade e a valorização das lembranças e conhecimentos de Tia Eva.

## Capítulo 4

“Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos”.

Nelson Mandela (1918 - ).

### 4 Saberes e fazeres: concepções matemáticas envolvidas

Este capítulo é dedicado à pesquisa de campo realizada na comunidade quilombola, expomos aqui as manifestações matemáticas em três períodos de sua história, desde a época de área rural até a sua total urbanização. Organizamos desta forma para que ficasse mais fácil perceber e compreender os fatos ocorridos e as diferentes formas de expressão da matemática presentes na comunidade.

#### 4.1 Da mandioca aos seus derivados e da mamona ao óleo

Desde o tempo da chegada da sua matriarca, a Comunidade Quilombola Tia Eva se criou e se desenvolveu em torno da sua principal fonte de renda e subsistência, o plantio e a colheita dos produtos da chácara. Com o passar do tempo, como vimos, a comunidade perdeu seu status de área rural em virtude do crescimento acelerado da cidade, tornando-se um bairro periférico.

As características de bairro trouxeram atribuições impostas pelo poder público municipal, uma das principais foi a vinda do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), no início dos anos 1980, que, em virtude de uma lei municipal, não permitiu a criação de animais bovinos, caprinos, ovinos, galinhas e porcos. Isso tornou a situação das famílias insustentável, pois esses animais eram fontes de renda e fundamentais na base alimentar.

A solução que muitos chefes de família encontraram foi a prestação de serviço em lugares fora da comunidade. As opções de emprego que muitas famílias acharam

eram variadas. Para aquelas que não tinham filhos ainda, a oportunidade sugerida era o trabalho nos sítios e nas fazendas da região, atuando na lida do gado e na roça, já aquelas que tinham uma família numerosa, permaneciam na comunidade e submetiam-se à prestação de serviços braçais e domésticos na cidade.

Na etapa da pesquisa, procuramos compreender de que lado e, em que extensão, relações fundamentais e espaciais estariam presentes nas atividades dessa comunidade, olhando-as ao longo do tempo desde o período em que eles viviam como uma comunidade rural.

Foi possível perceber por meio de história oral a voz dos bisnetos de Tia Eva que conviveram com a avó Sebastiana, uma das filhas de Tia Eva, os quais falaram das principais atividades de produções da chácara.

Ao relacionarmos a nossa pesquisa com a Etnomatemática, começamos a compreender: “[...] a razão por que a área deve abordar a antropologia e a história oral” (D’AMBROSIO, 200-, p. 08), porque devemos levar em consideração e identificar as práticas de subsistências da comunidade por meio de seus relatos.

Analisando relatos da prática da comercialização de produtos da chácara, a mandioca aparece como uma das principais atividades de produção, de onde saíam seus derivados como o polvilho e o biju, que atendiam encomendas em larga escala; outra fonte de renda era a extração do óleo da mamona, processo que ocorria artesanalmente e era uma encomenda constante para quem precisava engraxar as rodas dos carros de tração animal e usar como combustível para acender as lamparinas e os candeieiros.

Percebemos na comunidade que o escambo foi uma das formas de comercialização dos seus produtos. A historiografia nos mostra que o escambo organizou muitas formas de comércio e de subsistência em todo o mundo desde as antigas comunidades. Segundo Robert (1982), na Grécia pré-helênica há registro de que a primeira unidade de troca foi o boi. Entendemos, então, a origem da palavra latina pecúnia que significa “fortuna, moeda, dinheiro”. Este vocábulo é originado de pecus que significa “gado, rebanho”. Daí o sentido primeiro de pecúnia ser “ter em bois”.

A prática do escambo era uma forma perspicaz de os colonizadores utilizar a mão de obra dos indígenas em troca de mercadorias, ou seja, correspondia a primeira forma de escravidão em terras brasileiras.

Observamos que, desde então, num sistema capitalista, as trocas de produtos nem sempre são realizadas de maneira justa e igualitária. Dessa forma, a matemática

deixa de ser útil nas trocas e se torna uma matemática financeira que envolve uma moeda de câmbio e a busca por lucros.

Segundo D'Ambrosio (2005), o conhecimento é o gerador do saber e se torna decisivo para atuação do indivíduo no seu ambiente, na troca de experiência cotidiana, entretanto revelar e descobrir as ideias matemáticas incorporadas nesta prática cultural da comunidade e disponibilizar acesso à riqueza dessas ideias faz parte dos estudos em Etnomatemática.

Os produtos que eram derivados da mandioca eram feitos de forma manual, descascavam-na em grandes rodas de pessoas, ralavam utilizando ralador para transformar a mandioca em massa e passavam na prensa para secar e recolher o polvilho, em seguida eles colocavam a massa em um tacho para ser torrado no forno à lenha para virar farinha.

Sobre essa prática, encontramos em Moraes (2003) um depoimento de dona Adair Jerônima da Silva de 69 anos, bisneta de Tia Eva, que retrata como foi a convivência com sua avó Sebastiana, uma das três filhas de Tia Eva, nos tempos da chácara.

Nessa primeira parte, ela relata o método da fabricação da farinha do polvilho e do biju e descreve os utensílios utilizados nesse processo.

Nós vivia mais era com a vó Bastiana. Tudo que ela ia fazer, nós tava junto. Ela mexia com negócio de fazer farinha e nós que ia ajudar lá. Ia todo mundo, arreunia pra cascar mandioca, relar... E o vovô fez uma prensa de pau. Pegou uma tora e cortou uma espécie de um cocho e furou, com trapo tudo em roda e botou dois pau assim, e aqui era a prensa. E ali quando nós torrava, ali posava. Botava a bucha de estopa bem limpinha assim por baixo, ou então folha de bananeira, e botava a massa ali dentro e forrava com outra limpinha por cima e folha de bananeira. E botava umas tábuas e por cima três tocos grandes, em pé, uma espécie de uma canga, e assim por cima aquela cunha. Tinha um pau e por cima do pau uma cunha beradeando. Aí batia, e quando mais batia aquele polvilho caía lá embaixo. Assim por baixo tinha uma bica e tinha uma gamela, grande assim. Então ali ia batendo e ia caindo o polvilho lá embaixo. Dali até posava, tinha dia que posava. No outro dia cedo, nós ia lá, o vovô destampava e aquilo tudo tava sequinho. Aí a gente já tirava dali com tudo, um de lá e o outro de cá, e tinha uma mesa grande assim, no sol, tudo forradinha já. Ali nós jogava aquele biju de farinha, massa seca já, e aí ia todo mundo pra esparramar, pra acabar de secar. A gente tinha as peneiras que a finada vovó mesmo fazia, que a gente ajudava ela também, aquelas peneiras de debulhar feijão. Então ali nós coava, com peneira de arame. Coava e ia coando tudo para um lado. Ali ela já tava com a fornada dela pronta, já tava os tacho lá, tudo pronto para torrar a farinha. Tinha um rodo grande assim, tinha uma ponta com a pá, e ali ia jogando, ia fazendo biju pra nós.” Vou fazer um biju primeiro pra vocês”, e fazia aquele e temperava com rapadura, relava ali, fazia aquele biju doce pra nós comer. E todo mundo animava a trabalhar, por que tinha aquele biju doce, né... todo mundo animava. Então ali ela ia torrando aquelas farinha, e fazia cada sacada

de farinha, lata de farinha, aquela lata cheia, tudo tampadinha, e nós ajudava. (ADAIR, 69 anos, bisneta de Tia Eva) (MORAES, 2003, p. 13-14).

Nessa segunda parte do depoimento, ela conta como ocorria o processo de produção do óleo da mamona.

Quando chegava o tempo de fazer o óleo de mamona, então ela pegava assim aqueles pés de mamoneira, pegava aqueles cacho de mamona, tudo já seco, e jogava tudo assim. Tinha um lugar já preparado só pra isso. Pegava aqueles cachos jogava assim naquela lona grande. Quando a lona estava quente batia com um pau assim ia debulhando tudo eles. Aí, depois que torrava abanava e jogava aquele farelo fora, e aquelas baga jogava dentro de uma baciona. Tudo as coisa tinha seus tempos certo, né. Dalí a finada vovó pegava, e torrava aquela mamona. Ela torrava tudinho, torrava bem torradinha. Aí depois que torrava, punha num pilão e socava, ou então num moinho. Moía e aí caindo aquela massa lá embaixo e a hora que enchia aquela bacia grande, tinha um tachão, desses mesmo tacho, mas só que já era outro, de mexer só isso. Aqueles tacho de duas asas. Ali botava na mesma fornalha que torrava a farinha. Punha ali aquelas massa, punha água e mexia bem com a outra pá, tocava o fogo por baixo. Aí ia fervendo. Quando começava a ferver, aquele óleo e pondo em outra panelona grande de três pernas, em outra trempe. Ia catando tudo aquele óleo e pondo ali, e tocava no fogo e apurava, ficava só o óleo na panela. Aí já tinha as garrafas tudo limpinha pra pôr os óleo. Muita gente vinha comprava aquele óleo de mamona que servia para engraxar. O pessoal das furnas tinha aquele carro antigo, que eles fala de carro mineiro, né, então quando eles vinha descendo nós escutava o barulho. Eles pegavam também desse óleo pra engraxar os cocão do carro. Aquilo pra nós era uma farra. Naquele tempo tinha uma união bonita aqui, que só você vendo. Aquele povo, aquela união pra tudo. Era sobre negocio de festa, aniversário, pra tudo era aquela união que tinha, uma consideração. Todo mundo amontoava era na casa do vovô e da vovó. Era um respeito danado que nós tinha com ela. Então depois a gente vai crescendo, vai crescendo e já vai separando todo mundo (...) (Adair, 69 anos, bisneta de Tia Eva) (MORAES, 2003, p. 14).

É possível perceber na fala da dona Adair, as lembranças que ela ainda tem de velhos tempos importantes de sua vida e da comunidade, a saudade da tranquilidade que havia na comunidade, da simplicidade daquela vida sem luxos, da coragem de trabalhar, sem pensar em receber salário, apenas pelo prazer de comer um biju doce.

Os objetos que ela cita, que eram confeccionados pelos membros mais velhos da comunidade e usados na produção da farinha e no beneficiamento do óleo da mamona, eram feitos utilizando conceitos que, talvez ela nem tenha conseguido explicar direito, mas supria as necessidades daquela época.

Como não há nenhum registro visual dos objetos utilizados no beneficiamento da mandioca na comunidade Tia Eva, fomos convidados pelo casal “seu Michel” e “dona Luzia” a ir até a comunidade quilombola rural Furnas do Dionísio, lá encontramos esses materiais ainda em uso, vale destacar que essa comunidade, também, tem descendentes de Tia Eva.

**Figura 11- À esquerda modelo de uma prensa e à direita modelo de um forno**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Sobre a prática de comercialização da farinha vemos a seguir como era a forma de venda da farinha de mandioca na chácara.

Naquela época não tinha nenhuma balança, nem mesmo aquelas balanças de prato, aí a farinha era vendida tudo por litro, colocava tudo no litro mesmo e vendia. Daí depois que veio a balança de prato e vendia no saquinho colocando no prato, mas no tempo da vovó vendia mais por litro mesmo, apesar que ela fazia mais só mesmo para suas despesas mas quando alguém queria comprar ela vendia no litro. (MICHEL, 76 anos, bisneto de Tia Eva).

Observamos que a unidade de medida padrão utilizada para venda do produto foi o litro, e a matemática apresentada nesta situação era voltada para o comércio, percebemos que nem sempre dava para realizar a prática do escambo, pois a troca, segundo os relatos, em certas situações não era compensadora.

Por meio dos relatos foi possível constatar que a farinha de mandioca e o óleo da mamona foram produtos utilizados no consumo da comunidade e na comercialização, já que esses produtos não necessitavam de muito manejo tecnológico no plantio e colheita, sendo uma maneira que encontraram para vencer suas dificuldades de subsistência. As técnicas de lidar com esses produtos foram passados de geração para geração e utilizados até o momento que a comunidade era rural.

## 4.2 A venda do leite e a fabricação do doce de leite

Sergio Antônio da Silva mais conhecido como “seu Michel” é um personagem histórico pela vida e luta à frente da comunidade, um dos bisnetos de Tia Eva que nasceu na comunidade e reside nela até hoje é um dos descendentes que muito colaborou com a pesquisa por meio de vários relatos e apresentação de documentos.

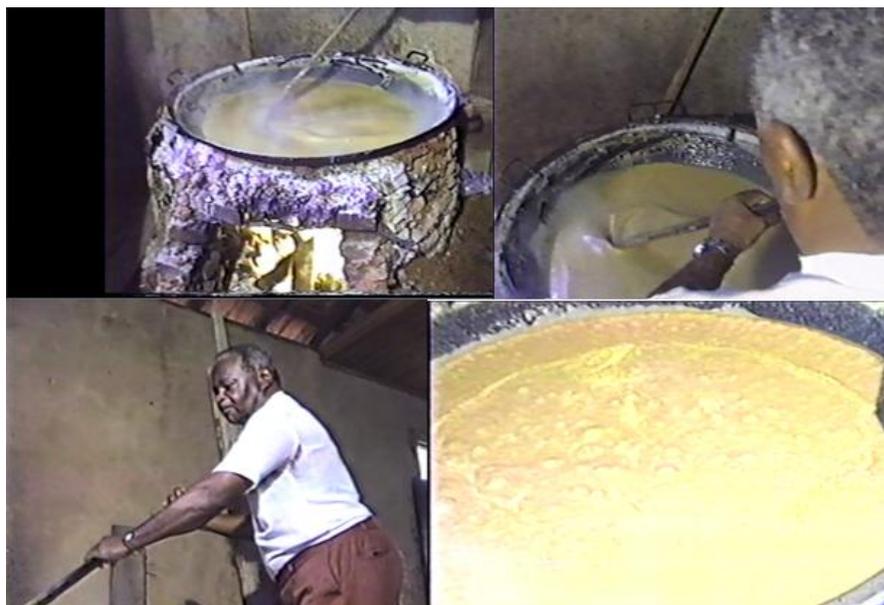
Percebemos através de seus relatos as dificuldades passadas para criar seus 12 filhos, mantendo o vínculo com a comunidade. Enquanto a comunidade era rural, ele trabalhava com a criação de porcos e serviços eventuais. Os porcos quando eram abatidos em sua casa, parte deles, servia de alimento para sua família a outra parte era vendida para açougues ou trocados por outros produtos com os vizinhos da comunidade.

Outra fonte de renda que ele possuía provinha de uma pequena fábrica de doces de leite, como não possuía terra suficiente para a criação de gado leiteiro, comprava leite em uma fazenda da região. Além de usar o leite para fabricar os doces, também vendia o produto *in natura* para uma clientela assídua. Segundo ele, tinha clientes em quase toda a cidade, chegando a vender aproximadamente 200 litros por dia.

Na venda do leite e dos doces, identificamos uma matemática que não priorizava somente cálculos quantitativos, mas também qualitativos, pois, no processo de fabricação, a maneira proporcional referente à quantidade de leite e açúcar utilizados requeria uma atenção da qualidade do produto. “A etnomatemática privilegia o raciocínio qualitativo. Um enfoque etnomatemático sempre está ligado a uma questão maior, de natureza ambiental ou de produção [...]” (D’AMBROSIO, 2005, p. 44).

(...) eu com 50 litros de leite e punha 20 quilos de açúcar (...) o doce prá ficar bom tem que sentir o gosto do leite e não pode ficar muito doce, pois se não podemos perder clientes, se colocar muito açúcar vai render mais, mas vai ficar enjoativo e a pessoa não vai querer comprar mais, então temos que pensar nesse tipo de venda, se faz mais, mas não vende você acaba levando prejuízo (...). (Michel, 76 anos, bisneto de Tia Eva).

**Figura 12 - Processo de fabricação do doce de leite de seu Michel**



FONTE: Comunidade Tia Eva, disponível DVD. Produzido 198-.

Ao analisarmos as suas práticas na fabricação dos doces de leite, observamos a prioridade dele em satisfazer a clientela, ele enfatizava que a qualidade do doce dependia estritamente da qualidade do leite, entretanto, como o leite é produzido pelo gado leiteiro, sua característica depende muito da alimentação do animal.

Ao discutirmos sobre a sua prática comercial, demonstrava muito entendimento sobre o seu mercado consumidor e de operações elementares de matemática, as quais facilitavam seu controle dos gastos e lucros. Mesmo afirmando possuir apenas o equivalente ao quinto ano do Ensino Fundamental, apresenta muita facilidade em cálculos mentais e consegue fazer relações matemáticas formidáveis em suas práticas.

Nos diálogos que tivemos, observamos sua experiência em lidar com esse tipo de comércio, ele se apropria de uma matemática que relaciona o cálculo proporcional da quantidade de produtos usados no processo de confecção dos doces com o preço correto para a sua venda, em que procurava visar ao lucro, mas sem explorar o cliente que comprava, pois o maior objetivo era divulgar o produto para adquirir mais clientes. Ele relata que não tinha uma renda fixa mensal, mas que chegava a lucrar, em média, um valor acima de quatro salários mínimos da época e tinha até uma conta de poupança em um banco. Essa prática durou cerca de 35 anos, só foi interrompida em virtude das exigências da vigilância sanitária.

Percebemos por meio dos contatos com a comunidade que o seu Michel não se tornou um grande comerciante, mas conseguiu educar e cuidar de todos os seus filhos por meio de seu comércio de doces e leite. A experiência adquirida nesses anos de contato com o público trouxe uma experiência de vida que nenhuma escola consegue ensinar.

Moradores do bairro, autoridades municipais, estaduais, federais e até mesmo embaixadores da África, atrizes, estudantes, outras personalidades já reconheceram a sua simplicidade e perceberam que é um homem que luta por melhores condições de vida em sua comunidade.

**Figura 13 - Broche doado a seu Michel pelo embaixador da África em visita à comunidade**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Muitas conquistas que a comunidade possui ocorreram em sua gestão como presidente da Associação dos Descendentes de Tia Eva, estando à frente dela desde a sua criação em meados da década de 1980. Participa ativamente das reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, cobrando dos parlamentares projetos em prol da sociedade, inclusive já recebeu o título de cidadão campo-grandense, demonstra muita segurança quando fala do direito e dos movimentos negros.

### **4.3 O grupo de costureira sobrinhas de Eva**

Um fato tradicional presente na Comunidade Quilombola é que as mulheres tinham a função de tomar conta do lar e do cuidado com as crianças. Esse perfil foi

sendo modificado ao longo do tempo, pois a quinta geração dos descendentes de Tia Eva que ainda permanecem na comunidade já se enquadra no ritmo da vida moderna, em que as mulheres têm que ajudar no rendimento do lar, dedicando-se ao trabalho e, com isso, tendo pouco contato com os filhos.

Muitas mulheres da comunidade mantinham a tradição de fazer pequenos artesanatos e doces para vender, mas tudo foi se perdendo ao longo das gerações, segundo seus próprios relatos. No intuito de preservar a cultura e incentivar a presença das mães mais próximas de seu lar, surgiu uma iniciativa da Associação dos Descendentes de Tia Eva em promover um curso de corte e costura para moradores da comunidade, que também se estendeu para bairros vizinhos.

“(...) somos muito grata a um empresário que acreditou na gente, ele observou o nosso potencial e a nossa forma de organização, forneceu um curso de capacitação para mulheres no seu próprio ateliê e nos ajudou a formar nosso grupo (...)”. (LUCIA, presidente da Associação)

A clientela que participou do curso de formação fornecido por esse empresário na sua totalidade era constituída por mulheres. Essa formação trouxe um novo entusiasmo para elas, que resolveram criar um grupo denominado Sobrinhas de Eva. Com incentivo inicial do município, o grupo, além de contar com os cursos que ele oferece, recebe também o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio (SEDESC) que forneceu as máquinas de costura e o suporte técnico para o empreendimento.

O grupo que recebeu a formação de corte e costura é constituído por 12 (doze) mulheres, das quais nove são descendentes de Tia Eva e 3 (três) moram fora da comunidade em bairros vizinhos. Se considerarmos todas as atividades vinculadas ao grupo Sobrinhas de Eva, que envolvem artesanato com retalhos, bordados nas bolsas e as costuras, são ao todo vinte (20) mulheres que realizam atividades no grupo.

As Sobrinhas de Eva realizam suas atividades em uma sala acoplada ao salão da Associação dos Descendentes de Tia Eva, onde possuem dez máquinas de costura reta, uma máquina overlock, uma galoneira e duas mesas para corte.

**Figura 14 - As Máquinas de Costura do Grupo sobrinhas de Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

A presidente da Associação dos Descendentes de Tia Eva que também faz parte do grupo disse que, desde o início de 2011, o grupo ganhou um reforço, pois estão fazendo parte da Incubadora<sup>8</sup> Mario Covas.

“Nós vamos ser incubadas a distância, a vantagem de ser incubada é importante, pois dão assistência técnica, a lidar com a parte financeira, orientação em relação a conflitos e aprender a buscar a alta estima quando o negócio não está prosperando” (LUCIA, presidente da Associação)

O grupo, além de receber todo subsídio da incubadora, tem que buscar novos parceiros. Segundo a presidente, um deles já está certo, são os Correios com a doação de malotes que não são reaproveitados, seus tecidos vão servir para confecção de bolsas, o outro parceiro em negociação é o Banco do Brasil.

Atualmente, As Sobrinhas de Eva organizam-se para prestar serviços de costura vindos de diversas fábricas de roupa. Quando elas têm uma grande demanda, trabalham revezando-se em três períodos, mas, quando não, organizam-se e trabalham somente em um. Todas elas são responsáveis pelo controle financeiro, o lucro é totalmente dividido; no momento, nenhuma delas tem uma conta no banco, o parceiro vem e paga cada uma.

---

<sup>8</sup> É um centro de desenvolvimento de empreendimentos e empresas. Esta mencionada é mantida pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, com interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio - SEDESC.

Conforme a Presidente, a iniciativa desse grupo de mulheres e o fato de elas serem consideradas uma Comunidade Quilombola ajudaram muito na busca por parceiros e pequenos investidores que acreditaram nos seus potenciais. Entretanto, As Sobrinhas de Eva demonstram muita motivação e buscam por meio de cursos de empreendedorismo sair da informalidade.

A comunidade, por meio da Associação dos Descendentes de Tia Eva, realiza vários cursos de aperfeiçoamento, utilizando o espaço do salão da associação. Esses cursos são oferecidos gratuitamente em parceria com instituições governamentais e não governamentais.

Os produtos artesanais confeccionados nesses cursos são na grande maioria vendidos no bazar da comunidade, e os lucros são divididos entre as mulheres que costuram e realizam os bordados, uma parte é usada para custear as despesas com água e energia.

**Figura 15 - Bolsas Confeccionadas e Bordadas**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Abaixo temos uma etiqueta de papel que segue junto com as bolsas confeccionadas pelo grupo Sobrinhas de Eva, na qual é descrita uma característica particular para cada bolsa, já que identifica a artesã responsável pela sua confecção, o material usado para fabricação, o preço, a identificação que é um artesanato de Mato Grosso do Sul. A logomarca é um resumo da história da comunidade.

Em seguida, na foto do bazar onde são vendidas as bolsas e outros produtos confeccionados pelo grupo, podemos perceber que ele ainda é improvisado, não está estruturado e organizado para ser uma loja, segundo elas, ainda passará por reformas para melhor caracterização.

**Figura 16 - Etiqueta dos produtos produzidos**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

**Figura 17 - Bazar Tia Eva**



FONTE: At. AL Prop. (2011).

### 4.3.1 Economia solidária do grupo Sobrinhas de Eva

“A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.”

Karl Marx (1818 – 1883)

A economia está presente em nossa vida constantemente, é só observarmos em nosso redor, tudo está ligado diretamente a ela. A palavra Economia vem do grego

OIKOS = casa, lugar + NOMOS = regras, normas, ou seja, são as diversas regras ou normas de administração de uma casa, organização de um lugar, etc.

Essa arte que provém do pensamento humano pode ser considerada como uma grande descoberta do processo de formação e organização de regras e normas iniciadas desde as pequenas comunidades.

Com o desenvolvimento das comunidades e a necessidade de gerar novas formas de lidar com situações do mercado produtivo, em virtude da grande concentração de riqueza e de renda, ocorreu a formação de classes sociais, que resultou em uma crescente desigualdade, provocando a miséria e a exclusão.

Para Paul Singer, professor de economia da Universidade de São Paulo - USP (2002):

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado é a competição e a desigualdade. (p. 10)

A economia solidária surge na sociedade mostrando ser uma alternativa eficaz para minimizar as desigualdades, tendo como principal objetivo a necessidade de um resgate do compromisso primordial da economia com relação à promoção do bem-estar.

Essa economia nasce dentro do modelo capitalista atual como uma nova forma de economia, numa perspectiva de recuperar o trabalho por meio de pequenas iniciativas coletivas ou de incentivos aos indivíduos a adotarem uma postura alternativa e autônoma em face do desemprego e da ausência do emprego formal.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) define a economia solidária da seguinte forma<sup>9</sup>:

A economia solidária é movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, buscando novas relações (sociais, econômicas e ambientais) contrárias:

- à alienação em relação ao processo do trabalho como um todo;
- às desigualdades sociais (poder e riqueza na mão de uma minoria, pobreza para a maioria); e
- aos desequilíbrios ecológicos.

---

<sup>9</sup> Fonte: <http://www.sebrae.com.br>, acesso em 09 de maio de 2011.

Visto que grandes corporações tendem a se preocupar mais com o lucro e menos com os danos ambientais que o seu crescimento desenfreado causa. E como visto, o desenvolvimento territorial busca expandir com base nesta economia solidária, levando em conta que seu crescimento necessita do envolvimento das pessoas:

- de forma associativista e cooperativista (cada um contribuindo com o seu melhor, com o que é possível dentro de seus parâmetros);
- participando do processo desde sua implementação até o produto final (propriedade da economia solidária que tem características também do comércio justo); e
- tendo em mente o equilíbrio ecológico (fator essencial para harmonizar as relações entre pessoas, desenvolvimento territorial e natureza).

Segundo Paul Singer, a economia solidária é um tipo de economia formada por empreendimentos que praticam os princípios fundamentais do cooperativismo, ou seja, a autogestão.

Esse tipo de economia tem como proposta a extinção de divisão de classes, com o objetivo de criar um modelo econômico não capitalista, no qual todos participam juntos, tomam decisões, ou seja, são donos do seu próprio negócio.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez de contratos entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p. 9-10).

Singer (2002) afirma que as atividades solidárias são fundamentais para estimular a economia e fortalecer o crescimento. Ele faz uma crítica em relação ao pensamento econômico neoclássico embasado na ideia de que se der incentivo financeiro individualmente ou até mesmo coletivo para certo grupo, estaria tomando o lugar de outros no mercado, pelo fato de que a economia é considerada inelástica.

Fica claro nas ideias de Singer (2002) que, se o poder público ajudar as pessoas que estão desempregadas, isso poderia gerar mais produção, mais impostos, pois estas seriam estimuladas a produzir e comprar, aumentando, assim, ainda mais o consumo e consequentemente proporcionará uma maior distribuição de renda.

Para Paul Singer, não se sabe onde surgiu essa forma de economia, acredita-se que teve início no fim do século XVIII na Europa, com a primeira Revolução Industrial, e se tornou mais evidente na Inglaterra no século XIX. Todavia, foi somente em meados

do século XIX que esse tipo de representação econômica ficou realmente conhecido como cooperativas e essas ideias foram sendo difundidas pelo mundo todo.

Com relação à criação das cooperativas, cabe salientar que elas surgiram como uma forma alternativa por parte dos trabalhadores em retomar seu emprego e serem autônomos economicamente, aproveitando suas capacidades de produção.

Nesse contexto da economia solidária, surgem as cooperativas. No Brasil, a cooperativa é instituída formalmente a partir da década de 1970, em virtude da criação da Lei Cooperativista 5.764, de 16/12/71. Uma “(...) cooperativa é: Uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados.” (VEIGA & FONSECA, 2001, p. 39).

Para Veiga & Fonseca (2001), as cooperativas são um tipo de empreendimento definido por:

(...) uma associação voluntária de no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, que para tanto contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-parte e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. É regida pelo princípio democrático de cada pessoa um voto. Os excedentes ou sobras são distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado. (p. 39).

Para Paul Singer, há dois tipos de cooperativas que o Ministério Público Brasileiro procura distinguir: as cooperativas de trabalho e as intituladas de mão de obra. As cooperativas de trabalho são aquelas que vendem o produto do trabalho dos seus membros, desde que sejam feitos com próprios meios de produção no local de funcionamento da cooperativa. As cooperativas de mão de obra são as que vendem o produto do trabalho (serviço) feito com meios de produção e no local do comprador.

Um dos fatores que movimenta o funcionamento das cooperativas é a questão da organização da compra dos produtos coletivamente entre a comunidade, permitindo um baixo preço em comparação com o mercado atual.

Ainda sobre as cooperativas, um aspecto importante que queremos enfatizar é a estrutura de organização, que coloca a economia como um bem social, capaz de conceber o capital social como domínio público, ou seja, não sendo possível adquirir posse individual, surgindo, assim, a necessidade da criação das instituições e organizações para o desenvolvimento da economia solidária.

Como destacamos, os empreendimentos solidários são aquelas cooperativas que praticam a autogestão, entre outros, podemos destacar as cooperativas de crédito,

habitação, seguro, saúde, educacionais, de produção, como a estudada neste trabalho, além de clubes de troca, associações comunitárias de crédito e Banco de pobres, como o Grameen Bank (Banco da Aldeia) de Bangladesh e o Banco do Povo.

#### **4.3.2 A matemática necessária para o empreendimento em economia solidária: o caso do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva.**

Ao observarmos uma bolsa de valores em operação com seus consultores, num momento de agitação do mercado financeiro, podemos chegar à conclusão de que a matemática é fundamental em todas essas ações e esse reflexo resulta muito no rendimento do faturamento de uma empresa.

A matemática, nesse caso, é um instrumento capaz de traduzir o futuro de muitas economias em números, dependendo de seus resultados provocam reações extremamente significativas em um mercado cada vez mais controlador e modelador da realidade.

Ao analisarmos a presença da matemática dentro de uma empresa em todos os seus segmentos, percebemos que ela é uma ferramenta capaz de organizar tudo o que ocorre dentro da linha de produção, desde a contratação, o pagamento dos funcionários, a venda dos produtos e até atingir o consumidor.

Ao pensarmos em uma economia de autogestão, como é a proposta da economia solidária, estimulamos a utilização de uma matemática; embora elementar, condizente com a necessidade da realidade da cooperativa.

Em nossa pesquisa, em especial, observamos o caso do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva, o qual, de maneira intrínseca, carrega os traços de uma economia solidária voltada para a comunidade onde nasceram e residem.

Fazendo uma análise preliminar, buscamos perceber nesse grupo, que a matemática contribui para uma forma de organização e estruturação na gestão desse empreendimento, constituindo uma economia solidária. Percebemos que a economia solidária presente nesse grupo nasce do anseio por emprego, autonomia financeira e pela possibilidade de ajudar nas despesas da casa e poder ficar mais próximo dos filhos.

Foi possível verificar, nos diálogos e observações, que existe uma organização que nasceu desde a sua idealização no empenho nas aulas de formação e na busca por parceiros financeiros, tendo o apoio da Associação.

Constatamos nesse grupo uma matemática voltada para a Economia Solidária, pois a união apresentada pelas mulheres demonstra a responsabilidade de todas no processo de produção e desenvolvimento do empreendimento. Verificamos a prática de uma matemática elementar que, nesse contexto, representa uma ferramenta eficiente para a contabilidade e a organização das finanças do grupo.

Identificamos nesse grupo a presença de algumas lideranças que têm o poder de falar pelo conjunto, mas que também trabalham. Percebemos que há uma pessoa responsável pelo controle das finanças, capaz de dialogar com as colaboradoras, com o poder público e com os parceiros, mas sem deixar de colocar em votação qualquer decisão que seja necessário tomar.

Por meio dos relatos, observamos que a matemática está presente em várias situações da cadeia produtiva desse grupo, tais como: na elaboração de planilhas de orçamentos, na elaboração e atualização de propostas, nos convênios estabelecidos, no pagamento do pessoal e na contabilidade em geral.

Entendemos que esses conceitos matemáticos envolvidos nesses processos, embora tão elementares, sejam úteis para o desenvolvimento do empreendimento, e tais situações ligadas a esse contexto poderão servir de base para práticas pedagógicas futuras.

Os problemas matemáticos enfrentados no cotidiano desse grupo, tendo como proposta a reflexão e a aplicabilidade em situações reais, vão ao encontro das ideias do Programa Etnomatemática.

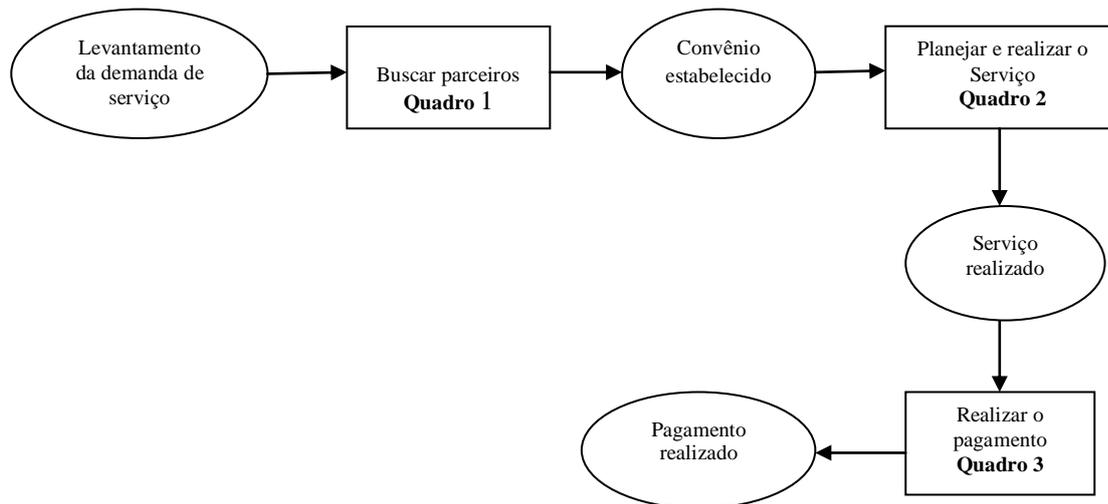
Para buscar compreender a Etnomatemática presente nas atividades desse grupo, elaboramos fluxogramas da cadeia de produção da cooperativa de costureiras Sobrinhas de Eva. Em termos gerais, um fluxograma é um diagrama que esboça a representação das etapas do processo da atividade produtiva de um determinado grupo.

Os fluxogramas que desenvolvemos são constituídos por etapas onde definimos que as formas retangulares representam as atividades produtivas do grupo, as formas elípticas representam a entrada e saída desses processos e as setas são os fluxos das operações.

Primeiramente, elaboramos um fluxograma geral que expressa toda forma de organização da atividade produtiva do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva. Em seguida, procuramos descrever essas etapas, buscando identificar em que momento a matemática é utilizada como ferramenta na organização e no desenvolvimento do empreendimento e que conteúdos matemáticos são aplicados nessas situações.

A partir da composição do fluxograma geral, fizemos a abertura das principais etapas para o surgimento de novos fluxogramas, com o intuito de analisarmos cada processo de maneira detalhada e observando as suas particularidades.

### Quadro Principal - Fluxograma Geral da Atividade Produtiva do Grupo Sobrinhas de Eva



Nesse fluxograma que acabamos de construir, procuramos evidenciar as etapas fundamentais levantadas pelo grupo para ilustrar o funcionamento do empreendimento.

1. Processo de Busca por parceiros;
2. Processo de Planejamento e Realização dos Serviços;
3. Processo de Realização do Pagamento.

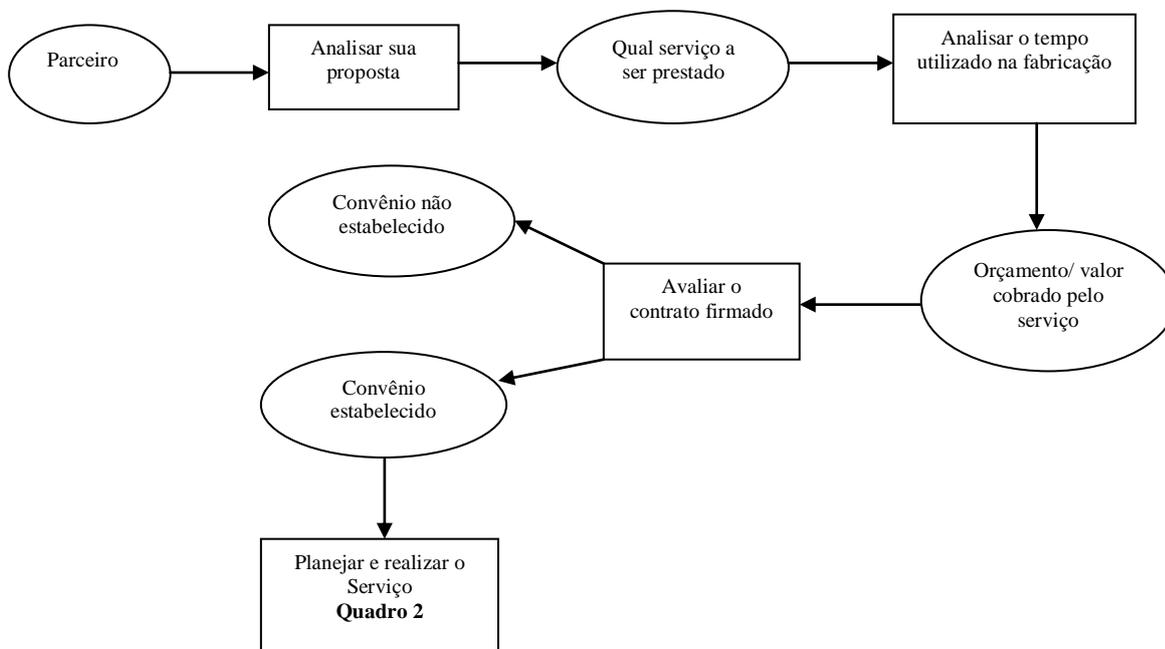
No empreendimento que estamos pesquisando, como já mencionamos, a sua característica está voltada para o mercado têxtil. Procuramos evidenciar as suas ações por meio do fluxograma supramencionado, em que é descrito em linhas gerais a estrutura de funcionamento do empreendimento. Na sua busca por parceiros, primeiramente, fazem um levantamento da demanda do serviço. Após ter firmado esse convênio, elaboram um planejamento para realização do serviço; depois da meta atingida, é realizado o pagamento das cooperadas.

Constatamos que a matemática apresenta-se no fluxograma geral na busca por parceiros, no planejamento na realização dos serviços e no pagamento do pessoal, ou seja, percebemos sua utilidade em todas as etapas do fluxograma geral.

Por meio desse fluxograma geral, vamos fazer um detalhamento das etapas desse processo, utilizando outros fluxogramas com o intuito de analisar especificamente onde

as situações matemáticas são utilizadas por esse grupo e procurar identificar os conteúdos matemáticos próprios presentes nesses casos.

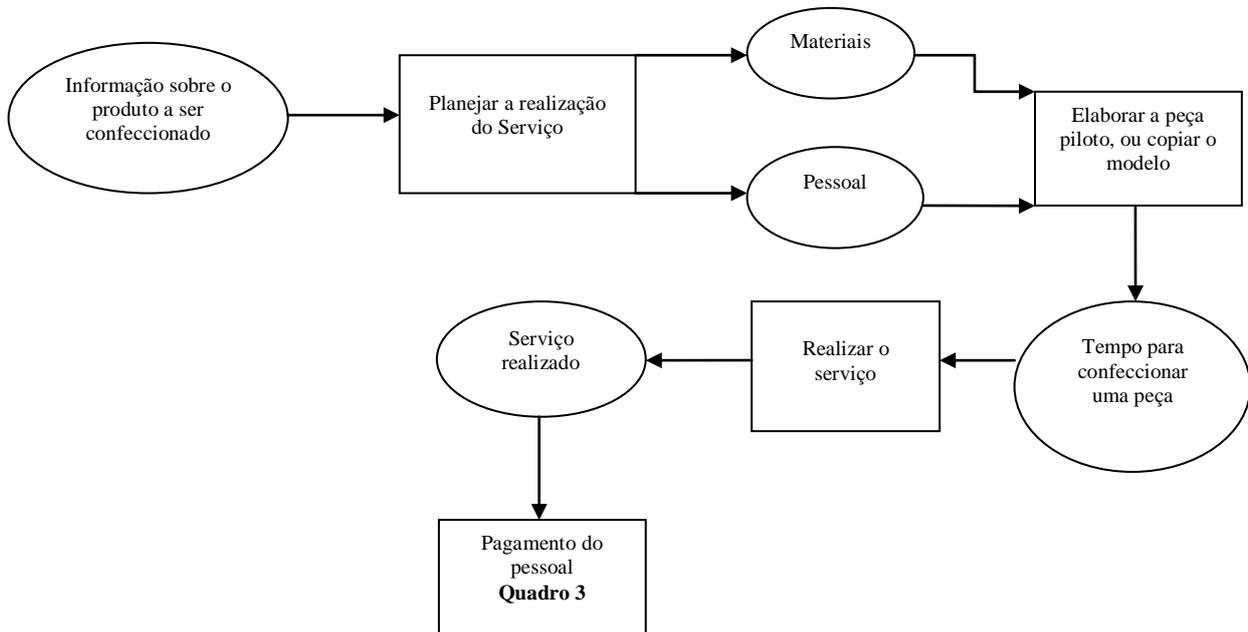
### Quadro 1 - Busca por parceiros



O fluxograma acima representa a situação do **Quadro 1**, nesse diagrama vemos que o grupo, na busca por parceiros, procura analisar a proposta e verificar qual serviço vai ser prestado para fazer uma estimativa do tempo utilizado na fabricação do produto. Dessa forma, estipula um valor pelo serviço. Em seguida, a partir do momento em que a cooperativa avalia o contrato e se interessa pelo serviço, o convênio é estabelecido.

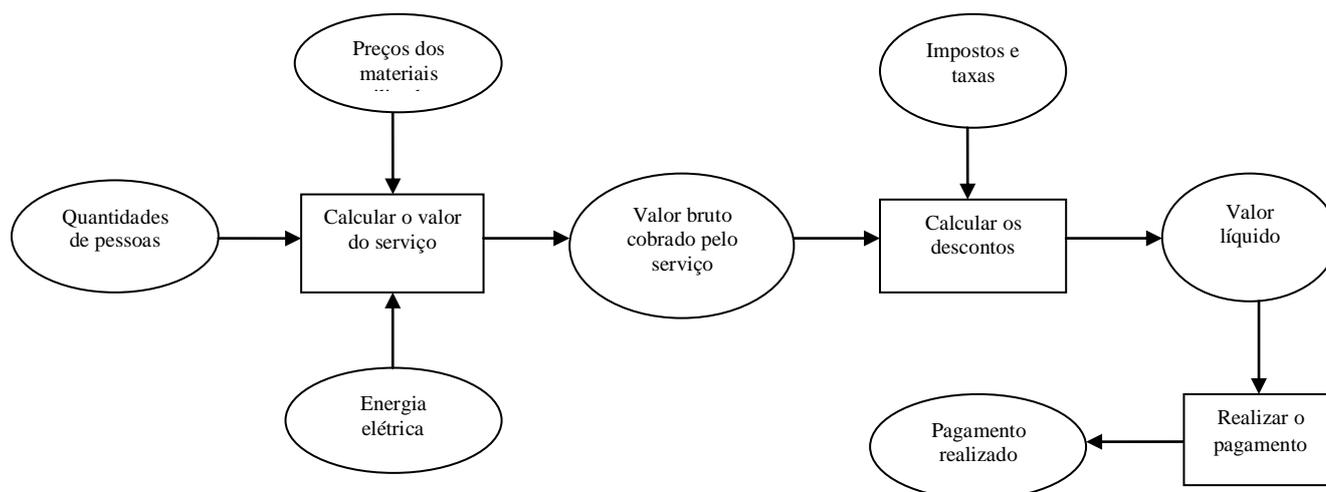
Identificamos, no fluxograma do quadro 1 - **Busca por parceiros**, uma matemática presente na estimativa do tempo de fabricação, na elaboração da tabela de orçamento que leva aos valores cobrados e na avaliação do contrato financeiro. Percebemos a utilização de operações de aritmética, principalmente utilizando números inteiros e racionais na forma decimal. Para realizar as contas, fazem o uso da calculadora e, também, o cálculo mental, utilizando lápis e papel.

## Quadro 2 - Fluxograma Planejar e realizar o serviço



No fluxograma acima, temos a representação do **Quadro 2**, para planejar a realização do serviço, o grupo de costureiras teve de buscar informações sobre o produto a ser confeccionado, entretanto, fez um levantamento dos materiais a serem utilizados, tais como, linhas, agulhas, tecido, aviamentos e manutenção das máquinas; depois da elaboração do produto modelo, as cooperadas começam a realizar o serviço numa linha de produção estimando o tempo de fabricação de uma peça ou de um lote de peças.

Percebemos, no fluxograma do quadro 2 - **Planejamento do serviço**, que a matemática está presente no levantamento de preço dos materiais necessários para confecção das peças, bem como da mão de obra disponível para fabricação. Há a presença de uma matemática qualitativa na elaboração da peça piloto ou na cópia da peça modelo e, quando fazem as demais peças, aparece, também, a matemática quantitativa da estimativa do tempo gasto para realização do serviço prestado.

**Quadro 3 - Fluxograma do Pagamento de Pessoal**

No fluxograma acima, observamos o esquema feito pela cooperativa em relação ao pagamento de pessoal. Para calcular o valor do serviço, o grupo realiza um levantamento de preços dos materiais utilizados para confecção, disponibiliza as quantidades de pessoas para o serviço e faz uma estimativa de consumo de energia elétrica que poderá gastar, resultando, assim, num valor bruto a ser cobrado. Logo após terem realizado o serviço, calculam os descontos, retirando todas as despesas, restando um valor líquido para a realização do pagamento das cooperadas. Vale lembrar que os impostos e as taxas ficaram colocados à parte por se tratar de um item condicional que é embutido ou não em cada trabalho que o grupo for realizar.

Verificamos, no fluxograma do quadro 3 - **Pagamento do pessoal**, que a matemática está presente no cálculo do valor bruto e dos descontos, nas estimativas de gasto com energia elétrica, enfim, na realização do pagamento das cooperadas. Percebemos que, nessas situações, o grupo apropriou-se de uma matemática elementar, realizando operações básicas com números inteiros e racionais em muitos casos na forma decimal.

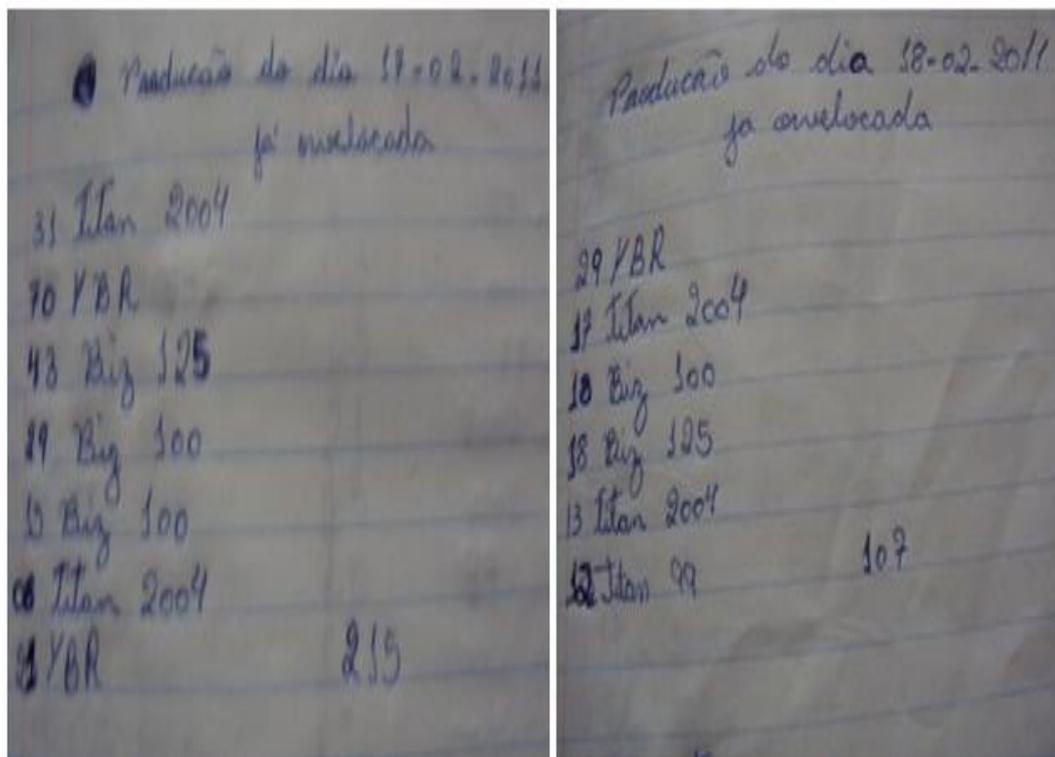
A proposta da etnomatemática é fazer com que a matemática seja algo vivo, lidando com situações reais do tempo e no espaço presente, como essas vivenciadas no grupo Sobrinhas de Eva, pois, “Ao fazer isso, mergulhamos nas raízes culturais e praticamos a dinâmica cultural”. (D’AMBROSIO, 2005, p. 46)

A matemática envolvida no processo de produção do grupo de costureiras nos leva a refletir sobre o papel da Educação Matemática, permitindo, por meio das dimensões da Etnomatemática, enxergar que o conhecimento e o uso da matemática não

ocorrem somente num espaço de sala de aula, mas também num ambiente social, onde as pessoas estão envolvidas no processo de trocas de experiências.

Para justificar a forma de organização do grupo, analisamos uma demanda de serviço que as Sobrinhas de Eva realizaram. A produção estava relacionada à confecção de capas para bancos de motocicletas de vários modelos e marcas diferentes.

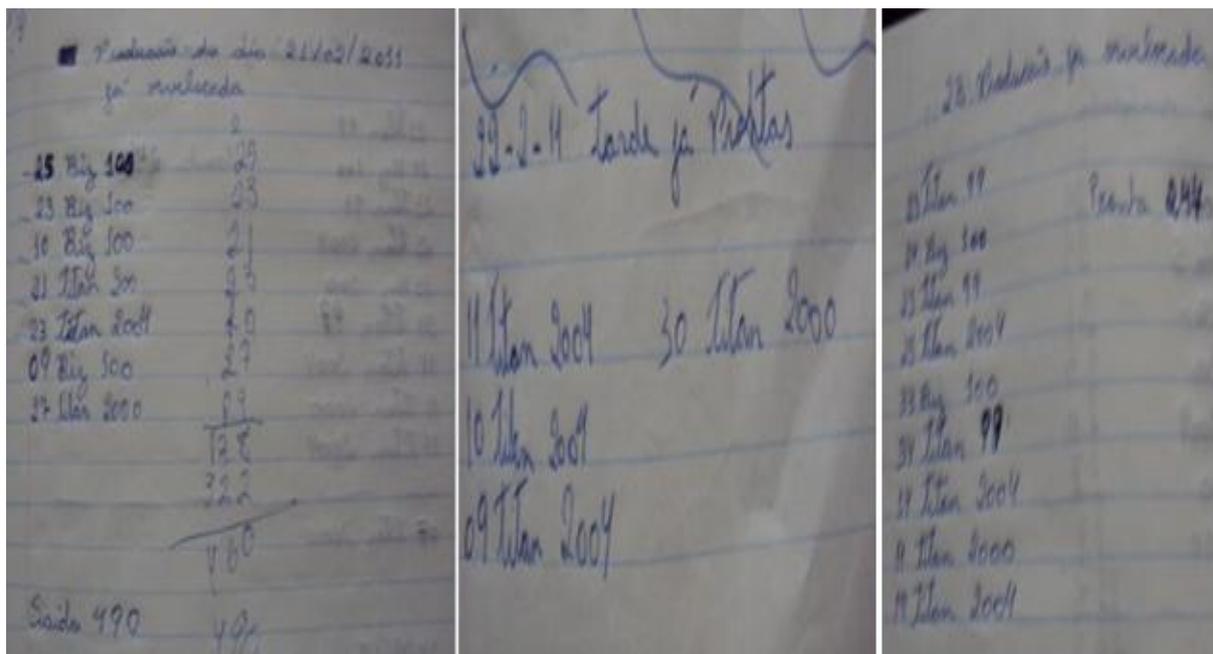
**Figura 18** - Caderno de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva (2011)



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Na ilustração acima podemos observar um dos modelos de controle que o grupo utilizou, percebemos que as marcas, os anos e os modelos das motocicletas são diferentes. Verificamos implicitamente a existência de uma matemática quantitativa na contagem da produção diária e, também, uma matemática qualitativa relativa ao planejamento de cada peça fabricada.

**Figura 19** - Caderno de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva (2011)



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Os fluxogramas que construímos acima foram baseados nos relatos do grupo Sobrinhas de Eva e nos cadernos de controle e anotação. Verificamos que os fluxogramas representam, de maneira simples e compreensiva, o sistema de produção do grupo, é possível perceber por meio da figura supracitada a presença da matemática elementar privilegiando o cálculo aritmético, traduzida na organização de produção.

Abaixo analisamos uma planilha de contabilidade do grupo, referente a outros artigos que elas fabricam artesanalmente. Esses artigos que, na grande maioria são bolsas, envolvem dois processos, as utilizações das máquinas e os bordados que expressam figuras históricas de destaque da comunidade.

Figura 20 - Momento de prestação de contas do grupo



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Figura 21 - Planilha de Anotações do Grupo Sobrinhas de Eva (2010)



FONTE: At. AL Prop. (2011).

Nessa planilha, percebemos uma forma de organização da cadeia de atividades do grupo, que envolve pedidos, devedores, entrada e saída de produtos e a forma de pagamento das cooperadas. A matemática presente nesse contexto está relacionada com o modelo de estruturação do empreendimento, conforme relatamos no fluxograma principal.

## Considerações

Por meio da convivência com a comunidade, foi possível conhecer a realidade de quilombolas que tiveram experiências como comunidade rural, mas também já conviveram com vários problemas por terem se tornado comunidade urbana. Ao observarmos cada relato, sentíamos nas vozes envelhecidas motivação para conhecer e escrever a história de luta, devoção e perseverança da ex-escrava Eva Maria de Jesus/Tia Eva e de seus descendentes.

Procuramos, por meio deste trabalho, demonstrar a necessidade de abordar um tipo de pesquisa de campo que valoriza a realidade histórica e cultural de uma Comunidade Quilombola Urbana, que ao longo do tempo luta para preservar sua identidade em face das constantes transformações da sociedade.

Compreendemos, por meio de relatos orais e fontes históricas, que ocorreram muitas mudanças na comunidade no momento de transição de área rural para sua total urbanização, muitos descendentes tiveram que procurar trabalho fora da comunidade e muitos foram morar em outros lugares, perdendo, com isso, a sua identidade cultural.

Verificamos que as alterações, ao longo do tempo, modificaram o perfil da comunidade, demonstrando que suas características e suas tradições foram sendo moldadas pela junção de outras culturas.

Tomando como ponto de vista o campo da Educação Matemática, este trabalho propôs ir ao encontro das ideias do Programa de pesquisa Etnomatemática de Ubiratan D'Ambrosio, que procura entender o saber/fazer matemático de uma realidade dentro de um contexto cultural próprio.

Verificamos que as concepções matemáticas encontradas na comunidade ao longo de sua história relacionam-se diretamente com as questões de subsistência. Segundo D'Ambrosio (2009), a matemática é uma manifestação cultural que surge como uma expressão de sobrevivência e transcendência que sintetiza a existência humana diante de suas necessidades quotidianas.

Em relação às concepções matemáticas envolvidas na comunidade, o nosso estudo procurou fazer uma reflexão sobre os aspectos culturais que são gerados na interação indivíduo/meio cultural e os conhecimentos que são transmitidos para sua descendência.

Procuramos analisar a Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva, em três momentos da sua história, sob um olhar das práticas de subsistência que os descendentes utilizavam para permanecer na comunidade e suas tradições.

No primeiro momento, identificamos a comunidade como sendo área rural de Campo Grande-MS, evidenciamos uma prática colaborativa comum de lidar com produtos produzidos na própria chácara, como o caso da farinha de mandioca e o óleo da mamona. Pudemos perceber que os descendentes de Tia Eva exercitavam uma matemática própria voltada para prática do escambo, ou seja, a troca de suas mercadorias.

No segundo momento, quando a comunidade apresentava-se num período de interface, ou seja, já era considerada área urbana de Campo Grande-MS, mas com típico aspecto rural, surge um personagem fundamental na história da comunidade, o senhor Sérgio Antônio da Silva, bisneto de Tia Eva, seu Michel, que nasceu e mora até hoje na comunidade, desempenhando um papel de liderança, participando ativamente das decisões da comunidade e do movimento negro estadual. Pudemos perceber, por meio de seus relatos, a sua luta para vencer as dificuldades financeiras e de se manter na comunidade e as suas tradições. Foi possível conhecer, por meio dos seus depoimentos, o seu pequeno empreendimento de revenda de leite *in natura* e a fabricação do doce de leite.

Constatamos que a matemática empregada nesse tipo de comércio tinha uma característica qualitativa de lidar com diversas situações, tanto no momento da fabricação quanto na venda do produto, pois os elementos envolvidos nesse processo apresentavam uma relação concernente às ideias da Etnomatemática, que propõe que os conceitos matemáticos de um determinado grupo em particular são de alguma maneira, também, formas de pensar, respeitando o conhecimento cultural desse grupo.

O terceiro momento é o período atual da comunidade, caracterizada como área urbana, já constituindo um bairro periférico do município. Por meio das análises de documentos históricos, identificamos fatos importantes na organização e reconhecimento da comunidade, um marco de grande impacto foi o recebimento da certidão de autodefinição, como sendo área remanescente de quilombo, expedida pela Fundação Cultural Palmares em novembro de 2007, termo que iniciou uma mudança na permanência dos descendentes e na luta pelos terrenos da comunidade.

Os aspectos envolvidos na organização e na constituição da Associação dos Descendentes de Tia Eva fizeram emergir na comunidade um sentimento ainda maior de apego e de vontade de buscar por seus direitos e resgatar suas tradições que estavam se perdendo ao longo das gerações. Nas diversas atividades que a Associação realiza, destacamos o caso do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva.

Procuramos evidenciar nesse grupo uma forma de empreendimento que tem uma característica voltada para a Economia Solidária (SINGER, 2002), buscamos identificar na forma organizacional do grupo a maneira pela qual essas mulheres se estruturaram e se desenvolveram tornando uma cooperativa com objetivos bem definidos.

Por meio de fluxogramas, montamos a ideia da cadeia de atividades das costureiras Sobrinhas de Eva, desde o momento da busca por serviços até a entrega e o pagamento do pessoal. A análise dessa situação nos permitiu perceber alguns elementos da Etnomatemática desse grupo, em que observamos que a matemática necessária, nesse caso particular, compreende operações matemáticas básicas relacionadas a números inteiros e racionais, na grande maioria na forma decimal.

Além disso, verificamos que o processo de aprendizado para lidar com as técnicas de costuras e organização do empreendimento ocorre de maneira espontânea quando estão em serviço, diante de qualquer situação realizada pelo grupo.

Ao analisarmos uma situação real de uma confecção efetuada pelo grupo, concluímos que há uma matemática particular capaz de auxiliar na organização das planilhas de produção e de custo de cada mercadoria.

Na convivência que tivemos com os membros da cooperativa de costureiras, foi possível perceber que a implementação desse empreendimento solidário foi muito importante para uma mudança na vida dessas mulheres, pois, além de ser, para muitas, seu primeiro emprego, também deu a chance para aquelas que estavam fora do mercado de trabalho se capacitarem e ficarem perto dos seus lares.

Podemos concluir, por meio das nossas observações no trabalho de campo, pela análise documental e pela análise dos relatos orais, que quatro acontecimentos marcaram a história da comunidade: a criação da igreja de São Benedito, que se transformou em um monumento cultural e religioso; a realização da festa tradicional que esboça a união, o planejamento e a socialização; a criação da Associação dos Descendentes de Tia Eva em meados dos anos de 1980; e o reconhecimento de área quilombola em 2007. Esses quatro acontecimentos possibilitaram a união entre os membros da comunidade, o resgate, a valorização da cultura e das práticas colaborativas

em busca do melhoramento coletivo, a fundação da escola, creche, centro cultural, posto de saúde, o tombamento da igrejinha de São Benedito, a inclusão da festa da comunidade no calendário comemorativo da cidade e a inserção da comunidade como ponto turístico do município.

Constatamos que as concepções matemáticas encontradas na comunidade ao longo de sua história relacionam-se diretamente com as questões de subsistência. Podemos considerar, por meio de nossas análises, a existência de uma matemática elementar voltada para Economia Solidária, mantida pela tradição e união familiar desde o período de área rural e que até hoje está presente nos trabalhos realizados pela Associação dos Descendentes de Tia Eva.

A realização deste trabalho permitiu concluir que, para resgatar um saber/fazer de uma comunidade, é necessário possibilitar o diálogo entre os saberes científicos e os saberes vindos de práticas quotidianas, promovendo, assim, o discurso da diversidade cultural. O nosso estudo confirmou o que muitas pesquisas já afirmaram: não há um conflito epistemológico entre as várias maneiras de lidar com a matemática e o conhecimento matemático pode ser gerado em contextos sociais distintos e em diferentes culturas.

Diversas pesquisas no campo da Educação Matemática atualmente estão dando uma maior atenção para assuntos voltados para a valorização e divulgação de práticas sociais e culturais, tendo como compromisso discutir temas socialmente relevantes, com o objetivo de aproximarem as pesquisas à realidade, revelando ganhos significativos para o campo científico. É nesta mesma linha de pensamento que a nossa pesquisa buscou se enquadrar, pois acreditamos que as práticas acadêmicas têm um potencial muito grande de transformação da realidade social, sendo capazes de gerar reflexões e frutos que podem ser utilizados em diferentes contextos.

Verificamos também a existência de um vasto campo de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, em especial em Educação Matemática que precisa ser explorado, já que o nosso trabalho explorou apenas as ideias da Etnomatemática relacionadas à história, cultura e às concepções matemáticas presentes no decorrer do desenvolvimento da comunidade quilombola Tia Eva.

Podemos citar, como exemplo, para pesquisas posteriores a exploração da matemática usada pelos alunos filhos, netos dos descendentes de Tia Eva, a forma como é trabalhada essa matemática na escola situada na comunidade, como se dá o processo de alfabetização das crianças, quais as formas de introdução da matemática no processo

de ensino e aprendizagem e a elaboração de uma sequência de ensino de matemática voltada para a cultura afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRANDÃO, André; da DALT, Salete; GOUVEIA, Victor Hugo. **Comunidades quilombolas no Brasil: características sócioeconômicas, processo de etnogênese e políticas sociais**. Niterói: Ed UFF, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://200.217.71.99/data/site/uploads/arquivos/constituicaofederal.pdf>. Acesso: 07 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. (4 de Janeiro de 2003). **Lei 10.639**. Disponível em Site da Presidência da República: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em 21 de Novembro de

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Igualdade Racial** (2010). Disponível em: [http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2010/10/estatuto-da-igualdade-racial-entra-em-vigor-hoje-20-de-outubro-em-todo-o-pais](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/estatuto-da-igualdade-racial-entra-em-vigor-hoje-20-de-outubro-em-todo-o-pais). Acesso 07 de abril de 2011.

CARRAHER, T.N SCHLIEMANN, A.D. CARRAHER, W.D. **Na vida dez, na escola zero**. 11 ed. – São Paulo, Cortez, 2001

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria a prática**. 2ª ed – Campinas, SP: Papyrus, 1997. - (Coleção perspectivas em Educação matemática).

\_\_\_\_\_. **Volta ao mundo em matemáticas**. In: Revista Scientific American Brasil. Edição especial – etnomatmática. São Paulo: Ediouro, (200-)

\_\_\_\_\_. **Sociedade, Cultura, Matemática e seu Ensino**. Universidade Estadual de Campinas Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Uma história concisa da matemática no Brasil** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Etnomatemática e História da Matemática**. In: FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco (org.). **Etnomatemática – Novos desafios teóricos e pedagógicos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 17-28.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

FIorentini, Dario., & Lorenzato, Sérgio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos.** (2ª ed.). Campinas: Autores Associados, 2007.

Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura. Disponível no site: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso no dia 07 de agosto de 2010.

GARNICA, A. V. M. **História Oral é História? um estudo sobre a vinculação entre História Oral, História da Matemática e Educação Matemática.** In: Anais do VI Seminário Nacional de História da Matemática. p. 241-251. Rio Claro: L.A.S., 2005.

GERDES, Paulus. **Etnomatemática: cultura, matemática, educação.** Maputo, Moçambique, Instituto Superior Pedagógico, 1991.

LINHARES, Maria Iedda (org). **História geral do Brasil.** Rio Janeiro: Campus, 1990.

**Ministro quer implementar este ano plano de cultura africana.** Disponível em G1: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/ministro-quer-implementar-este-ano-plano-de-ensino-da-cultura-africana.html>. Acesso em 20 de 11 de 2010.

MORAES, Vanda. **Tia Eva, negraeva história da comunidade de São Benedito.** Campo Grande, 2003.

Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Marcos e movimentos históricos de Campo Grande.** Fundação Municipal de cultura. 2ª edição, 2006.

ROBERT, Jozsef. **A Origem do Dinheiro.** Segunda edição, Global Editora, 1982

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1992.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. **Cooperativismo – uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2002.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. **Campo Grande o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul.** In: ARCA – revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande – MS. nº 5, outubro de 1995. p. 3-9.

## Anexos

### Anexo 1 - Processo de tombamento da Igrejinha de São Benedito



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

#### JUSTIFICATIVA:

EVA MARIA DE JESUS, NASCEU EM MINEIROS, ESTADO DE GOIÁS, NO ANO DE 1838 E ERA ESCRAVA. NO ANO DE 1887, QUANDO ESTAVA COM 49 ANOS VEIO PARA O ENTÃO ESTADO DE MATO GROSSO.

O SONHO DE CONSTRUIR UM LUGAR PARA SEUS DESCENDENTES FEZ COM QUE ELA ENFRENTASSE MESES DE VIAGEM EM CARRO DE BOI ATÉ CHEGAR À ENTÃO CAMPOS DE VACARIA, NO INÍCIO DO SÉCULO E QUE HOJE É A NOSSA QUERIDA CAMPO GRANDE.

POR TER RECEBIDO UMA GRAÇA DE SÃO BENEDITO, TIA EVA, COMO ELA ERA CHAMADA, TORNOU-SE SUA DEVOTA E EM PAGAMENTO À UMA PROMESSA FEITA AO SANTO ELA CONSTRUIU A IGREJINHA DE SÃO BENEDITO, ISTO NO ANO DE 1905.

A CONSTRUÇÃO ERA BASTANTE TOSCA, FEITA DE PAU-APIQUE E COBERTA DE SAPÉ COM PISO DE CHÃO BATIDO.

SOMENTE NO ANO DE 1919 FOI FEITA UMA NOVA CONSTRUÇÃO, DESTA VEZ, COM PAREDES DE ALVENARIA E O TELHADO EM ESLO COLONIAL.

A IGREJINHA DE SÃO BENEDITO É UMA CONSTRUÇÃO SIMPLES DE 4,50 M X 6,50 METROS COM UMA JANELA DE MADEIRA, DUAS JANELAS DE VIDROS (TIPO BASCULANTE) E TRÊS PORTAS DE MADEIRA.

NO ESPAÇO ONDE FICA O ALTAR, O PISO É MAIS ELEVADO E É DE CERÂMICA VERMELHA 15X5 CM, JÁ ONDE FICAM OS OITO BANCOS DE MADEIRA (ANGELIM) O PISO É MAIS BAIXO E A CERÂMICA VERMELHA UM POUCO MAIOR (20CMX20CM).

NO ALTARZINHO TEM UMA IMAGEM PEQUENA DE SÃO BENEDITO ESCULPIDA EM MADEIRA, QUE VEIO COM TIA EVA, CUJOS RESTOS MORTAIS ESTÃO ENTERRADOS EM UMA URNA NA IGREJINHA.

O FORRO DA IGREJA É DE MADEIRA E A PINTURA INTERNA É DE LATEX NA COR BRANCA COM BARRADO AZUL.

A FACHADA TEM DUAS PEQUENAS TORRES COM APROXIMADAMENTE 5 METROS DE ALTURA E O CALÇAMENTO EM TORNO É DE CONTRAPISO.

É NA IGREJINHA QUE TODOS OS ANOS SE REALIZA A FESTA DE SÃO BENEDITO, UMA HOMENAGEM AO SANTO QUE TAMBÉM FAZIA PARTE DA PROMESSA DE TIA EVA E QUE HOJE JÁ FAZ PARTE DA TRADIÇÃO DOS SEUS DESCENDENTES.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

É DE GRANDE SIGNIFICADO PARA OS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENEDITO EM ESPECIAL PARA OS DESCENDENTES DE TIA EVA QUE SÃO A GRANDE MAIORIA, A IGREJA DE SÃO BENEDITO.

ASSIM EM RESPEITO AOS QUE CONSTRUIRAM NOSSA CIDADE SUGERIMOS A PRESERVAÇÃO ATRAVÉS DO TOMBAMENTO PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, A IGREJINHA DE SÃO BENEDITO, E ESTA CASA NÃO PODERÁ DEIXAR DE ASSEGURAR A SUA CONSERVAÇÃO, ANTE O SEU DEVER-PODER DE PROTEGER "POR TODOS OS MEIOS AO SEU ALCANÇE" (NAS EXPRESSÕES INSERTAS NO INCISO II, DO ART. 185 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO), OS BENS DE VALORES HISTÓRICOS E CULTURAIS DO POVO CAMPO-GRANDENSE.

ASSIM, DESAMPARAR E NEGLIGENCIAR NA CONSERVAÇÃO DO SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL É ESTAR OMISSO PARA COM UMA DAS FACES DA SUA MISSÃO.

SALA DAS SESSÕES,

  
Vereador CESAR DISNEY



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 008/GCD/97

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DA IGREJINHA DE SÃO BENEDITO, SITO À RUA EVA MARIA DE JESUS S/N, NO BAIRRO SÃO BENEDITO, NESTA CAPITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS,

APROVA:

**ART. 1º** - FICA TOMBADO E ASSIM INSCRITO NO LIVRO DE TOMBO DESTE MUNICÍPIO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL O PRÉDIO DA IGREJINHA DE SÃO BENEDITO, LOCALIZADO NA RUA EVA MARIA DE JESUS S/N, NO BAIRRO SÃO BENEDITO, NESTA CAPITAL.

**ART. 2º** - FICA PROIBIDO DEMOLIR OU ALTERAR O PRÉDIO DA IGREJINHA, SUAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS, A SUA FACHADA E SEU ESTILO ARQUITETÔNICO.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** AS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO PRÉDIO PODEM SER REFORMADAS OU ALTERADAS, DESDE QUE NÃO DANIFIQUEM O TELHADO E FACHADAS ORIGINAIS, NA COMPROVADA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

**ART. 3º** - AS EMPRESAS DE SANEAMENTO, ENERGIA ELÉTRICA E TELEFÔNICA, QUANDO NECESSITAREM EXECUTAR ALGUMA OBRA NO LOCAL DEVERÃO COMUNICAR COM ANTECEDÊNCIA A ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

**ART. 4º** - O IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ORA TOMBADO, FICA ISENTO DE PAGAMENTO DE IPTU, CONFORME A REGRA DO ART 2º, INCISO II, DA LEI Nº 2786 DE 27/12/90, (QUE ALTERA DISPOSITIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO)

Rua Arthur Jorge, 500 - Cep 79.002-450 - Fone: (067) 725-4458 - Campo Grande - Mato Grosso do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**ART. 5º** - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

SALA DAS SESSÕES,

Vereador *Cesar Disney*  
CESAR DISNEY

## Anexo 2 - Reportagem exibida por um jornal da capital mostrando as melhorias da Comunidade

• TIA EVA

# Comunidade comemora conquistas

Descendentes da Tia Eva comemoram mês da Consciência Negra; comunidade quilombola hoje tem mais melhoria

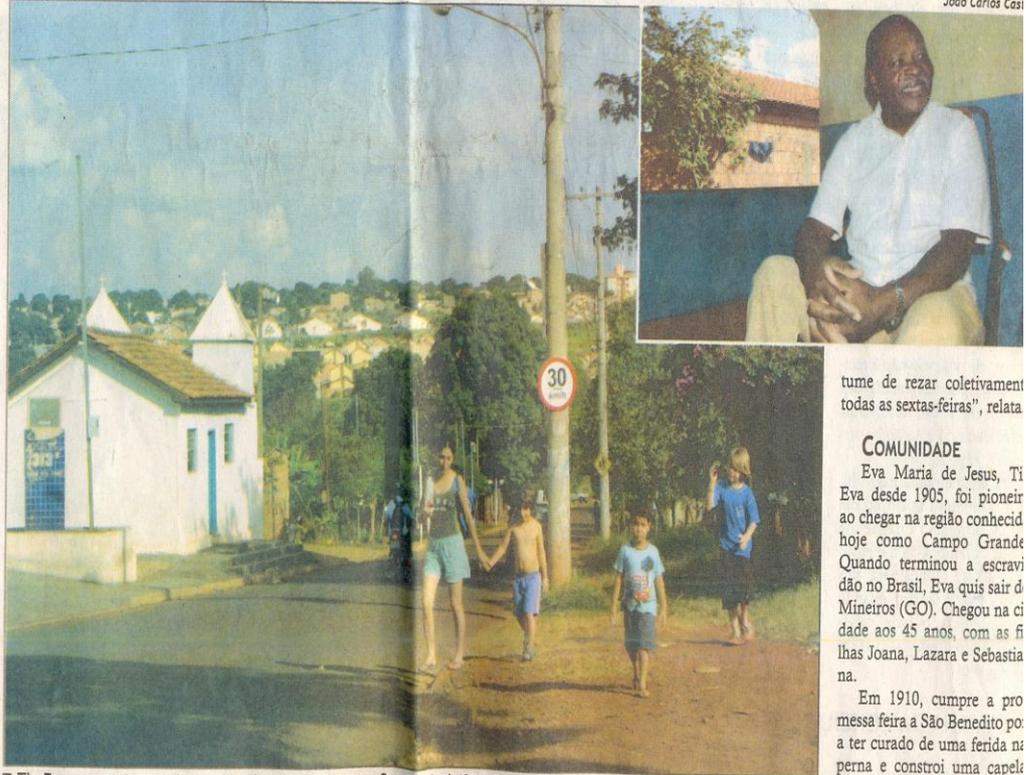
João Carlos Cast

RAFAEL BELO —  
DA REDAÇÃO

Novembro é conhecido pelo mês da Consciência Negra, período simbólico para reflexões, lutas em prol dos afro-descendentes e a inserção do negro na sociedade brasileira. Na Comunidade Tia Eva, mais de 300 moradores comemoram os avanços conquistados ao longo dos anos, além de maior conscientização da negritude. Uma conduta é certa entre os residentes: manter as tradições e costumes de seus antepassados.

Para o bisneto da afro-descendente pioneira, Sérgio Antônio da Silva conhecido como Seu Michel, consciência negra é união, e ser negro é lutar sempre. Ele relembra que no começo tudo acontecia debaixo da mangueira no próprio quintal à luz da lamparina.

E que o pontapé inicial para as melhorias foi a construção da Associação Beneficente dos Descendentes de Tia Eva, em 1996. De lá para cá o progresso chegou modificando a rotina no local, sendo que hoje, o grupo conta com grupo de música afro, escola, campo de futebol, orelhão comunitário e também linha



■ Tia Eva construiu capela em agradecimento a cura; Seu Michel (foto detalhe) é um dos antigos moradores locais

sociação - hoje presidida pelo seu filho Bolinho -, Michel resalta as conquistas obtidas, entre elas, computadores para a

da comunidade que não possuíam documentos. "Hoje todos têm identidade", afirma. Como um dos descenden-

pela comunidade enquanto criava 12 filhos. Foi ele quem utilizou do usucapião para adquirir as terras para os descen-

de mencionar com muito orgulho é o fato do resgate ao antigo costume de rezar toda semana. Tradição que de certa

tume de rezar coletivamente todas as sextas-feiras", relata

### COMUNIDADE

Eva Maria de Jesus, Tia Eva desde 1905, foi pioneira ao chegar na região conhecida hoje como Campo Grande. Quando terminou a escravidão no Brasil, Eva quis sair de Minas Gerais (GO). Chegou na cidade aos 45 anos, com as filhas Joana, Lazara e Sebastiana.

Em 1910, cumpre a promessa feita a São Benedito por ela ter curado de uma ferida na perna e constrói uma capela em agradecimento ao santo. Ela está enterrada dentro desta pequena igreja, a mais antiga da cidade. Calcula-se que existem 2 mil descendentes de Tia Eva espalhados pelas

### Anexo 3 - Ata da Assembléia Extraordinária para decisão da comunidade se tornar uma área quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares

Associação dos Descendentes de Tia Eva  
ADTIAEVA

Rua Eva Maria de Jesus s/n  
VILA SÃO BENEDITO - CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL  
CNPJ N. 01.941.201/0001-56

#### ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril de 2007 as quinze horas em segunda e última convocação na sede da Associação dos Descendentes de Tia Eva, localizada na Rua Eva Maria de Jesus s/n – Vila São Benedito, Campo Grande, MS, estavam presentes a Diretoria da Associação e demais membros da comunidade em Assembléia Geral Extraordinária para obter a aprovação de todos da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo Eva Maria de Jesus (Vila São Benedito) quanto à concordância de toda a comunidade, quanto ao reconhecimento de terras quilombolas e autodefinição como Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, nos termos do Art. 2º § 1º do Decreto n.º 4887/03. Após a presidente da associação Lúcia da Silva Araújo Almeida explicitou os detalhes da assembléia geral convocada extraordinariamente, abriu a palavra, tendo o senhor Antônio Borges dos Santos secretário *ad hoc* da assembléia e morador da comunidade, afirmando ser conhecedor dos trabalhos realizados pelo INCRA em relação aos quilombos manifestou a favor do reconhecimento das terras como quilombolas e da autodefinição pois além de garantir o território da comunidade, muitos benefícios através dos órgãos públicos poderiam advir desta decisão, a presidenta falou da visita que a Dr.ª Bernadete Lopes, diretora da Fundação Cultural Palmares, fez na comunidade que falou sobre o Decreto 4887/03, sobre a titulação coletiva e da atuação da Fundação em relação as comunidades remanescentes dos quilombos. Vários moradores fizeram questionamentos sobre a titulação a ser feita pelo INCRA e após as devidas explicações dadas pela direção da entidade enfatizando os fatores pró e contra a esta decisão que a plenária deveria tomar, foi posta em votação a proposta da autodefinição, por unanimidade toda a comunidade quilombola da Tia Eva, manifesta a sua concordância, onde se *autodefinem* como REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS nos termos do Decreto 4887/03. Que esta Autodefinição deverá ser encaminhada ao INCRA para abertura de processo de regularização fundiária e à Fundação Cultural Palmares, para o registro e emissão do competente Certificado. Nada mais foi dito, lido ou achado, a presidência deu encerrados os trabalhos, as dezesseis horas e trinta minutos, lavrando-se a presente com a aprovação da comunidade que, lida, foi aprovada e assinada por mim secretária, pela presidência da associação e todos os demais presente ao final desta assembléia em lista de presença anexa faz parte desta ATA. Campo Grande, MS 14/04/2007.

Lúcia da Silva Araújo Almeida

LISTA DE PRESEÇA

ENTIDADE/BAIRRO: Associação dos Descendentes de Inês Cruz  
 ASSEMBLÉIA GERAL: Extraordinária DATA: 14/04/2007 HORÁRIO: 15:00  
 PAUTA: Processo de Reconhecimento de Terras Avulsas

NOME	ASSINATURA	Rg
1- Maria Bessa Martins		003225823
2- Antonina Borges da Silva		000622025
3- Dora ATEMIO DE PAIVA		010364183
4- José Martins Pereira		000102225
5- Anderson dos S. da Silva		000192225
6- Maria Antunes da Silva		000192225
7- Antónia Borges da Silva		000212225
8- Aquilino Lopes da Silva		000212225
9- Maria Antunes da Silva		000212225
10- Dora ATEMIO DE PAIVA		000212225
11- José BURGUES DA SILVA		000212225
12- Maria Antunes da Silva		000212225
13- Maria Antunes da Silva		000212225
14- Maria Antunes da Silva		000212225

LISTA DE PRESEÇA

ENTIDADE / BAIRRO: Associação dos Descendentes de Inês Cruz  
 ASSEMBLÉIA GERAL: Extraordinária DATA: 14/04/2007 HORÁRIO: 15:00  
 PAUTA: Processo de Reconhecimento de Terras Avulsas

NOME	ASSINATURA	Rg
1- Maria Antunes da Silva		000122225
2- Maria Antunes da Silva		000122225
3- Maria Antunes da Silva		000122225
4- Maria Antunes da Silva		000122225
5- Maria Antunes da Silva		000122225
6- Maria Antunes da SILVA		000122225
7- YNOUEI-IVA-VEL		000122225
8- Maria Antunes da Silva		000122225
9- Maria Antunes da Silva		000122225
10- Maria Antunes da Silva		000122225
11- Maria Antunes da Silva		000122225
12- Maria Antunes da Silva		000122225
13- Maria Antunes da Silva		000122225
14- José FERREIRA PINTO		000122225

LISTA DE PRESEÇA

ENTIDADE/BAIRRO: Associação dos Descendentes de Inês Cruz  
 ASSEMBLÉIA GERAL: Extraordinária DATA: 14/04/2007 HORÁRIO: 15:00  
 PAUTA: Processo de Reconhecimento de Terras Avulsas

NOME	ASSINATURA	Rg
1- Maria Antunes da Silva		000122225
2- Maria Antunes da Silva		000122225
3- Maria Antunes da Silva		000122225
4- Maria Antunes da Silva		000122225
5- Maria Antunes da Silva		000122225
6- Maria Antunes da Silva		000122225
7- Maria Antunes da Silva		000122225
8-		
9-		
10-		
11-		
12-		
13-		
14-		